

UNIVERSIDADE ABERTA

**A REVOLUÇÃO DAS
FEMINISTAS PORTUGUESAS
1972 — 1975**

**DO “PROCESSO DAS TRÊS MARIAS”
À FORMAÇÃO DO MLM — MOVIMENTO DE
LIBERTAÇÃO DAS MULHERES**

**Cristiana Pena
Fevereiro de 2008**

UNIVERSIDADE ABERTA

**A REVOLUÇÃO DAS
FEMINISTAS PORTUGUESAS
1972 — 1975**

**DO “PROCESSO DAS TRÊS MARIAS”
À FORMAÇÃO DO MLM — MOVIMENTO DE
LIBERTAÇÃO DAS MULHERES**

Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres

Orientadora: Prof^a Doutora Teresa Joaquim

**Cristiana Pena | n°60992
Fevereiro de 2008**

ABSTRACT

“The Revolution of Portuguese Feminists 1972-1975 – From the ‘The Case of the Three Marias’ to the formation of MLM – Women’s Liberation Movement” aims to analyse, criticize and describe the events that contributed for the emergence of radical feminism in Portugal and for the appearance of the first feminist group MLM – Women’s Liberation Movement, following 1974 Revolution.

This study analyses the relationship between three central and intertwined episodes: the censorship of the book “The New Portuguese Letters” – written by Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta and Maria Velho da Costa – the three authors’ trial and acquittance and the international feminist movement of solidarity. These events contributed for the birth of The MLM – Women’s Liberation Movement.

It also traces the history of MLM – Women’s Liberation Movement, from its birth to its death examining how the group organized meetings, public actions and set up a feminist agenda demanding equal rights for women, the end of patriarchy and legal abortion. MLM became the first Portuguese feminist group to embrace radical politics as a means of action and empowerment for women

This study underlines the importance of “The Case of the Three Marias”, as it became internationally known, for the beginning of Second Wave’s trans-national feminist activism and the significance of MLM – Women’s Liberation Movement, for the following generations of Portuguese feminists.

KEYWORDS: Radical Feminism, Feminisms, Second Wave, Women’s Liberation Movement, Activism.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. A REVOLUÇÃO DAS MULHERES: UMA MUDANÇA RADICAL	11
1.2. PORTUGAL: UMA MARCHA (QUASE) SILENCIOSA?	28
1.3. POLÍTICAS E PRÁTICAS DAS FEMINISTAS PORTUGUESAS.....	35
2. FEMINISTAS EM MOVIMENTO — AS NOVAS CARTAS PORTUGUESAS E O “PROCESSO DAS TRÊS MARIAS”	47
2.1. O PROCESSO: DA RESISTÊNCIA À LIBERTAÇÃO	50
2.2. O LIVRO: UM TESTEMUNHO REVOLUCIONÁRIO	67
3. 1974/1975 – A FORMAÇÃO DO MLM	83
3.1. JUNTAS VENCEREMOS! ORGANIZAÇÃO E OBJECTIVOS DO MOVIMENTO	91
3.2. O FEMINISMO SAIU À RUA! A MANIFESTAÇÃO DO PARQUE EDUARDO VII	101
3.3. A LUTA (PELO CORPO) CONTINUA! O POLÉMICO ESTUDO SOBRE O ABORTO	108
4. NOTAS FINAIS SOBRE O EXTINÇÃO DO MLM E O SEU LEGADO.....	112
BIBLIOGRAFIA	118
FONTES.....	126
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

A minha paixão pelo feminismo tem mais duma década e, a cada ano que passa, continua a fortalecer-se e aprofundar-se. O pensamento feminista é hoje, parte integrante da minha filosofia e prática de vida. Leio livros, assino revistas e fanzines, participo em redes sociais na internet, frequento conferências e exposições, alimentando esta relação afectiva com o feminismo, que me desafia intelectualmente e me acrescenta, sempre, outras perspectivas da realidade.

Tudo começou com a minha ida para Londres, no ano de 1996, onde realizei um mestrado em Cultura Visual. Para a dissertação, escolhi a revista Maria como objecto de estudo, com o objectivo de analisar a produção de estereótipos de feminilidade e masculinidade, disseminados por esta publicação, e que muito contribuíram, ao longo de três décadas, para a construção das identidades de inúmeras portuguesas de classe média.

Quando regresssei a Portugal, em 1999, a minha paixão que ainda há pouco despontara, corria o risco de se dissipar, mas rapidamente encontrei uma forma de tal não acontecer. Quando, em 2000, comecei a leccionar¹ tive a oportunidade de introduzir, no curso de Artes Plásticas, a disciplina opcional de Arte e Feminismo partilhando, assim, a minha paixão com as gerações futuras. Porém, em 2005, a disciplina foi, subitamente, retirada do programa de estudos por ser considerada insignificante para a formação artística das/os estudantes.

Esta decisão causou-me alguma amargura mas não me fez cessar de perseguir o desejo de aprofundar o meu conhecimento sobre uma paixão que se começava a transformar num verdadeiro amor.

A certeza do que queria era tão evidente que, nesse mesmo ano, ingressei no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta, porque

¹ Iniciei a minha actividade como docente na Escola de Artes e Design das Caldas da Rainha.

desejava conhecer e aprender mais sobre a História do Feminismo português e porque pensei ser um espaço onde encontraria pessoas que partilhavam os mesmos interesses que eu. E assim foi! Logo no primeiro encontro com a Prof^a Doutora Teresa Joaquim pude confirmar que estava no local certo e durante os seminários pude, não só expor as minhas dúvidas e certezas mas também conhecer mulheres como Maria José Magalhães e Manuela Tavares, que me mostraram como se pode ser uma feminista/activista, em Portugal.

A dinâmica activista do feminismo sempre me fascinou, por isso, em 2006, e ainda durante a frequência do mestrado, ofereci-me para colaborar, com a UMAR², na organização dum jantar de homenagem às feministas portuguesas, dos anos 70 e 80, que incluiu um leilão de angariação de fundos para a abertura do Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, fundado pela mesma associação.

Estes dois momentos vieram a revelar-se determinantes para a escolha do meu objecto de amor, o feminismo, como tema de fundo desta dissertação.

No início da pesquisa voltei a cruzar-me com Manuela Tavares e Maria José Magalhães, mas agora através das obras “Movimentos de Mulheres em Portugal” (2000) e “Movimento Feminista e Educação” (1998), respectivamente, que me deram a conhecer, em detalhe, as movimentações feministas do pós 25 Abril.

Ambas mencionam duma corrente feminista radical, destacando o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres, como o grupo responsável pela introdução de perspectivas teóricas, métodos e práticas, próprias desta vertente. A partir do momento em que me apercebi da relação directa entre a formação do MLM, a publicação, em 1972, das “Novas Cartas Portuguesas” e o que este livro representa para história do pensamento feminista, internacional, compreendi que era tempo de desvendar a face radical do feminismo português.

² União de Mulheres Alternativa e Resposta

“A Revolução das Feministas Portuguesas, 1972-1975 — do Processo das Três Marias à formação do MLM — Movimento de Libertação das Mulheres” é um estudo que revela, não só, a minha paixão pela corrente radical do Movimento Feminista Anglo-Saxónico como o meu desejo de conhecer e compreender as movimentações feministas portuguesas em busca de respostas para questões que me assaltam há algum tempo. Será possível enquadrar o feminismo português no contexto do movimento feminista internacional? Existiram grupos feministas radicais em Portugal? Quais? Mobilizaram a sociedade portuguesa para a luta pelos direitos das mulheres?

As respostas a algumas destas questões foram obtidas através da análise de variadas fontes e das entrevistas com algumas das intervenientes nos acontecimentos que irei descrever, ao longo da minha exposição. Devido à dispersão de fontes, à irregularidade e efemeridade de publicações feministas e à insignificante produção teórica no âmbito do estudos feministas, portugueses, concentrei-me na recolha duma variedade de documentos: entrevistas, ensaios, artigos de jornal, livros, *sites*, revistas, jornais académicos e documentários.

Estruturei esta pesquisa partindo duma perspectiva crítica feminista, pós-estruturalista³, com o objectivo de analisar os discursos⁴ produzidos pelas diversas instituições implicadas na luta pelo poder-saber⁵, ou seja, pelo

³ “So the claim is that post-structuralism affords a potentially liberating space, a space of ‘plural’, ‘decentred’, multiple or constantly destabilizing subject-positions where identities can no longer be defined according to such old ‘essentialist’ notions as gender or class-affiliation.” in *Key Concepts in Cultural Theory*, pp.302, 1991.

⁴ “Deste modo, um discurso é algo que não existe por si só, mas, pelo contrário, que se projecta como um enunciado, um conceito, um efeito. Assim “uma estrutura discursiva pode ser detectada devido à sistematicidade das ideias, das opiniões, dos conceitos, dos modos de pensar e dos comportamentos que se formam num contexto particular e por causa dos efeitos desses modos de pensar e comportar (Mills, 1997:17). Por outras palavras, a formação discursiva não é apenas da ordem da linguagem e da representação, é um princípio estruturante que governa as crenças e as práticas, ‘as palavras e as coisas’ de modo a produzir uma determinada rede de relações materiais (McNay, 1994:69)” .” AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela (org.), pp.42

⁵ Michel Foucault problematizou esta questão em toda a sua obra insistindo que o poder e o conhecimento estão estreitamente ligados, não só porque todo o conhecimento é discursivo mas porque todo o discurso está saturado de poder; quem detém o conhecimento, detém a verdade. Segundo o autor: “*Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registo, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do ‘poder-saber’*” in “Resumo dos Cursos do Collège de France”, pp.19

controlo dos discursos simbólicos. Esta perspectiva feminista é-me igualmente útil porque permite a articulação de conceitos — Feminismos, Feminismo Radical, Movimento de Mulheres, Género, Mulher, Patriarcado, Sexismo e Activismo — fundamentais para a compreensão da problemática aqui apresentada, sem esquecer a especificidade da conjuntura política, económica, social e cultural que Portugal e o mundo viveram durante a década de 1970.

As “Novas Cartas Portuguesas” e o “Processo das Três Marias” representam a luta, entre as feministas e o Estado, pela produção e o controlo da linguagem e, conseqüentemente, da subjectividade. Enquanto o Estado patriarcal⁶ e o regime heterossexual oprimiam o discurso e o *empowerment* feminista, as mulheres resistiam construindo novas posições de sujeito. Este combate entre os poderes dominantes e os poderes marginais, durante a década de 1970, originaram a emergência de novas instituições e formações discursivas que contribuíram para a alteração dos modos de ser, de mulheres e homens.

A publicação das “Novas Cartas Portuguesas”, o “Processo das Três Marias” e a fundação do MLM — Movimento de Libertação das Mulheres foram importantes para abalar o regime ditatorial português, e determinantes para a inscrição do feminismo nacional na Segunda Vaga. Defendo que esta sucessão de eventos descreve o percurso dum ligação efémera entre o feminismo nacional e internacional — do qual destaco o momento, em que americanas, francesas e inglesas, se solidarizaram com as “Três Marias” — e que marca, definitivamente, a História do associativismo transnacional de mulheres e o início dum período, bastante rico, para o activismo feminista português.

⁶ “O patriarcado constitui-se a partir da concentração de recursos e propriedade nas mãos dos homens, definindo um sistema de heranças ligado a uma genealogia por via varonil. As mulheres, sendo-lhes atribuído o papel essencialmente circunscrito à casa, foram marginalizadas em relação às instituições de poder político, da transmissão do conhecimento e de formação profissional. A padronização das relações entre os dois sexos garante continuidade e estabilidade a este sistema social, cujos valores, e correspondente mentalidade dominante, interpretam diferenças biológicas como diferenças em termos de capacidades, interesses legítimos e até valor humano.” in AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela (org.), op.cit, pp.155

Para expor a minha argumentação estruturei o trabalho em quatro capítulos que se interligam entre si.

No primeiro capítulo, intitulado “A Revolução das Mulheres: uma mudança radical” identifique e analise, de uma forma generalizada, as características das três correntes feministas de Segunda Vaga e reflito sobre a influência das feministas na transformação das condições de vida das mulheres de todo o mundo.

No sub-capítulo “Portugal: uma Marcha (quase) Silenciosa?” questiono-me sobre a existência de um movimento feminista de Segunda Vaga, em Portugal, fazendo um pequeno enquadramento histórico e social para que possamos compreender a especificidade do contexto feminista português em relação a outros países ocidentais. E por último, no sub-capítulo “As Políticas e as Práticas das Feministas Portuguesas” identifique e caracterize os grupos/associações feministas das décadas de 1970 e 1980, distinguindo as diferentes filosofias que orientavam as actividades dos mesmos.

No segundo capítulo intitulado “Feministas em Movimento — A publicação das ‘Novas Cartas Portuguesas’ e o ‘Processo das Três Marias’ ” procuro compreender a importância destes dois eventos para história do(s) feminismo(s) nacional e internacional e para o aparecimento do activismo feminista radical em Portugal.

Em “O Processo: da Resistência à Libertação” começo descrever como decorreu o processo judicial, desde a acusação à absolvição das escritoras, para seguidamente analisar o impacto da visibilidade mediática deste caso, não só nos círculos feministas internacionais mas também no enfraquecimento da imagem do regime ditatorial.

No sub-capítulo seguinte, “O Livro: um Testemunho Revolucionário”, analiso as “Novas Cartas Portuguesas” e avalio o seu contributo para a formação duma corrente do pensamento feminista português, da Segunda Vaga.

O terceiro capítulo, “Mulheres Unidas Contra o Patriarcado (1974/1975) — A formação do Movimento de Libertação das Mulheres” — é dedicado à interpretação dos factos e das condições políticas e sociais que impulsionaram a formação do MLM. Para esta parte da investigação, as entrevistas que efectuei a Madalena Barbosa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno

foram fundamentais para aqui identificar as características do grupo, os seus objectivos e a sua organização interna. Nos sub-capítulos seguintes destaco dois episódios que representam o período de maior exposição e visibilidade mediática do feminismo português. O primeiro, a convocação da manifestação no Parque Eduardo VII, em Lisboa, e o segundo, a publicação dos resultados de um inquérito efectuado, por Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Medeiros, sobre o aborto clandestino e a interrupção voluntária da gravidez.

Termino esta dissertação reflectindo sobre os factores que conduziram ao enfraquecimento da actividade e desaparecimento do MLM.

Através dos relatos das activistas e fundadoras — Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Madalena Barbosa — do Movimento ficaremos a compreender os motivos que levaram as feministas a separarem-se para formarem outros grupos ou a abdicarem da luta revolucionária pelos direitos das mulheres. Aproveito igualmente, para apresentar algumas ideias sobre as associações e grupos que surgiram do desmembramento do MLM, como é o caso da Cooperativa Editora de Mulheres e do IDM — Informação Documentação Mulher.

Não queria deixar de manifestar aqui os meus agradecimentos pessoais a Madalena Barbosa, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, em especial à Prof^a Doutora Teresa Joaquim e Inês Lamim.

Dedico esta dissertação à Madalena Barbosa e a todas as feministas.

1. A REVOLUÇÃO DAS MULHERES: UMA MUDANÇA RADICAL

“O primeiro factor que está presente na génese dos novos movimentos de mulheres é a transposição para o plano social — público e colectivo — da opressão experimentada por cada mulher a nível pessoal e ressentida como problema íntimo e privado.”

Maria de Lourdes Pintasilgo, in “Os Novos Feminismos”

Teoria Feminista e História das Mulheres, Feminismos, Segunda Vaga, feminismo radical, movimento de mulheres são as designações fundamentais para a compreensão de um fenómeno social que teve o seu início em Inglaterra, Estados Unidos e França tendo-se expandido, quase simultaneamente, um pouco por todo o mundo nas décadas de 1960 e 1970.

A Teoria Feminista e a História das Mulheres identificaram cronologicamente três vagas de feminismos — primeira, segunda e terceira vagas — e caracterizou-as temporal e ideologicamente para tentar compreender o desenvolvimento histórico de um movimento social e de uma corrente de pensamento que adquiriu diferentes configurações, ao longo do tempo. Esta categorização tem servido de base a inúmeras análises e estudos feitos até hoje e este trabalho não será uma excepção.

Segunda Vaga e Movimento de Libertação das Mulheres são termos adoptados pela crítica feminista e pelo senso comum, respectivamente, para situar temporalmente a emergência dos movimentos de mulheres das décadas de 1960 e 1970 diferenciando-os dos antecessores movimentos de sufragistas do principio do século XX.

Estas designações foram alvo de diferentes interpretações por parte de historiadoras e filosofas feministas. Maria de Lourdes Pintasilgo, por exemplo, considera que a designação WLM — Women’s Liberation Movement (movimento norte-americano e inglês) e MLF — Mouvement de Libération des Femmes⁷ (movimento francês) assimilada pela opinião pública e pelos média,

⁷ Criado em 1967 por Monique Wittig e Antoinette Fouque.

amputou o significado que o conceito pretendia veicular e reduziu a dimensão de “processo social que o caracterizava”. De qualquer modo, concorda que a apropriação desta designação, pelos média, deu uma maior visibilidade ao movimento. Essa visibilidade, na sua opinião, contribuiu para a integração das mulheres na vida laboral e ajudou a “dar um empurrão” à criação dum amplo movimento associativo de mulheres que se expandiu um pouco por todos os continentes, apesar da desvalorização que os média faziam dessas lutas feministas, desvalorização e menosprezo que se sentia também da parte das forças políticas e da sociedade, em geral. Segundo a autora, *“Tal designação não significa, porém, que tenha intenção de escamotear os problemas postos pela expressão corrente de ‘movimentos de libertação das mulheres’. Pelo contrário, reconheço nestes movimentos a amplitude e o dinamismo das grandes lutas sociais historicamente identificadas como movimentos de libertação.”*⁸

A apropriação da designação MLM — Movimento de Libertação das Mulheres, por um grupo de feministas portuguesas, reflecte a influência que as acções dos movimentos internacionais de libertação das mulheres exerceram na formação do grupo em análise e revela a visibilidade mediática e o impacto político que esta designação adquirira, tal como é referido por Isabel Barreno, na entrevista que me concedeu e à qual voltarei mais adiante.

Contudo, devido a uma possível confusão na distinção entre MLM-grupo e MLM-movimento e dada a sobreposição das designações, não utilizarei esta denominação quando falar do movimento feminista de Segunda Vaga. Para além desta questão formal, existem, igualmente, razões de ordem conceptual que justificam a opção tomada porque, tal como Pintasilgo, considero que este termo, ao ser demasiado banalizado, pelos média e pela opinião pública, perdeu a sua verdadeira dimensão política e social.

Linda Nicholson na introdução do livro “The Second Wave” (1997), reflecte sobre se a utilização do termo Segunda Vaga é útil para situar este movimento de mulheres e em que termos tem sido definido, ou seja, quais os critérios

⁸ in “Os Novos Feminismos”, PINTASILGO, Maria de Lourdes, 1980, pp. 11

temporais que estabelecem a fronteira entre primeira e Segunda Vaga, a que países essa denominação se pode aplicar e a que grupos sociais se refere esta baliza histórica. Apesar de todas as dúvidas, a autora acaba por concordar que a década de 1960 marcou um período decisivo para o questionamento das relações de género e que, nesse caso, a utilização do termo lhe parece consensual. Afirma: *“Os movimentos políticos que se formaram durante os anos 1960 significaram que as questões radicais, colocadas sobre os papéis de género, estavam a ser levadas a cabo, não só por académicos isolados ou por grupos marginais, mas também estava na frente das preocupações de muitos públicos nacionais. A consequência foi a enorme reestruturação global das instituições. Qualquer coisa aconteceu, nos anos 1960, na forma de pensar sobre o género e que continua a moldar a vida pública e privada.”*⁹

Optarei por esta designação ao longo da minha exposição acompanhando Nicholson e Pintasilgo que consideram a denominada Segunda Vaga como um movimento social que provocou uma mudança nas questões colocadas pelas mulheres quando se interrogavam sobre a opressão a que estavam sujeitas, por parte dos sistemas jurídicos e políticos, ideologicamente patriarcais e sexistas.

O termo Segunda Vaga representa não só a complexidade das questões que as mulheres colocaram sobre si próprias e a sociedade, em geral, mas representa, igualmente, a proliferação de novas propostas e estratégias de vida alternativas às impostas pelo discurso machista e heterossexista instalado. Pintasilgo considera que entre as mulheres se desencadeia *“um processo de interrogação radical sobre o sentido das suas escolhas e dos seus comportamentos.”*¹⁰

É esta “interrogação radical” nascida da afirmação proferida por Simone de Beauvoir, na obra “Segundo Sexo” (1949), de que *“On ne naît pas femme : on*

⁹ in “The Second Wave”, 1990, pp.1. No original: *“The political movements that came into being in the 1960s meant that a radical questioning of gender roles was being carried out not only by isolated scholars or marginalized groups, but in front of and with the attention of many national publics. The consequence has been a major restructuring of institutions worldwide. Something happened in the 1960s in ways of thinking about gender that continues to shape public and private life.”*

¹⁰ Pintasilgo, op. cit., pp.13

le devient.” ou seja, uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher, que distinguirá o movimento feminista, de Segunda Vaga, dos movimentos de mulheres que se formaram durante o século XX. Será a partir desta questão matricial que as feministas lutarão para desestabilizar as estruturas do patriarcado, libertar as mulheres e transformar as leis, as mentalidades, os sistemas de representação e os comportamentos.

A opção pela designação de Segunda Vaga confere ao movimento uma imagem de dinamismo e diversidade que espelha com maior rigor as suas características. Pintasilgo reforça esta ideia quando afirma que as mulheres desencadearam uma movimentação social que “*converte os movimentos de mulheres em mulheres em movimento.*”¹¹

A Segunda Vaga feminista surge nas décadas de 1960 e 1970 e está associada ao aparecimento dos movimentos sociais que transformaram as democracias dos E.U.A., da Grã-Bretanha e da França e cujos efeitos se repercutiram em muitos outros países ocidentais.

Maria de Lourdes Pintasilgo considera que os designados “*novos movimentos sociais*” foram determinantes para a emergência duma nova vaga de mulheres que reclamavam outros direitos para além dos “*direitos legais e cívicos das mulheres, insistindo em questões como o direito à educação ou o direito de voto.*”¹²

Mary Nash¹³ é mais uma autora a situar a emergência da Segunda Vaga de feminismos ocidentais, no final dos anos 1960, simultaneamente com outros movimentos sociais que lutaram pelos direitos civis, pelos direitos dos afro-americanos, pela paz, pela descolonização ou pela educação (movimentos estudantis). Em plena Guerra Fria, a nova vaga feminista cresce aliada a uma nova esquerda que contesta as políticas neo-liberais e o projecto imperialista de países como os E.U.A., a Grã-Bretanha e a França. As mulheres aparecem também como actrizes na luta sindical, participam em estruturas partidárias, lutam em movimentos de resistência aos regimes ditatoriais — como é o caso

¹¹ *idem*, pp.12

¹² *in* “Dicionário da Crítica Feminista”, AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela (org.), 2005, pp.27

¹³ Autora do livro “As Mulheres no Mundo”, publicado em 2004.

português e espanhol — e participam, em alguns países, na luta pela independência nacional.

O feminismo enquadra-se no contexto dos novos movimentos sociais que *“fomentaram a inovação e a acção colectiva estratégica.”*¹⁴ Maria José Magalhães também partilha desta perspectiva quando se refere às lutas das mulheres da segunda metade do século XX. Em “Movimento Feminista e Educação” (1998), afirma: *“Assim, em primeiro lugar, o feminismo é uma ideologia crítica fundamental, um sistema de ideias com direito próprio. Não é uma subideologia incluída em qualquer outra ideologia secular ou religiosa. Pode englobar tanto uma ideologia, como um movimento para a mudança sociopolítica baseado na crítica ao privilégio masculino e à subordinação das mulheres numa determinada sociedade. O feminismo coloca o género como categoria principal de análise, ou seja, tem como ponto de partida a construção social diferenciada do que é ser homem e ser mulher, na base de presumíveis diferenças fisiológicas”.*¹⁵

A nova vaga de feministas pretendia a mudança do sistema patriarcal que continuava a oprimir as mulheres na família, no trabalho e na participação social impossibilitando a plena igualdade com os homens.

“Primeiro que tudo, o movimento feminista incitou as mulheres a nunca mais se verem a si mesmas como propriedade dos homens. Para exigir o controlo da sexualidade, um planeamento familiar e direitos reprodutivos efectivos, o fim da violação e do assédio sexual, precisamos de permanecer em solidariedade.

*Para que as mulheres alterassem a discriminação no Emprego, precisávamos de formar um lobby, para transformar as políticas públicas. Desafiar e modificar o pensamento sexista feminino era o primeiro passo rumo a uma sororidade poderosa que agitaria a nossa nação.”*¹⁶

¹⁴ in NASH, Mary, “As Mulheres no Mundo”, pp.159

¹⁵ in pp.27

¹⁶ in hooks, bell in “Feminism is for Everybody”, 2000, pp.15. No original: “First and foremost feminist movement urged females to no longer see ourselves and our bodies as the property of men. To demand control of our sexuality, effective birth control and reproductive rights, and end to rape and sexual harassment, we needed to stand in solidarity. In order for women to change Job discrimination we needed to lobby as a group to change public policy. Challenging and changing female sexist thinking was the first step towards creating the powerful sisterhood that would ultimately rock our nation.”

Este sentimento generalizado de “Sororidade”, aqui referido por bell hooks (2000), foi o principal motor da expansão do movimento, que contou com a participação de muitas mulheres oriundas de diferentes contextos sociais e ideológicos. Foi esta diversidade ideológica, social, cultural, racial e geográfica que enriqueceu o movimento e originou uma proliferação de grupos que assumiram múltiplas posições e organizaram diferentes formas de acção para lutar contra o sexismo vigente.

Nash caracteriza este movimento como uma estrutura organizativa informal e descentralizada, com pluralidade de ideias e valores, rejeitando a hierarquização ao nível da direcção dos grupos e estabelecendo mecanismos democráticos nos processos de tomada de decisão, e implementando redes informais na dinamização das lutas políticas e cívicas.

Devido à disseminação de diferentes perspectivas ideológicas e de estratégias de acção, podemos hoje identificar três correntes feministas distintas (e até agora consensuais no seio da Crítica Feminista e da História das Mulheres): o feminismo liberal, o feminismo socialista/marxista e, por fim, o feminismo radical.

Podemos entender o feminismo liberal como uma corrente que intervinha, dentro do sistema, com o intuito de obter direitos jurídicos iguais para mulheres e homens, embora nunca se conseguindo distanciar dos papéis de género tradicionais impostos a ambos os sexos pela ideologia heterossexual.

A corrente socialista/marxista acreditava que a eliminação do capitalismo conduziria automaticamente, a uma sociedade igualitária onde homens e mulheres partilhariam os mesmos direitos e deveres.

Por último, a corrente radical procurava a transformação total do sistema através dum processo revolucionário que atacaria as raízes do discurso patriarcal e sexista. As feministas radicais acreditavam que a sexualidade era uma forma de opressão, independente da classe social a que as mulheres pertenciam, ou seja, para estas o patriarcado ou exploração das mulheres pelos homens era anterior ao capitalismo.

Apesar desta divergência entre as duas correntes, não podemos esquecer que a maioria das feministas radicais, americanas, francesas e portuguesas,

partilhavam uma ideologia que tinha as suas origens nos movimentos de esquerda da década de 1960¹⁷. De acordo com Maria Salo e Kathy McAfee, *“Muitas dessas feministas eram de facto mulheres que tinham abandonado o movimento predominantemente masculino, convencidas de que ele nunca poderia resolver os seus próprios problemas nem os das suas irmãs.”*¹⁸

Apesar do fim da opressão das mulheres e do patriarcado serem objectivos comuns a todas as correntes, as feministas radicais propunham formas de organização e estratégias de luta bastante diferentes das outras correntes.

A corrente radical defendia que os grupos adoptassem doutrinas múltiplas e diferentes conjuntos de princípios e objectivos. Preferiam que a espontaneidade e a expressão pessoal conduzissem as práticas dos grupos e orientassem os respectivos programas.

Em Março de 1973, durante a primeira conferência nacional de hospedeiras para “Os Direitos da Mulheres”, em Nova Iorque, Kathie Sarachild definia desta forma os objectivos das feministas: *“O objectivo de formar um grupo de libertação de mulheres era iniciar um movimento de mulheres que acabasse com as barreiras de segregação e discriminação baseadas no sexo. Sabíamos que o pensamento e a acção radical seriam necessárias para o fazer. Também acreditámos que seria necessário excluir os homens das reuniões, para formar estes grupos de Libertação das Mulheres.”*¹⁹

Este estudo tem como principal finalidade procurar identificar as características dos grupos radicais quer sejam estes americanos ou europeus, bem como os objectivos das suas propostas e perceber o seu impacto na mudança de mentalidades no que respeita aos direitos das mulheres de forma a estabelecer uma relação com o MLM português, objecto de análise desta investigação.

¹⁷ O Marxismo, como base filosófica, está bem patente no trabalho de Kate Millet, *“Sexual Politics”*, no qual a autora substitui o conceito de classe pelo conceito de sexo.

¹⁸ in “História duma Longa Caminhada”, pp. 15-16. in “Mulheres Contra Homens?”, Cadernos D. Quixote 37, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1971.

¹⁹ in <http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/fem/sarachild.html>. No original: “Our aim in forming a women's liberation group was to start a mass movement of women to put an end to the barriers of segregation and discrimination based on sex. We knew radical thinking and radical action would be necessary to do this. We also believed it necessary to form Women's Liberation groups which excluded men from their meetings.”

Rosemarie Putnam Tong²⁰ considera que, pode parecer simplista etiquetar os diferentes grupos feministas mas esta categorização é fundamental para compreendermos, por exemplo, as diferenças entre cada um dos grupos, principalmente entre o feminismo liberal e o feminismo radical. Enquanto a primeira corrente pretendia a reforma do sistema, a segunda propunha-se modificá-lo através dum processo revolucionário. A autora argumenta:

“Alcançar direitos iguais para as mulheres era o objectivo primordial destas reformadoras, e os princípios fundamentais da filosofia política liberal serviam-lhes perfeitamente.

Por oposição, a maioria dos grupos formados tal como as Redstocking, e as New York Radical Feminists e mais tarde aqueles que mantiveram vivo o espírito destes grupos em centenas de grupos de consciencialização pelos Estados Unidos viam-se a si próprios mais como revolucionários do que como reformadoras.”²¹

Alice Echols defende, em “Daring to Be Bad” (1989), que as feministas radicais foram alvo de um enorme interesse por parte da sociedade americana e estiveram prestes a transformar-se num movimento de massas. Esta autora afirma que as feministas radicais foram igualmente bem sucedidas na tarefa de empurrar as liberais para uma posição mais esquerdista e em cativar as mulheres-políticas para o feminismo.

Podemos dizer que o “Processo das Três Marias” e o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres criaram um efeito semelhante em Portugal durante 1974 e 1975. O mediatismo do processo judicial e a Manifestação do Parque Eduardo VII projectaram a visibilidade da acção feminista na sua vertente mais radical, basta vermos os jornais diários da época e a quantidade de notícias e entrevistas publicadas, mas a acção do MLM — Movimento de Libertação das Mulheres não se ficou pela rua. A legitimação do grupo por parte de um organismo estatal, a Comissão da Condição Feminina, foi igualmente

²⁰ in “Feminist Thought — A Comprehensive Introduction”, 1998.

²¹ in TONG, Rosemarie Putnam, op.cit., pp. 45. No original: “Achieving equal rights for women was the paramount goal of these reformers, and the fundamental tenets of liberal political philosophy were a comfortable fit for them. In contrast, most of the women who formed groups such as the Redstockings, the Feminists, and the New York Radical Feminists and who later kept the spirit of these groups alive in thousands of small consciousness-raising groups throughout the United States perceived themselves as revolutionaries rather than reformers.”

importante para o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres porque conseguiu que algumas das suas reivindicações fossem introduzidas no debate político, como a contracepção, o aborto e o planeamento familiar. Sendo assim, também o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres, paralelamente às suas congéneres estrangeiras, aproximou as feministas liberais das radicais e permitiu a abertura das instituições para grupos de mulheres com características mais informais. Apesar da aproximação as relações entre liberais e radicais nem sempre foi pacífica, nem em Portugal ²², nem nos outros países.

As questões da sexualidade colocadas pelas feministas radicais foram alvo da crítica de Betty Friedan ²³, porque as considerava menores face às questões que envolviam o sistema educativo e as novas estruturas sociais. No entanto, esta activista considerava importante que as feministas formassem um bloco muito apesar das diferenças que as separavam. A confirmação desta convergência de interesses verifica-se quando em Agosto de 1970, a NOW decide juntar-se aos grupos de libertação das mulheres para a organização duma greve nacional — *Women’s Strike for Equality* — reclamando: “ (...) *infantários vinte e quarto horas, aborto a pedido, e emprego igual e oportunidades na educação para as mulheres.*” ²⁴

Apesar da importância que ambas as correntes tiveram para a história dos feminismos, considero que a corrente radical foi a que mais contribuiu para a discussão e reflexão sobre as questões das mulheres e as questões de género.

“As feministas radicais articularam a primeira e mais provocativa crítica sobre a família, o casamento, o amor, a normatividade heterossexual e a violação.” ²⁵

²² Falarei, mais adiante, das críticas de Elina Guimarães sobre a Manifestação do MLM no Parque Eduardo VII, o aborto e a “feminilidade”.

²³ Fundadora da NOW-National Organization for Women e autora do célebre livro *“Feminine Mystique”*, publicado em 1963.

²⁴ in TONG, Rosemarie Putnam, op.cit., pp. 45. No original: (...) *twenty-four-hour child-care centers, abortion on demand, and equal employment and education opportunities for women.*”

²⁵ in ECHOLS, Alice “Daring to Be Bad — Radical Feminism in America 1967/1975”, pp.4. No original: “Radical feminists articulated the earliest and most provocative critics of the family, marriage, love, normative heterosexuality, and rape.”

Ao invés das feministas liberais, as feministas radicais rejeitaram a conciliação com o Estado patriarcal e decidiram confrontá-lo directamente quando proclamaram que as relações de poder instituídas ultrapassavam as fronteiras do espaço público estendendo-se ao espaço da família e da sexualidade. Segundo Gisela Bock²⁶, *“O slogan, ‘o pessoal é político’ indicava que a questão do poder não estava confinada à ‘alta política’ mas que também estava presente nas relações sexuais.”*²⁷

Em 1969, Carol Hanish, no seu texto *“The Personal is Political”*²⁸, explica porque razões os problemas das mulheres só podem ser resolvidos colectivamente. Em seu entender, a resolução destes não depende da sua vontade mas sim, da mudança de todo o sistema político e social no qual as mulheres estão inseridas:

*“A razão pela qual participei nestas reuniões não foi para resolver qualquer problema pessoal. Uma das primeiras coisas que descobrimos nestes encontros é que os problemas pessoais também são políticos.”*²⁹

Bock considera este *slogan* determinante para a construção duma história das mulheres. Este terá possibilitado a contestação da perspectiva de análise, da teoria política tradicional, que separava a “esfera das mulheres” do “mundo dos homens” (Bock:1992:4) e demonstrado a inadequação da utilização desses termos para a compreensão tanto da sociedade e como da política.

As questões do público vs. privado passaram a constituir, segundo Bock, um dos possíveis enquadramentos teóricos a partir dos quais se pode construir e contestar a história das mulheres e consequentemente, dos homens. E esta foi uma das questões que mais fracturou as relações entre as feministas liberais e as feministas radicais porque as primeiras consideravam que o privado não era uma realidade que devesse ser politizada.

²⁶ in *“Challenging Dichotomies: Perspectives on Women’s History”*, pp. 4. in OFFEN, Karen, ROACH Ruth, RENDALL, Jane, *Writing Women’s History: International Perspectives*, 1992.

²⁷ No original: *“The slogan ‘the personal is political’ indicated that the issue of power is not confined to ‘high politics’, but also appears in sexual relations.”*

²⁸ Na introdução não publicada do texto, a autora atribui o título a Shulamith Firestone e Anne Koedt, depois de Kathie Sarachild lhes ter sugerido que aquele deveria ser publicado na edição do livro *“Notes from the Second Year: Women’s Liberation”* (1970).

²⁹ in <http://scholar.alexanderstreet.com/pages/viewpage.action?pageld=2259>. No original: *“So the reason I participate in these meetings is not to solve any personal problem. One of the first things we discover in these groups is that personal problems are political problems. There are no personal solutions at this time. There is only collective action for a collective solution.”*

Valery Bryson³⁰ defende que, esta distinção artificial entre público vs. privado foi criticada pelas feministas radicais visto que estas sustentavam que dessa forma a opressão das mulheres se manteria intacta tal como as estruturas de poder dentro da família que continuariam a restringir as mulheres à casa, impedindo-as de competir no mercado de trabalho ou na actividade política. Para as feministas radicais o problema residia na naturalização destas dicotomias — natureza vs. cultura, privado vs. público — edificadas pelo sistema patriarcal. Já Virgínia Woolf (“Room Of One’s Own”, 1929) escrevera sobre um espaço mental e físico extremamente opressor que restringia a vivência social das mulheres ao contexto familiar e doméstico. A correlação entre o feminino e doméstico foi condicionada pelos imperativos biológicos/reprodutivos fazendo com que as mulheres fossem destinadas a dedicar-se às chamadas “actividades femininas” unicamente pelo facto de poderem gerar vida. Este regime heterossexual imposto pelo sistema capitalista contribuiu para o afastamento das mulheres da vida pública, relegando-as para a vida familiar. Mesmo que a família contasse com a participação activa das mulheres dentro e fora do espaço doméstico e mesmo que argumentemos que a influência das mulheres é e sempre foi determinante na construção da sociedade, não podemos esquecer que o Estado intervém na definição das regras e dos limites impostos ao poder que as mulheres e os homens podem de facto exercer. Basta recordar o Código Civil português e até mesmo a Constituição da República Portuguesa para percebermos a influência do aparelho jurídico na definição das identidades de género circunscritas ao regime heterossexual. Kate Millet reforça esta ideia: *“A família é a instituição matriz do patriarcado. (...) Mediando entre o indivíduo e a estrutura social, a família produz controlo e conformidade onde as outras autoridades políticas são insuficientes.”*³¹

³⁰ in “Feminist Challenges to ‘Common Sense’”, pp.41. in “Feminisms and Women’s Movements in Contemporary Europe”, 2000.

³¹ in “Sexual Politics”, 1971, pp.33, No original: “Patriarchy’s chief institution is the family. (...) Mediating between the individual and the social structure, the family effects control and conformity where political and other authorities are insufficient.”

Na perspectiva das feministas radicais, a única forma de ultrapassar esta posição essencialista radicada na biologia e na tradição da família nuclear passava por questionar os sistemas de representação e as tecnologias de género que produziam um modelo fixo de feminilidade e masculinidade, gerando enormes desequilíbrios nas relações de poder entre mulheres e homens. Podemos dizer que a problemática da construção social e cultural do género de que hoje tanto se fala, teve o seu início no seio desta corrente radical.

“O conceito de ‘género’ foi introduzido na história das mulheres e nos estudos sobre mulheres na década de 1970 como uma categoria social, cultural, política e histórica com o objectivo de reforçar a perspectiva de que a subordinação, inferioridade e fraqueza não são ditadas pela natureza mas por construções sociais, culturais, políticas e históricas. (...)

*Uma das razões para ter alcançado o sucesso na substituição da palavra ‘sexo’ deve-se à insistência de que o estudo das mulheres não lida somente com a sexualidade, o papel de esposa e a maternidade mas também com outros aspectos da vida das mulheres.”*³²

Estas diferenças também se fizeram sentir dentro da corrente radical não porque duvidassem da opressão causada pelo sistema de sexo/género imposto pelo patriarcado, mas porque propunham soluções e políticas divergentes para atingirem o mesmo objectivo, o da libertação das mulheres. Tong identifica duas linhas de pensamento dentro desta corrente: as Feministas Radicais-Libertárias e as Feministas Radicais-Culturalistas. Referindo o trabalho de Ann Ferguson, Tong explica: *“Depois de reflectir sobre as diferenças entre a linha radical-libertária e a radical-cultural, em relação à sexualidade, Ferguson concluiu que as suas crenças sobre a natureza e função da sexualidade, as formas em que a sociedade constrói e controla a*

³² in BOCK, Gisela, op. cit, pp.7. Bock apresenta neste ensaio as suas dúvidas em relação à introdução da dicotomia sexo vs. género no debate feminista. Ela considera que as feministas deveriam questionar a natureza teórica e linguística da dicotomia e não o conceito de género. A autora sugere que os conceitos de género e sexo devem ser utilizados indistintamente se houver capacidades para entender o género como simultaneamente, físico e cultural. No original: *“The concept ‘gender’ has been introduced into women’s history and women’s studies in the 1970s as a social, cultural, political and historical category, in order to express the insight that women’s subordination, inferiority and powerlessness are not dictated but nature, but are social, cultural, political and historical constructions. (...)*

One of the reasons for its success in replacing the word ‘sex’ has been the insistence that the study of women does not only deal with sexuality, wifehood and motherhood, but with women in all walks of life.”

*sexualidade e, as necessárias e suficientes condições da liberdade sexual eram diametralmente opostas.”*³³

A generalização do debate entre os diferentes grupos de mulheres produziu, segundo Gisela Bock, resultados bastante frutíferos para a teoria e crítica feminista dando origem a mais um interessante enquadramento conceptual, a desconstrução da dicotomia natureza vs. cultura. *“Foi principalmente no Estados Unidos, no início da década de 1970 que a relação dos sexos foi discutida em termos de relação, ou seja, de dicotomia, entre ‘natureza e cuidado’ ou ‘natureza e cultura’. Os homens e as suas actividades foram entendidas como cultura e valor cultural, enquanto as mulheres e as suas actividades foram vistas como naturais, fora da história e da sociedade, sempre iguais e por isso, não merecedoras de qualquer tipo de estudo ou interesse académico, político e teórico.”*³⁴

A grande luta das feministas radicais travou-se contra o patriarcado e a normatividade masculina porque acreditavam que a libertação das mulheres só poderia acontecer depois da erradicação do discurso falocêntrico e da invenção de outros discursos que incluíssem as mulheres em igualdade com os homens. Como sugere Bryson, nem sempre foi fácil esta contestação do discurso patriarcal porque colocava o dilema entre a aquisição de direitos sociais e a especificidade das realidades das mulheres, ou seja, os mesmos direitos no trabalho com as respectivas salvaguardas para o período da maternidade.

No entanto, foram estes dilemas, que conduziram a discussões e alterações legislativas que beneficiaram as mulheres na entrada para o mercado de trabalho e nas políticas de planeamento familiar. Não alteraram, porém, a desigualdade que se fazia sentir na partilha das tarefas reservadas ao lar e à família.

³³ in op. cit., pp.63. No original: *“After reflecting on the differences between radical-libertarian and radical-cultural views on sexuality, Ferguson concluded that their respective assumptions about the nature and function of sexuality, the ways in which society constructs and controls sexuality, and the necessary and sufficient conditions of sexual freedom were diametrically opposed.”*

³⁴ in BOCK, Gisela, op. cit., pp.2. No original: *“It was mainly in the United States in the early 1970s that the relation of the sexes was discussed in terms of relation, or rather dichotomy, between ‘nature and nurture’ or ‘nature and culture’. Men and their activities had been seen as culture and of cultural value, whereas women and their activities had been seen as natural, outside of history and society, always the same and therefore not worthy of scholarly, political or theoretical interest and inquiry.”*

Durante as décadas de 1960/1970, as mulheres da classe operária há muito integradas no mercado de trabalho, continuavam a ser prejudicadas pela dupla jornada de trabalho, em casa e no emprego e pelos salários mais baixos. Mais uma vez, foram as feministas radicais e marxistas que chamaram a atenção das mulheres e da opinião pública para o valor que o trabalho doméstico representa para a economia global e de como a desigualdade na partilha destas tarefas prejudica as mulheres e favorece os homens.

Bock considera que esta discussão originou a formulação de outro enquadramento teórico, igualmente útil para a compreensão das realidades e contradições da história das mulheres. A oposição entre trabalho vs. família permitiu às feministas demonstrarem que o trabalho doméstico e de cuidados, apesar de não remunerado, deveria ser também considerado trabalho. Desta forma, colocaram na agenda de alguns governos ocidentais, como da Inglaterra e da Austrália, a discussão sobre a produtividade gerada pelas mulheres no espaço doméstico e familiar. *“A divisão sexual do trabalho era não só uma divisão mas uma hierarquia de trabalho, e não só uma de trabalho mas, principalmente, a divisão sexual do valor e da recompensa.”*³⁵

Os problemas associados à divisão sexual do trabalho foi uma questão aparentemente consensual entre as liberais e as radicais, no entanto também neste campo os valores que as separavam se tornaram evidentes.

As liberais não abdicam da família como pilar estruturante da sociedade enquanto as radicais criticam o modelo tradicional de família e a rigidez dos papéis sociais — mãe e esposa — impostos às mulheres.

Apesar dessa crescente participação no mercado de trabalho e duma maior visibilidade das lutas feministas, a maioria das mulheres não possuía consciência da sua condição “secundária” e das limitações legais e sociais a que estavam sujeitas pelo sistema patriarcal e sexista porque, tal como bell hooks refere: *“Feminists are made, not born”*³⁶, isto é, não bastava nascer-se fêmea para se ser feminista.

Face a esta situação, os diferentes grupos feministas de Segunda Vaga, principalmente os de características radicais, rapidamente se aperceberam

³⁵ in BOCK, Gisela, op.cit., pp.3. No original: *“The sexual division of labour was found to be not just a division but a hierarchy of labour, and not just one of labour but, primarily, a sexual division of value and rewards”*

³⁶ in Feminism is for Everybody, 2000, pp.7

que a politização e participação das mulheres no movimento só seria possível se, se submetessem a um aprofundado processo de auto-conhecimento, que ajudasse a reflectir sobre as condições que conduziram as mulheres a situações de subalternidade e discriminação. A este propósito, afirma Pintasilgo: *“Os aspectos íntimos, pessoais da vida privada possuíam uma dimensão central na identificação da opressão feminina e, portanto, no projecto de transformação pessoal e social das mulheres. As metas fundamentais do novo feminismo, tais como o desenvolvimento pessoal, a auto-estima e a identidade individual foram decisivas na conquista da libertação pessoal da mulher.”*³⁷

Para as feministas radicais tratava-se de dar a conhecer às mulheres as origens e funcionamento do sistema sexista e patriarcal sobre o qual assentavam todas as estruturas sociais, de modo a que estas compreendessem as situações de opressão e exclusão a que eram constantemente sujeitas. Citando bell hooks: *“Antes das mulheres mudarem o patriarcado tinham que mudar-se a si mesmas; tínhamos que aumentar a nossa consciência.*

*A consciencialização feminista revolucionária destacava a importância de entender o patriarcado como sistema de dominação, como se institucionalizou e como é perpetuado e mantido.”*³⁸

Todos os debates que envolveram as questões das mulheres coincidem com a entrada massiva das mulheres ocidentais nas universidades, no mercado de trabalho e em muitas outras instituições contribuindo para pôr em prática o projecto da igualdade de direitos e da eliminação da exclusão das mulheres da vida pública. Estes movimentos de mulheres e feministas, de origem maioritariamente branca e burguesa, não ficaram imunes às questões discriminatórias que atravessavam a realidade de todas as mulheres, como por exemplo as questões raciais, sexuais e classistas. Convém lembrar que esta

³⁷ in Pintasilgo, op. cit., pp.160.

³⁸ in bell hooks, *Feminism is for Everybody*, pp.7. No original: *“Before women could change patriarchy we had to change ourselves; we had to raise our consciousness. Revolutionary feminist consciousness-raising emphasized the importance of learning about patriarchy as a system of domination, how it became institutionalized and how it is perpetuated and maintained.”*

tomada de consciência dessa diversidade interna se deveu, entre outros, à presença de mulheres negras e lésbicas dentro dos movimentos de mulheres/feministas.

*“As questões das mulheres e da igualdade de género vão passar de questões sectoriais a questões globais; de questões exteriores ao mundo da política a questões eminentemente políticas”*³⁹

Motivadas pelo ambiente social propício e ávido de mudanças, as feministas organizaram-se em grupos e associações locais, nacionais e internacionais que se manifestaram publicamente contra o poder masculino e o discurso sexista dominante. Alice Echols reforça esta ideia ao afirmar: *“No final de 1967 pequenos grupos de mulheres radicais começaram a reunir-se nos Estados Unidos para discutir o problema da supremacia masculina. Naquele tempo, a maioria estava determinada a organizar um movimento de libertação das mulheres dentro do grande Movimento radical.”*⁴⁰

Nestas duas décadas, os movimentos feministas internacionais transformaram-se em fortes grupos de pressão que contribuíram para a inclusão da discussão dos direitos iguais para as mulheres nas agendas dos governos e levando a Organização das Nações Unidas a sugerir, em 1967 aos países membros, a adopção da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Respondendo a este desafio, os movimentos de mulheres/feministas organizaram-se e desenvolveram acções junto da sociedade civil de forma a consciencializar e esclarecer as mulheres sobre as medidas a tomar e os comportamentos a adoptar face à submissão, exploração e abuso a que muitas estavam sujeitas. A existência de centenas de organizações que se dedicam, actualmente, às questões da pobreza, da violência, da sexualidade, da saúde e planeamento familiar é hoje inquestionável.

Em Portugal, porém, este fenómeno tardou em acontecer não só porque os grupos de pressão com características feministas eram inexistentes, como devido ao facto de aqueles que se dedicavam às “questões femininas” se

³⁹ in Notícias CIDM, nº 73, Jan./Fev./Mar., 2005.

⁴⁰ in op. cit., pp.3. No original: *“In the fall of 1967 small groups of radical women began meeting in the United States to discuss the problem of male supremacy. At that time the majority was committed in organizing a women’s liberation movement within the larger radical Movement.”*

encontrarem fragilizados pela excessiva dependência ideológica ou financeira, do Estado Novo e da Igreja. Irene Flunser Pimentel documenta esta realidade na sua obra “História das Organizações Femininas do Estado Novo”(2001). Segundo a autora: *“A manutenção do lar e a educação dos filhos no espaço privado, a assistência e a educação no espaço público foram as tarefas atribuídas às mulheres pelas associações femininas filantrópicas e beneficentes, na sua maioria dependentes da Igreja. Esta instituição, à qual o Estado Novo deixou o encargo do grosso da assistência, foi, como se verá desde a consolidação do regime salazarista, cuidadosa mas firme perante as investidas estatais nos campos assistencial e educativo, e nos meios onde ela actuava tradicionalmente: no seio da família, das mulheres e dos jovens.”*⁴¹

O MLM — Movimento de Libertação das Mulheres terá então sido o primeiro grupo português a iniciar uma actividade feminista com ideologias e dinâmicas. Pode ser considerado como o precursor nacional do feminismo de Segunda Vaga, como explicarei no sub-capítulo seguinte.

⁴¹ in pp.110. Irene Flunser Pimentel, distinguida com o Prémio Pessoa 2007, dedicou parte da actividade como investigadora à história das mulheres portuguesas, no período da Ditadura. Para além da obra mencionada, em 2007, publicou “A Mocidade Portuguesa Feminina”, um excelente documento visual que retrata a vida daquela organização feminina do Estado.

1.2. PORTUGAL: UMA MARCHA (QUASE) SILENCIOSA?

Neste sub-capítulo pretendo questionar a existência de um movimento feminista de Segunda Vaga e identificar sinais da presença de um discurso e acção feminista radical em Portugal, bem como efectuar fazer um breve enquadramento histórico e social, que possa enquadrar a especificidade do contexto português face a outros países ocidentais.

para compreender de que modo podemos enquadrar e relacionar o fenómeno português com os acontecimentos internacionais.

Esta análise é importante para a compreensão do surgimento do MLM — Movimento de Libertação das Mulheres, na sociedade portuguesa como o único grupo assumidamente feminista do período pós-revolucionário.

A especificidade da situação política, social, cultural e económica portuguesa no início da década de 1970 coloca, no entanto, algumas dificuldades a esta reflexão, já que se torna é complicado estabelecer uma comparação entre o nosso país e os países que servem de referência ao aparecimento da Segunda Vaga feminista, devido ao regime anti-democrático em exercício até 1974.

Para além deste factor ainda existe um enorme défice na publicação de conteúdos relacionados e que poderiam permitir o aprofundar desta análise.

A discussão sobre se existiu ou não um movimento feminista em Portugal continua em aberto, por isso talvez seja aparentemente incoerente a pergunta de partida para este sub-capítulo: se nem como movimento o feminismo existiu como é que se pode questionar a existência do feminismo radical?

Considerando o feminismo radical uma corrente que luta pela erradicação do patriarcado e pela sua substituição por uma instituição mais inclusiva para as mulheres e, conseqüentemente, para todas as sociedades, poderemos encontrar, em Portugal, um movimento de mulheres que se tenha batido pela mesma causa?

Sabemos da existência de feministas que acreditavam que a resolução dos problemas das mulheres portuguesas só se alcançaria se fossem postas em prática políticas radicais que invertessem a situação de submissão, exploração e exclusão a que maioria das mulheres estavam sujeitas. No entanto, será que essas vozes solitárias provocaram algum eco junto duma grande maioria de portuguesas? Sendo este estudo dedicado à análise do contexto português, será possível enquadrar o feminismo nacional dentro deste movimento de Segunda Vaga? Poderemos considerar o feminismo português como um movimento social semelhante ao gerado no estrangeiro?

Para responder à última questão colocada é fundamental a obra *“Movimento Feminista e Educação”*, de Maria José Magalhães (1998) que nos apresenta várias contribuições teóricas⁴² preciosas para a compreensão, não só do que são os movimentos feministas e os movimentos sociais, dos argumentos que defendem que o movimento feminista português foi também um movimento social.⁴³

De acordo com Magalhães, existem duas perspectivas distintas sobre este assunto; uma que considera que o movimento feminista foi um movimento social e outra que considera precisamente o contrário. As duas posições acabam todavia por coincidir sobre a existência de um movimento social quando se referem à campanha do aborto (1978-1984).

Para a autora, esta divergência só na medida em que as duas perspectivas não se abstraem dos possíveis efeitos mobilizadores exercidos sobre as massas que caracterizam habitualmente o movimento social e porque estão dependentes da forma como é definido o conceito de movimento social e as *“expectativas de eficácia política em relação àquilo por que se luta.”*⁴⁴

Dado o carácter heterogéneo do movimento de mulheres/feministas e das suas práticas de intervenção, a autora reconhece que o movimento feminista tem semelhanças com outros movimentos sociais (ecologistas, pacifistas,

⁴² Maria José Magalhães sustenta a sua argumentação com base em autores/as como Jean L. Cohen, Touraine, C. Offe e Karen Offen.

⁴³ *“Pensamos que o movimento de mulheres é um movimento social embora a sua luta se situe também no cultural, no campo dos valores e das normas.”*, pp.18

⁴⁴ *in* “Movimento Feminista e Educação”, 1998, pp.91

negros, negras, homossexuais e lésbicas). Enfatiza os seus valores de autonomia, identidade, oposição à manipulação, ao controlo e à regulação e ao que exercício de uma acção política colectiva que tem como objectivo alterar a sociedade política, económica, cultural e pessoalmente, redistribuindo os recursos e negociando as relações de poder.

Apesar de concordar que a definição apresentada por Magalhães descreve correctamente as características do movimento feminista, questiono-me se esta heterogeneidade se pode aplicar ao contexto português e justificar assim a existência de um movimento (social) feminista em Portugal?

Inclino-me para a perspectiva que defende a inexistência de um movimento social com características feministas, apesar de reconhecer a responsabilidade de algumas mulheres e de algumas feministas na mobilização da sociedade durante a campanha do aborto.

Porém, na minha opinião, a campanha pelo aborto foi muito mais do que uma luta feminista. Esta campanha foi um dos grandes debates nacionais da época e serviu para marcar as diferenças entre as ideologias de Direita e de Esquerda, no que respeita ao direito à vida e ao planeamento familiar. Penso que a mobilização nacional para esta causa assumiu características de movimento social como muitas das outras lutas (salarial, educativa, legislativa e constitucional) que se travaram durante esse período da história portuguesa. A batalha do aborto não terá sido reconhecida como uma luta radicalmente feminista nem essa luta terá arregimentado um número suficiente de mulheres declaradamente feministas. Muitas das mulheres chegaram mesmo a demarcar-se dos grupos activistas, umas por discordarem das estratégias políticas utilizadas, outras por recearem o rótulo de feministas e as consequentes críticas de que poderiam ser alvo.⁴⁵

As feministas e muitas centenas de mulheres exerceram na discussão da interrupção voluntária da gravidez um papel determinante mas talvez

⁴⁵ Como participante na campanha para o referendo, de 2007, sobre a interrupção voluntária da gravidez, considero empenhamento da UMAR — União das Mulheres Alternativa e Resposta (antes União das Mulheres Anti-Fascistas e Revolucionárias) e de várias feministas fundamental para a vitória do “SIM” mas o seu contributo passou despercebido. E porquê? Penso que a principal razão foi o receio, por parte das feministas, desta luta vir a ser percebida, publicamente, como uma causa exclusiva às mulheres, tendo decido integrar uma plataforma social agregadora de outro tipo organizações e grupos civis. O *backlash* da sociedade civil e dos média sobre o feminismo foi sempre tão demolidor que, nem em 2007, as feministas portuguesas assumiram sozinhas esta luta!

insuficiente para permitir afirmar-se que o movimento feminista tenha também sido um movimento social. Segundo Vanda Gorjão⁴⁶, os movimentos sociais formam-se, geralmente, em torno duma causa comum e organizam-se através duma rede complexa de indivíduos e acções que têm como objectivo dar visibilidade a uma determinada causa. Sendo assim, a possibilidade de considerarmos a existência de um movimento social de mulheres em Portugal, quer seja referente à primeira ou à Segunda Vaga, só faz sentido se nos restringirmos à discussão do aborto e não ao aparecimento de uma onda de activismo feminista.

Assumo que não me consigo distanciar desta definição de movimento social proposta por Gorjão, tal como sugere Magalhães e, por isso, rejeito a ideia de que as lutas das mulheres portuguesas, no pós 25 de Abril, possam ser consideradas um movimento social. A rede complexa de indivíduos era inexistente e as acções desenvolvidas pelas feministas foram quase insignificantes para a formação duma consciência colectiva que assimilasse os valores e ideias defendidos por estas.

Magalhães acredita que essa rede complexa e heterogénea que considero importante para a definirmos como movimento social era, em proporção, semelhante às redes feministas norte-americanas antes de 1967 e lembra a recolha de 3.000 assinaturas efectuada pela CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (c.f.anexoA1), em 1979, de mulheres que assumiam ter abortado clandestinamente. Segundo a autora, uma acção do mesmo género foi lançada em 1971, em França⁴⁷, tendo obtido somente 300 assinaturas. No entanto, entre estas constavam figuras públicas de renome, como Simone de Beauvoir, Catherine Deneuve ou Jeanne Moreau, entre outras e não apenas mulheres anónimas. Através destes dados, a autora pretende demonstrar, em termos comparativos, que o movimento feminista português se assemelha aos de outros países, quer a nível formal quer a nível ideológico, e por isso considera-o um movimento social tal como são considerados os seus congéneres estrangeiros. Em minha opinião, essa comparação não é pacífica.

⁴⁶ *in* “Oposição feminina(?), oposição feminista (?) ao Estado Novo. *in* AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa e ALMEIDA, Teresa Sousa de, “O Longo Caminho das Mulheres”, 2007.

⁴⁷ Esta acção ficou conhecida como “Manifesto das 343” e deu origem, em 1975, à publicação da lei que legalizava a interrupção voluntária da gravidez. Esta novo direito legal ficou conhecido como a Lei Veil.

A argumentação de Magalhães prova a existência de um movimento social de mulheres, porém não a existência de um movimento feminista. Apesar de existirem algumas semelhanças entre o fenómeno português e o francês, existem também inúmeras diferenças.

O período revolucionário e pós-revolucionário a que se reporta Magalhães é um dos factores que contribui para essa distinção. As questões das mulheres fizeram parte do processo de democratização do país e as mulheres foram parceiras activas dos homens, nas fábricas, nas ruas e nos campos.

Como diz Pintasilgo, no ensaio “Portugal: Daring to Be Different”: *“o poder do povo transformou-se, em certa medida, no poder das mulheres.”*⁴⁸ Na perspectiva da autora supracitada, as mulheres portuguesas conseguiram que os seus problemas fossem inscritos na agenda de toda a sociedade: as leis da Família foram drasticamente modificadas, os infantários, os lares de idosos e a maternidade foram encarados como prioridades nas políticas sociais do Estado. Contudo, a participação massiva das mulheres no processo revolucionário e na transformação social não implicou que a conquista dos direitos tenham sido percebidas como uma luta das mulheres ou das feministas.

Pintasilgo considera que a luta das mulheres e o processo de transformação social seriam duas faces da mesma batalha e, por isso, a visibilidade e afirmação de um Movimento Feminista autónomo ficaram seriamente comprometidas. A autora vai mais longe ao afirmar que o entusiasmo pela Revolução *“disfarçar as camadas profundas da subtil discriminação exercida sobre as mulheres.”*⁴⁹ Como veremos nos capítulos seguintes, essas discriminações foram sentidas pelas feministas que integraram o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres.

“Para que o movimento de mulheres se erga e faça uma contribuição significativa, tem que haver sinais de abertura por parte da sociedade. Doutra modo, o movimento de mulheres parece representar uma espécie de objectivo de segunda linha e as suas ideias podem ser facilmente roubadas, modificadas e apropriadas. (...)

⁴⁸ *in* Portugal: Daring to Be Different pp.129. No original: “people’s power became to a large extent, women’s power.”

⁴⁹ *idem*. No original: “disguised deep layers of subtle discrimination against women.”

*Mas se a luta das mulheres portuguesas encontrou na Revolução um reforço, também é igualmente verdade que encontrou as suas limitações.*⁵⁰

Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos ou em França⁵¹, a configuração dos grupos de feministas portuguesas nunca atingiu mais do que 50 associadas, as acções desenvolvidas raramente alcançaram visibilidade significativa junto da sociedade ou dos média, o pensamento crítico feminista português resumia-se a 4 ou 5 publicações e as autoras assumidamente feministas eram muito poucas. Existiram feministas activas e pequenos grupos de mulheres mas não podemos dizer que tenham constituído um movimento social de mulheres.

Gorjão refere que a mesma perspectiva se pode aplicar ao feminismo português de primeira vaga, ou seja, apesar de terem existido grupos influentes, estes não passaram de uma elite com reduzido impacto na vida da generalidade das mulheres portuguesas.

Fazendo uma breve retrospectiva, a autora afirma que as três primeiras décadas do século XX foram marcantes para a história do feminismo português com o aparecimento de diversos grupos de defesa dos direitos da mulheres, apesar de nem todos serem associações declaradamente feministas: Grupo Português de Estudos Feministas (1907), Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909), Associação de Propaganda Feminista (1911), Círculo Feminista Português, União das Mulheres Socialistas,

⁵⁰ *idem*. No original: "For the women's movement to emerge and make a significant contribution there must be some signs of breakthrough in society.

Otherwise, a women's movement seems to represent some kind of 'sideline' goals, and its ideas can be easily be taken up, modified, and co-opted by the establishment. (...)

But if Portuguese women's struggle found in our Revolution its reinforcement, it is equally true that it found its limitations."

⁵¹ "In the early days of the MLF, women organised actions which attracted media attention. In August 1970, a group of women tried to lay a wreath at the tomb of the unknown soldier at the Arc de Triomphe, because: 'Il y a plus inconnu encore que le soldat: sa femme!' [Someone is even more unknown than the soldier: his wife!]. The ceremony was cut short by the intervention of the police but the next day, the newspaper, *France Soir*, reported the event on its front page and the press began to talk about the *Mouvement de libération des femmes*. (...) In April 1971, the centre-left magazine, the *Nouvel Observateur* and the newspaper, *Le Monde*, published the 'Manifeste des 343'. This was a declaration signed by women, both well known and unknown, that they had had an abortion. Abortion was illegal at that time and all the women risked being arrested. The Manifeste attracted a great deal of media attention.

In May 1972, five thousand women gathered at the *Mutualité* in Paris to denounce the crimes perpetrated against women. Women bore witness to the oppression they suffered, ranging from rape and violence to the daily discrimination women are forced to put up with.

A fortnight later, women organised a new style Mothers' Day, *fête des mères*. Two hundred women dressed up as little girls, walked in procession down the *Champs Elysées*, behind the figure of the Mother, a figure of mourning and sacrificial sublimation. The slogan was: 'Fêtée une journée, exploitée toute l'année' [Celebrated one day, exploited all year]. in <http://www.well.ac.uk/cfol/feminism.asp#second>

Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914) e Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915).

Estes grupos apoiavam as reivindicações das suas congéneres estrangeiras como o direito à educação e o direito ao voto, no entanto, tal como afirma a autora supracitada, *“não se encontra a mesma multiplicidade de aceções e dinâmicas que o feminismo teve em outros países.”*⁵²

Apesar desta proliferação de grupos nas primeiras décadas do século XX, parecia existir um certo consenso sobre a realidade das mulheres e as políticas de identidade associadas à sua afirmação social.

Muitas vozes solitárias abalaram, de vez em quando, as leis da República e a moral do Estado porém, as repercussões das suas reivindicações pouco se faziam sentir⁵³.

⁵² in “Oposição Feminina (?), Oposição Feminista (?) ao Estado Novo”, pp.113 — O Longo Caminho das Mulheres.

⁵³ De qualquer modo, seria injusto menosprezar os contributos de muitas mulheres que investiram pessoalmente todas as suas energias na luta pela defesa dos direitos das mulheres. É o caso de Elina Guimarães que sempre denunciou o sexismo patente no Direito português, sexismo esse que se reflectia na forma como a sociedade tratava de modo desigual as cidadãs/mulheres e os cidadãos/homens. Maria de Lourdes Pintasilgo foi outra das mulheres a prestar um contributo inestimável para a consolidação dos direitos das mulheres. Preside à Comissão da Condição Feminina entre 1973 — 1975, salvo as interrupções para integrar o II e III Governos Provisórios, como titular da pasta dos Assuntos Sociais. Foi Primeira-Ministra de Portugal, em 1979. Pintasilgo trabalhava um território anteriormente fertilizado por sufragistas e feministas como Carolina Michaelis (1851-1925), Maria Lamas (1893-1983), Ana de Castro Osório (1872-1935), Maria Veleza (1871-1955), Adelaide Cabete (1867-1935) e muitas outras que empenhadamente deram o seu contributo para a visibilidade dos problemas das mulheres denunciando injustiças ao nível dos direitos de cidadania e desenvolvendo acções de melhoria dos direitos e condições de vida destas, como é o caso do sistema educativo e de apoio social.

1.3. POLÍTICAS E PRÁTICAS DAS FEMINISTAS PORTUGUESAS

Somente no final da década de 1960 começamos a assistir a uma maior atenção às questões das mulheres tanto através dos jornais como dos livros que iam sendo publicados por pequenas e revolucionárias editoras. Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, muitos textos feministas foram traduzidos, de Kate Millet a Kathie Sarachild, Anne Koedt, Christiane ou Rocheford, bem como foram publicados numerosos ensaios de intelectuais e escritores/as nacionais foram publicados sobre a condição da mulher.

Paralelamente, os média populares continuavam a disseminar representações bastante conservadoras sobre o papel das mulheres na sociedade.

Apesar deste desinteresse generalizado da maioria das mulheres e dos homens pelas causas feministas ao esforço de figuras isoladas juntava-se o de algumas editoras, como a Editora Delfos (c.f.anexoB1), Dom Quixote, Editorial Estampa (c.f.anexoB2), Prelo Editora e que, durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, publicaram e traduziram alguns dos mais importantes textos da história do pensamento feminista de Segunda Vaga. Um dos eventos mais significativos para a discussão dos problemas das mulheres em Portugal foi a organização, pela Secção Cultural da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, em 1968, de um ciclo de colóquios sobre “A Mulher na Sociedade Contemporânea” (c.f.anexoB3) na qual interviram a jurista Elna Guimarães, a escritora Sophia de Mello Breyner Andersen, entre outras/os.

Não obstante, o feminismo de Segunda Vaga teve um fraco impacto na alteração de mentalidades e comportamentos, tanto de homens como de mulheres. Não conseguindo abalar radicalmente as estruturas sociais nem criar grupos de pressão fortes que exercessem uma influência significativa na elaboração de políticas sociais, laborais, nas políticas editoriais dos média ou nas políticas educativas que, conseqüentemente, potenciassessem um movimento massivo de pessoas que unissonamente defendessem os direitos das mulheres e reconhecessem a subalternidade e a discriminação a que estas

estão sujeitas na vida familiar, nas estruturas sociais e no mercado de trabalho.

Virgínia Ferreira considera: *“Entre 1974 e 1979, período da instauração e consolidação da democracia portuguesa, as mulheres viram alterar-se a sua condição social em numerosos domínios, como por exemplo, (i) ser-lhes aberto o acesso a todas as carreiras profissionais; (ii) ser-lhes alargado o direito ao voto; (iii) ser retirado aos maridos os direitos de lhes violar a correspondência e não autorizar a sua saída do país; (iv) ser alargada a licença de maternidade para 90 dias; (v) ser reconhecida constitucionalmente a igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas; (vi) ser aprovado um novo Código Civil em que desaparece a figura de ‘chefe de família’. Isto sem que se tivessem registado movimentações consistentes em defesa destas “conquistas.”*⁵⁴

Mesmo que as correntes de pensamento e as dinâmicas activistas das feministas tenham passado despercebidas, Magalhães destaca, na obra anteriormente referida, três momentos decisivos que marcam a história das mulheres, em Portugal: a primeira fase situa-se nas décadas de 1970 e 1980, quando as feministas lutaram pela revisão da legislação do Código Civil que veio a garantir às mulheres muitos dos direitos que lhes tinham sido negados durante quarenta anos, principalmente no que diz respeito à sua autonomia e liberdade individual (eliminando a dependência do marido ou do pai para ser considerada uma cidadã de plenos direitos).

Mas se, em Portugal, o Feminismo foi constantemente desvalorizado pelo sistema político português e pela sociedade em geral, os efeitos provocados pelos movimentos feministas internacionais, na definição de estratégias da política internacional foram importantes para modificar a Constituição de 1976 que consagrou a igualdade e direitos mas que também catalizou o aparecimento de organismos estatais que tinham (e têm) como missão proteger e promover os Direitos da Mulheres: a Comissão para a Cidadania e

⁵⁴ in “As Mulheres em Portugal: Uma situação paradoxal.” in <http://www.lxxl.pt/babel/biblioteca/mulheres1.html>

Igualdade de Género (CIG)⁵⁵, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)⁵⁶.

Ao longo da década de 1980, as mulheres lutaram pela descriminalização do aborto, pelo salário igual, contra a violência doméstica e sexual, no entanto, essas lutas não provocaram rupturas abruptas nem nas políticas nem nas mentalidades porque, ainda hoje, as organizações de mulheres/feministas portuguesas continuam a exigir que estas desigualdades sejam eliminadas.

O MDM — Movimento Democrático das Mulheres (1968), o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres (1974) e a UMAR — União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias (1976) estão entre os grupos de mulheres/feministas mais influentes tanto a nível político como social mas actuaram sempre sob a alçada dos seus partidos de referência, o PCP e a UDP, respectivamente.

Maria José Magalhães, na obra anteriormente citada, sugere que a segunda fase da luta (1978-84) pelos direitos reprodutivos se materializou em inúmeras campanhas pró-aborto que ganharam uma maior visibilidade quando Maria Antónia Palla e Conceição Massano foram acusadas de incitar à prática do aborto e Natália Correia discursou sobre este tema na Assembleia da República. Considera que esta foi a fase da luta, principalmente a luta pelo fim do aborto clandestino, que conseguiu mobilizar um maior número de mulheres em Portugal, nunca mais tal se tendo repetido.

Sendo assim, se nunca mais se repetiu como podemos afirmar que o feminismo português foi, de facto, um movimento?

Apesar de Magalhães considerar que o movimento feminista português se assemelha a um movimento social, principalmente no que respeita ao debate sobre a descriminalização e legalização do aborto, esta não deixa de referir que essa “*movimentação nunca mais se repetiu*”.

Madalena Barbosa também considera que o espaço público nunca se abriu às reivindicações feministas: “*Eu penso que, até hoje, nunca houve em Portugal*

⁵⁵ Anterior Comissão da Condição Feminina e Comissão para a Igualdades e Direitos das Mulheres.

⁵⁶ “A CITE é uma entidade tripartida, criada em 1979, formada por representantes governamentais e dos parceiros sociais (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional - CGTP-IN, Confederação da Indústria Portuguesa - CIP e União Geral dos Trabalhadores - UGT).” in <http://www.cite.gov.pt/cite/Oqueeacite.htm>

uma manifestação de mulheres no espaço público, com as suas reivindicações próprias, a não ser integradas noutras manifestações. A maior que eu vi foi a manifestação a favor de Conceição Massano, que foi julgada por aborto nos anos oitenta, mas era uma manifestação mista. Depois, nunca mais houve coragem, arrojo, confiança, ou fosse o que fosse, para fazer uma grande manifestação de mulheres e continua a haver razão para isso.”⁵⁷

Por isso, e como já referi anteriormente, não posso concordar com a caracterização do feminismo português como movimento social. Considero, no entanto, que existiram feministas e pequenas associações que se podem enquadrar nas categorias que distinguem a diversidade do pensamento e das estratégias de acção referidas no capítulo anterior.

Ao ler os excertos das entrevistas efectuadas por Magalhães, a várias participantes do movimento de mulheres/feministas que lutaram pela igualdade de direitos, apercebemo-nos das convergências e divergências dos diferentes grupos nas formas pensar, de actuar, de intervir e de resistir. Magalhães enquadra esta heterogeneidade de pensamento e formas de actuação dentro das três correntes de pensamento, já mencionadas anteriormente.

A primeira corrente, denominada de liberal, vem na tradição do antigo movimento sufragista da luta pelos direitos e pela emancipação das mulheres, entre os quais a autora coloca a Comissão da Condição Feminina e a luta pela igualdade de direitos, no âmbito do Código Civil de 1978.

A segunda corrente marxista/socialista situa-se na tradição da luta do operariado e é influenciada pelo marxismo. Desenvolveram acções estratégicas de promoção da adesão das mulheres trabalhadoras à causa feminista e fomentaram o aparecimento de organizações nacionais como o MDM — Movimento Democrático das Mulheres e a UMAR — União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, devidamente estruturadas e enquadradas no centralismo democrático.

Por último, a corrente radical representada pelo MLM — Movimento de Libertação das Mulheres, propunha novas modalidades de fazer política e de actuação, a partir de novos modelos que permitissem a possibilidade das

⁵⁷ in www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/seminariomovfeminista.pdf

mulheres construírem novas identidades femininas e novas formas de estar na vida. A luta deveria ser travada quotidianamente para que se diminuíssem as fronteiras entre público e privado e se conferissem mais poderes às mulheres enquanto pessoas. Esta corrente era caracterizada por grupos de pouca duração e a sua acção visava a tomada de consciência, por parte das mulheres, da sua condição de excluídas do espaço público pela única razão de serem pessoas do sexo feminino.

De acordo com Magalhães, foi esta última corrente que demonstrou possuir fortes semelhanças com os chamados “novos movimentos sociais” pela sua heterogeneidade, aparente fragilidade na composição organizacional e reduzido aproveitamento dos meios disponíveis para intervir. Este novo paradigma de movimento social abandonou a perspectivas de mudanças assentes em rupturas globais e radicais, ao contrário dos movimentos pela igualdade de direitos (sufragistas). É devido a estas características do movimento feminista que a autora os enquadra dentro dos novos movimentos sociais.

Para Magalhães, o “Processo das “Três Marias” que decorreu de 1972 a 1974, a publicação das Novas Cartas Portuguesas em 1972 e a posterior censura foram responsáveis pela consciencialização de muitas mulheres em relação às desigualdades que sofriam dentro do espaço doméstico, no acesso ao mercado de trabalho, no direito à educação e na obtenção duma verdadeira cidadania verificava-se, na altura da sua publicação um interesse em debater estas questões internamente por parte da elite intelectual que conhecia bem as mudanças que se estavam a efectuar internacionalmente. Foi na sequência da polémica gerada em torno dos conteúdos que a obra foi proibida e as autoras acusadas pelo Ministério Público e levadas a julgamento. A acusação movida pelo Estado originou um forte movimento internacional de apoio à absolvição das escritoras.

Depois do julgamento e da absolvição Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta constituíram o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres. Tanto o livro como o julgamento foram determinantes para que possamos estabelecer

uma relação entre o feminismo português e o feminismo internacional, colocando-o no mapa da história dos feminismos de Segunda Vaga.

O chamado “Processo das Três Marias” foi extremamente importante para a criação de redes feministas transnacionais, como demonstrarei mais adiante. No que respeita ao MLM — Movimento de Libertação das Mulheres, a sua importância foi, no meu entender, fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico feminista e duma dinâmica activista que defendeu e promoveu os direitos das mulheres. O MLM foi igualmente responsável pela visibilidade do feminismo devido às acções e manifestações que desenvolveram junto da opinião pública, dos média e do poder político.

A sua importância não se deve somente ao facto de ter sido o primeiro grupo feminista a ser constituído no período pós-revolucionário mas também por ter gerado, posteriormente, a formação de pequenos agrupamentos e associações feministas, embora dispersos geograficamente, bastante marginais e praticamente invisíveis ao olhar da sociedade.

A sua acção foi suficiente para gerar um movimento feminista português de Segunda Vaga? Na minha opinião, não mas a sua existência foi importante para despertar algumas consciências feministas que mais tarde viriam a constituir pequenos grupos de acção, como o GAMP — Grupo Autónomo de Mulheres do Porto (1978) ou o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra (1979).

Reafirmo a ideia de que estes pequenos grupos foram insuficientes para que possa considerar a existência dum movimento feminista que tenha de facto, estremecido e modificado a realidade portuguesa porque as mulheres e a população em geral rejeitavam muitos dos seus princípios e reivindicações.

Uma das razões evocada pelas entrevistadas, Madalena Barbosa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno, para justificar o desinteresse pelo activismo feminista durante os anos de 1970 e 1980 pode ter sido originada pela ideia de que o novo regime democrático instituiu automaticamente direitos para todos e para todas na vida pública. A necessidade de se constituir um grupo feminista como o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres surgiu quando as feministas se aperceberam que a naturalização do sistema de

género heterossexista e patriarcal tinha sido tão eficaz em regular e normalizar os comportamentos e mentalidades das pessoas que era necessário intervir também na mudança das consciências.

Os direitos formais adquiridos através da Constituição de 1976 determinaram a igualdade entre homens e mulheres mas não se previu que essa igualdade não poderia ser instituída por decretos, mas sim por uma mudança efectiva das mentalidades. As práticas sexistas e o discurso patriarcal propagado e reproduzido durante quarenta anos manteve-se vivo nas práticas quotidianas de mulheres e homens. A colonização das mentes e dos corpos tinha também atingido os revolucionários e nem a esquerda vanguardista conseguia evitar ver as mulheres como simples auxiliares das lutas.

Considero o caso do processo judicial movido às três escritoras devido à publicação do livro “Novas Cartas Portuguesas” como um bom exemplo para percebermos as dificuldades que os governos (da ditadura ou da democracia) e a sociedade, em geral, tiveram para aceitar os discursos feministas e as lutas das mulheres como legítimos. Para os poderes instituídos os direitos reclamados pelas mulheres dentro da economia doméstica significavam o desmoronamento dos modelos dominantes de masculinidade e feminilidade, logo da “ordem natural das coisas”.

Isto deve-se a um sistema de representações de género – masculino/homem e feminino/mulher – que durante quatro décadas foi assimilado “naturalmente” e raramente questionado porque se adaptava perfeitamente aos objectivos de manter essas representações dentro da normatividade heterossexual e da ordem masculina divina. A fixação das identidades de género dentro desta rígida polaridade foi sendo produzida pelos discursos (jurídicos, políticos e académicos) e representações (manuais escolares, literatura, média) da sociedade heteropatriarcal que, ao longo do tempo, dominou e domina a sociedade portuguesa e grande parte do planeta. A forte identidade masculina do “chefe de família” continuou a pairar como um fantasma que assombrava grande parte das relações sociais entre homens e mulheres.

Até nos movimentos de Esquerda, supostamente mais inclusivos, o machismo dominante impedia as mulheres de se afirmarem dentro dos partidos e

sindicatos. Apesar de terem sido criados grupos de mulheres, tanto no Partido Socialista como no Partido Comunista Português, estes raramente assumiram um papel relevante na definição das orientações do partido. Os assuntos das mulheres eram desvalorizados como sendo “as coisas delas”, ou seja, assuntos como a maternidade, o aborto, a solidariedade e a educação eram tratados como áreas menores da acção política dos partidos.

Este fenómeno não se restringe ao contexto português. As norte-americanas Maria Salo e Kathy McAfee no ensaio “História duma Longa Caminhada”⁵⁸ reflectem sobre o machismo e a desvalorização da participação das mulheres dentro do movimento *New Left*, mas não deixam de sublinhar o facto de os homens terem contado com a permissividade de muitas militantes, que aceitaram a situação em nome dos valores universais marxistas desprovidos de género e consequentemente neutralizando as lutas. As autoras referem: *“Os ideólogos do movimento passam muito tempo a estabelecer relações entre o Terceiro Mundo, a colónia negra, o proletariado e os jovens. Mas as mulheres constituem uma cláusula independente no pensamento do movimento. Os nossos instrumentos conceptuais, expressões como ‘colónia’, ‘jovem’, presume-se serem categorias neutras, aplicáveis aos dois sexos.”*⁵⁹

Dada a conjuntura nacional e as características dos grupos de mulheres que se formaram, não é possível afirmar que existiu um movimento feminista dentro do Movimento de Esquerda. Podemos apenas afirmar que existiu uma maioria de feministas liberais e uma minoria de feministas radicais, grupo dentro do qual se enquadram, na minha opinião, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta (militante do Partido Comunista Português), ambas fundadoras do MLM.

Para as fundadoras do MLM, a designação radical parece-lhes excessiva porque consideram que *“só o facto de existirmos já era, em si, radical”*. Devido ao atraso cultural do país, a sociedade via o feminismo como um acto de radicalismo e como fenómeno marginal, vivido somente por um grupo de mulheres feias, frustradas ou lésbicas. Em Portugal, o feminismo era

⁵⁸ in “Mulheres contra Homens”, Cadernos d. Quixote, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1971.

⁵⁹ *idem* pp.13

repudiado pela generalidade dos homens, mas também das mulheres, dos governos, das instituições políticas e sociais. As lutas das mulheres só eram consideradas válidas se se conformassem com as regras e os limites impostos pela ética e moral patriarcal, ou seja, se contivessem dentro do discurso da feminilidade.

A escritora Agustina Bessa-Luís refere-se às mulheres portuguesas da década de 1960 como seres incapazes de se emanciparem e de acompanharem as vanguardas do movimento feminista internacional porque para conseguirem fazê-lo tinham que abdicar da identidade (biológica) que as definia. Na sua opinião, *“A mulher continua, na sua grande maioria, em obscura guerra com o espírito. Ela sabe, decerto, que, desde que a sua emancipação complete o ciclo que lhe corresponde, ela deixará pròpriamente de ser mulher. Quando ela assumir a revelação do espírito, então a sua condição feminina enfrenta um sério risco.”*⁶⁰

A discussão sobre os discursos da feminilidade e maternidade também afectaram as relações entre as feministas portuguesas, à semelhança do que ocorreu em outros países, como já tive oportunidade de referir. Verificava-se uma certa desconfiança relativa à crítica feminista por parte de algumas feministas, entre elas Elina Guimarães, porque apesar de reconhecer a situação de inferioridade a que a generalidade das mulheres estavam sujeitas, distanciou-se prontamente das acções levadas a cabo pelo MLM e pelos grupos de libertação das mulheres mais radicais.

Na biografia de Elina Guimarães publicada em 2004⁶¹, esta posição é evidente. Segundo as autoras, Guimarães afirmou numa entrevista: *“discordo de muita coisa que preconizam: que uma mulher deixe de se arranjar e passe a ser um estafermo, mais do que a idade já lhe faz’.*⁶²

A posição assumida é, no meu entender, um reflexo das diferenças e divergências existentes, entre as protagonistas dos movimentos feministas de primeira e de Segunda Vaga. As feministas liberais discordavam dos métodos de actuação e da prioridade das questões da sexualidade e do corpo em

⁶⁰ in “A Condição da Mulher Portuguesa”, 1968, pp.75

⁶¹ Elina Guimarães — Biografia”, Helena Campos e Olga Ribeiro, 2004.

⁶² idem pp.32

detrimento de outro tipo de reivindicações que Guimarães (educação, maternidade, trabalho) considerava mais importantes.

“Assumindo posições moderadas, condenava atitudes das feministas mais ousadas, sucedidas no Parque Eduardo VII, como inoportunas, prematuras e excêntricas. Não deixava, contudo, de condenar as agressões policiais às manifestantes.

*Contrariando a sondagem publicada pelo semanário Expresso, declarava peremptória, relativamente ao aborto, comparando-o à eutanásia e à pena de morte: ‘sou contra a admissão do aborto, porque se trata de infanticídio. E nem liberta a mulher. Liberta mas é o homem das consequências dos seus actos, à custa de um trauma físico e psíquico dela’. Não obstante pugnava pela generalização dos métodos anti-concepcionais e das consultas de planeamento familiar e de assistência à mulher.”*⁶³

A posição de Guimarães revela as suas divergências quanto à actuação e filosofias que orientavam o MLM. Desta forma, podemos considerá-la como uma feminista liberal que lutava pelos direitos das mulheres não abdicando da sua posição essencialista e o MLM como um grupo de feministas radicais que preferiam a revolta à reforma e a destruição à integração no regime patriarcal. Durante a conversa com Isabel Barreno, esta comentou às reacções hostis à manifestação do Parque Eduardo VII, continuando a marcar uma posição bastante diferente da de Guimarães que confirma a existência de duas correntes feministas em Portugal: *“Por exemplo, a manifestação do Parque Eduardo VII dizem que foi contraproducente mas olhe que eu acho que não, eu acho sinceramente que ninguém se faz ouvir se não for aos berros, pelo menos no começo é preciso mandar um grande berro e então, a partir daí já se pode falar mais baixo... mas no começo, se não houver um impacto qualquer, ninguém dá por nada.”*

A biografia de Elina Guimarães demonstra também uma certa animosidade em relação às opiniões que defendiam o discurso da feminilidade como opressor porque, analisando as fontes, verifico que esta jurista acreditava numa

⁶³ *ibid.*, pp.32

“essência feminina” que as feministas radicais, de Segunda Vaga, decidiram questionar: o que levava uma fêmea a tornar-se Mulher?

É esta questão fulcral que marca a grande diferença que se consolidou entre o feminismo da primeira e da Segunda Vaga, fazendo emergir as diferenças estruturais que separam as várias gerações de feministas e intelectuais portuguesas, que se haviam empenhado na luta pelos direitos das mulheres. Também a jornalista Maria Lamas⁶⁴ demonstra, através dos seus trabalhos, publicados ao longo do tempo, um empenhamento e convicção sobre a necessidade de mudanças das condições em que vivem as mulheres portuguesas. No entanto, em 1968, numa comunicação proferida na Universidade de Alabama, Lamas faz questão de se distanciar dos debates feministas da actualidade. Estaria Lamas em desacordo com os objectivos e com as novas formas de luta das feministas? O que a leva a proferir uma palestra intrinsecamente feminista mas a rejeitar o conceito de feminismo como definidor do seu pensamento?

Penso que a posição das duas feministas portuguesas demonstra bem a dificuldade do pensamento radical se instalar no seio de uma sociedade ainda enfeitiçada pelo mito da Mulher e da feminilidade, disseminado durante ditadura. Sabemos que ambas reclamaram a igualdade de direitos para as mulheres portuguesas mas talvez a sua matriz heterossexual⁶⁵ de pensamento não lhes tenha permitido reflectir mais profundamente sobre as questões da construção social e dos géneros.

Enquanto as feministas radicais contestavam o conceito de “Mulher”⁶⁶ as feministas liberais, como Elina Guimarães e Maria Lamas não se conseguiam libertar deste.

⁶⁴ Começou por dirigir em 1928, a revista “Modas e Bordados: Vida Feminina”, suplemento do jornal “O Século”. A sua actividade política começou com a adesão ao MUD — Movimento de Unidade Democrática e assumindo depois a presidência do CNMP - Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, cargo que a levou a ser presa, em 1949, pela policia política — PIDE. Em 1950 publicou o livro intitulado “As Mulheres do Meu País” resultado duma recolha fotográfica exaustiva levada a cabo em todo o país e no qual relata a situação vivida pelas mulheres portuguesas.

⁶⁵ Monique Wittig descreve muito bem o carácter opressor do pensamento heterossexual que co-ordena as relações interpessoais entre homens e mulheres. “(...) *la pensée straight se livre à une interprétation totalisante à la fois de l’histoire, de la réalité sociale, de la culture et des sociétés, du langage et de tous les phénomènes subjectifs. Je ne peux que souligner ici le caractère oppressif que revêt la pensée straight dans sa tendance à immédiatement universaliser sa production de concepts, à former des lois générales qui valent pour toutes sociétés, toutes les époques, tous les individus.*” in « La Pensée Straight », 1978, pp.71

⁶⁶ Entendamos aqui mulher como um conceito e representação que só existe enquanto parte de um discurso heterossexual e sexista que regula as relações entre homens e mulheres.

A socióloga Lúcia Amâncio também considera a existência duma perspectiva essencialista sobre a construção cultural dos géneros como um enorme obstáculo ao desenvolvimento de um movimento feminista português: *“Só numa sociedade que aceita a feminilidade socialmente construída, como um dado, e onde as mulheres se vestem da identidade que lhes é socialmente imposta, enquanto colectivo, sem qualquer esforço de auto-reflexão, é que esta estranha oposição entre feminina e feminista pode ganhar o hipersentido que adquiriu em Portugal.”*⁶⁷

O mito da Mulher e o mito da feminilidade foram alvo de reflexão na escrita das “Novas Cartas Portuguesas” e foram alvo de contestação na manifestação realizada pelo MLM, por isso, considero que a publicação da obra e a manifestação inauguraram, em Portugal, uma fase do activismo e pensamento feminista que se enquadra perfeitamente na corrente radical.

Este enquadramento sai ainda mais reforçado quando pensamos que estes foram os únicos eventos, da história do feminismo português, a ter um carácter transnacional.

A tradução da obra, em 1974, por Monique Wittig, uma das fundadoras do Movimento de Libertação das Mulheres francês e as demonstrações das New York Radical Women, nos Estados Unidos, demonstram o impacto das problemáticas levantadas pelas escritoras nos círculos feministas internacionais, mais radicais.

⁶⁷ Comunicação proferida durante o seminário “Movimento Feminista em Portugal”, organizado pela UMAR, 1998.

2. FEMINISTAS EM MOVIMENTO — AS NOVAS CARTAS PORTUGUESAS E O “PROCESSO DAS TRÊS MARIAS”

Após o trabalho de investigação realizado, constatei que os grupos e associações feministas portuguesas atingiram visibilidade mediática e exerceram uma pressão política sempre que ocorreram incidentes de ordem legal ou constitucional entre o Estado e as protagonistas de eventos que puseram em causa a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

O voto transgressor de Carolina Beatriz Ângelo⁶⁸, durante a I República, provocou um interessante debate sobre o sufrágio feminino e o acto foi assinalado internacionalmente por vários jornais e debatido pelos republicanos na assembleia. Mais tarde, em 1974, o julgamento e consequente absolvição de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, ao ser divulgado pelos média dinamizou o aparecimento de grupos de mulheres que se organizaram para lutar pelos seus direitos, chegando mesmo a influenciar a Constituição da República do pós 25 de Abril, como veremos mais adiante.

Actualmente, continuamos a assistir a um fenómeno semelhante, isto é, a visibilidade das feministas portuguesas volta a acontecer devido à mediatização do debate sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e das problemáticas associadas à violência doméstica.

Este fenómeno parece-me no mínimo curioso e talvez revele, não uma tendência das instituições estatais e dos média para concederem espaço às feministas, mas sim para diminuir o impacto das suas reivindicações. Enquanto as primeiras se apropriam das propostas e reivindicações feministas como se de sua autoria se tratasse, os segundos tendem a ridicularizar as feministas quando as suas propostas e acções transgridem o discurso masculino

⁶⁸ Em 1911 Carolina Beatriz Ângelo reclamou a inscrição nos cadernos eleitorais por considerar que, como “chefe de família” e médica tinha direito a votar. Após enviar um requerimento à Comissão de Recenseamento em Abril de 1911 foi-lhe rejeitado o pedido, mas não se conformando com a decisão recorreu e o direito ao voto foi-lhe concedido. Esta vitória legal foi confirmada no dia 28 de Maio do mesmo ano quando a médica votou. Ficaria conhecida internacionalmente nos círculos feministas como uma das primeiras mulheres a exercer o direito de voto em todo o mundo. “ *A postura combativa e imprevista provocou enorme impacto e mereceu enorme interesse jornalístico, tendo os periódicos dado destaque de primeira página ao sucedido, inserindo revistas e publicando entrevistas com a médica.*” in ESTEVES, João “As Origens do Sufragismo Português”, 1998, pp.55.

dominante ou então glorificam essas mesmas mulheres pelas suas ações retirando-lhes a identidade feminista e conotando-as como filantropas que se preocupam e cuidam dos desprotegidos, crianças, idosos e pobres.

O evento com maior dimensão mediática e com maior impacto social foi inquestionavelmente o julgamento de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, durante o início da década de 1970. A censura do livro “Novas Cartas Portuguesas”, escrito pelas três mulheres e o processo judicial movido pelo Ministério Público não só captou a atenção dos média nacionais e internacionais como também, de grupos feministas e de intelectuais de todo o mundo. Mary Nash refere: *“Devido à publicação desta obra, em 1974, as autoras foram detidas sob acusação de ofensa à moral pública e o livro foi confiscado. Por estas represálias, o feminismo português passou a fazer parte do cenário internacional e foram realizadas manifestações de apoio do MLM na Europa e nos Estados Unidos.”*⁶⁹

O julgamento do caso que ficou conhecido como o “Processo das Três Marias” acusadas do crime de ofensas à moral devido aos conteúdos “pornográficos” do livro, demorou dois anos e terminou com a sua absolvição. Ana Luísa Amaral e Ana Gabriela Macedo destacam o apoio internacional para o lançamento do livro no mercado literário europeu: *“Perseguidas, processadas e levadas a julgamento juntamente com Romeu de Melo, (o dono da editora) por ‘pornografia’, ‘abuso de liberdade de imprensa’ e ‘ofensas à moral pública’, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa receberiam, pouco depois da publicação de Novas Cartas, o apoio de feministas e defensores dos direitos humanos da Europa e Estados Unidos, sendo o livro rapidamente traduzido para inglês e francês (em França, por exemplo, as editoras Gallimard e Brasset disputariam os direitos de tradução e publicação).”*⁷⁰

Mais uma vez, confirma-se que a visibilidade mediática deste evento conduziu ao aparecimento de um movimento feminista de solidariedade internacional

⁶⁹ op. cit., pp.170

⁷⁰ in “Dicionário da Crítica Feminista”, pp. 140.

que criou as condições para a absolvição das autoras e activou a formação de grupos feministas portugueses que se organizaram para dar voz à luta pelos direitos das mulheres. Sendo assim, poderemos considerar a publicação das “Novas Cartas Portuguesas” e o “Processo das Três Marias” como factores determinantes para o aparecimento de diversos grupos feministas, em Portugal, na segunda metade do século XX? Podemos considerar a obra como um dos primeiros documentos publicados a espelhar e a acompanhar o pensamento feminista de Segunda Vaga?

2.1. O PROCESSO: DA RESISTÊNCIA À LIBERTAÇÃO

“O julgamento arrastou-se por vários meses e durante este período a causa das ‘Três Marias’ contou primeiro com a adesão dos grupos de libertação das mulheres e depois por grupos de escritores/as internacionais protestando contra esta perniciosa forma de auto-censura imposta pela Lei portuguesa.”⁷¹

Helen R. Lane in Prefácio “New Portuguese Letters”

“Novas Cartas Portuguesas”, da autoria de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, foi publicado pela primeira vez, em Março de 1972, pela editora Estúdios Cor (c.f.anexoB4). Escrito em 1971 pelas três autoras, este livro tornou-se, posteriormente à sua publicação, um importante documento que nos permite analisar a história do pensamento feminista português dos anos 1970. Maria de Lourdes Pintasilgo refere, no prefácio da edição de 1980, que esta obra não testemunhava somente as relações sociais entre homens e mulheres como provava, simultaneamente, a existência duma corrente feminista portuguesa que, à semelhança, das suas congéneres europeias e norte-americanas, anunciava que os problemas das mulheres, não eram unicamente pessoais mas também políticos.⁷²

“Novas Cartas Portuguesas” é uma colecção de textos diversos, criados a partir das cartas que Soror Mariana Alcoforado⁷³ escreveu ao Cavaleiro de Chamilly. Adoptando estas cinco cartas como ponto de partida, as autoras construíram outras nove que se vão desdobrando em outros textos, quer sejam estes poemas ou contos onde ensaiam múltiplas identidades através da reconstrução de personagens que representam a face actualizada da relação

⁷¹ Helen R. Lane, prefácio da edição inglesa das “New Portuguese Letters”, 1975, p.7. No original: “The trial dragged on for many months, and during this time the cause of the ‘Three Marias’ was taken up first by women’s liberation organizations in many countries, and then by international writers’ groups protesting at this pernicious form of self-censorship imposed by Portuguese law code.”

⁷² “The personal is política” foi um termo popularizado por Robin Morgan, no seu livro “Sisterhood is Powerful” e pelo grupo Redstockings tendo aparecido, pela primeira vez, no final da década de 1960, início da década de 1970.

⁷³ Soror Mariana Alcoforado (1640-1723) nasceu e faleceu em Beja. Era uma religiosa que professou no Convento da Conceição, em Beja, tendo sido escritora e vigária do mesmo convento. Estas cartas da religiosa foram publicadas em 1669 num livro intitulado “Cartas Portuguesas”, considerado uma das melhores obras da literatura epistolar ficcional. A autoria das cartas foi atribuída à Soror mas sabe-se hoje que estas foram inventadas e escritas por Lavergne de Guillerague.

entre Mariana, o cavaleiro e a sociedade. As autoras trocam cartas fictícias, criticam e transcrevem um artigo do Código Penal sobre o adultério, inventam relatórios psiquiátricos, analisam sociologicamente a situação das mulheres. O conjunto destes textos e a ausência de linearidade discursiva e cronológica na sua organização faz do livro um objecto transparente que exhibe o seu processo de construção.

A dimensão desta obra é igualmente marcante para a história da literatura portuguesa, não só pela forma como foi escrita mas também porque a proibição do livro que conduziu à abertura do processo judicial contra as escritoras garantiu uma enorme visibilidade da obra no estrangeiro, visibilidade essa que resultou na sua tradução em diversos idiomas e no aparecimento de vários movimentos de solidariedade internacional que exigiram a absolvição das autoras.

Podemos afirmar que este acontecimento foi o responsável pela criação duma profunda relação entre o feminismo português e internacional e pelo germinar de um ténue despertar das consciências feministas nacionais.

As manifestações de repúdio pela condenação das escritoras causaram alguns incómodos ao governo português que já tinha a sua imagem desgastada internacionalmente, devido à Guerra Colonial e à longevidade do regime fascista. A censura do livro imposta pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo aconteceu porque, ao contrário da maioria dos países europeus, Portugal ainda se encontrava dominado por um regime político autoritário e repressivo que controlava toda a produção cultural e intelectual.

Maria Teresa Horta era um alvo constante de críticas e censura porque muitos/as classificavam a sua poesia de “pornográfica”. A censura do livro “Minha Senhora de Mim” (1971), foi o culminar dessa perseguição: a obra foi classificada de erótica e retirada do mercado. Indignadas com a atitude das autoridades governamentais, as autoras já mencionadas decidiram juntar-se, uma vez por semana, para escrever as “Novas Cartas Portuguesas”. O seu principal objectivo era denunciar os problemas que ambas enfrentavam como as mulheres e escritoras.

A escrita e publicação do livro representou um desafio à autoridade do estado patriarcal e ditatorial porque, mesmo após a morte de Oliveira Salazar no início

dos anos 1970, e mesmo com a chegada, em 1968, de Marcello Caetano à chefia do governo, o regime censório do país pouco se alterara⁷⁴. Mais moderado que o seu antecessor, o governo de Marcello Caetano continuava a enfrentar críticas internas e externas ao sistema anti-democrático instalado, à Guerra e à descolonização tardia e ainda à ausência de direitos e liberdade de expressão que impediam a sociedade portuguesa de se modernizar e desenvolver. Como mencionei anteriormente, esta situação era ainda mais incómoda porque durante a década 1960, o mundo ocidental havia entrado em profunda transformação com o aparecimento dos novos movimentos sociais que exerceram uma influência determinante na definição das políticas económicas, educativas e sociais, a aplicar pela maioria dos governos democráticos: direitos para os negros/os, mulheres, crianças, estudantes, trabalhadoras/trabalhadores e para os homossexuais e lésbicas.

Apesar da fraca intervenção civil na contestação ao regime, as movimentações académicas de 1962 a 1969 parecem ter sido as únicas acções a acompanhar uma tendência internacional, mesmo que as razões para os protestos fossem, principalmente, a demonstração de oposição ao governo por este ter proibido a comemoração do Dia do Estudante.⁷⁵

As autoras das “Novas Cartas Portuguesas” conheciam estas movimentações estudantis e sabiam do descontentamento que se apoderava das colónias africanas e das tropas enviadas para combater. Conheciam as histórias da tortura e dos presos políticos e sofriam os efeitos da censura sobre a sua criatividade e liberdade de expressão.

As “Novas Cartas Portuguesas” foram um acto de provocação e de crítica aberta não só ao modo como o regime conduzia as políticas sociais e a guerra colonial mas à manutenção em vigor de leis que afectavam directamente as mulheres nos seus direitos.

⁷⁴ Apesar de ter posto fim à PIDE (polícia política), um violento dispositivo de vigilância e controlo, transformando-a numa Direcção Geral de Segurança — DGS - com características menos repressivas, esta continuava a exercer o controlo dos cidadãos e cidadãs, perseguindo todos e todas os que contrariavam os discursos impostos pelo Estado, como é o caso da obra analisada neste estudo.

⁷⁵ A essa proibição os estudantes responderam com a ocupação da cantina na Universidade de Lisboa que foi imediatamente reprimida pela polícia. A violência dessa intervenção policial foi bastante contestada e deu origem a um movimento estudantil concertado entre as academias de Lisboa e Coimbra.

Foi debaixo deste clima hostil de perseguição que as autoras e o editor, Romeu de Melo, decidiram editar as “Novas Cartas Portuguesas” e essa tomada de decisão deveu-se, em grande parte, à insistência de Natália Correia que considerou a obra de enorme valor literário. Assim que foi estabelecido o acordo entre as partes deu-se início à produção, distribuição e venda do livro. Todas estas fases do processo foram, todavia, dominadas por problemas entre os impressores, o editor e o Estado, que resultaram, na apreensão e proibição da obra e na acusação das autoras e do editor.

Os problemas começaram durante a fase de impressão do livro quando o linotipista da Tipografia “António Coelho Dias, Limitada” decidiu alertar o sócio-gerente da empresa para os conteúdos “pornográficos” do livro tendo este último contactado Manuel Aquino, dos Estúdios Cor, que inicialmente ordenou a suspensão da impressão tendo porém, uns dias mais tarde, decidido continuar o processo ignorando as queixas do linotipista. Apesar do incidente, chegaram a ser impressos 2000 exemplares, 1380 dos quais foram distribuídos no mercado pela divulgadora Expresso dos quais foram vendidos 1215 livros com o preço de noventa escudos. Dos restantes, 120 foram enviados para o Brasil, 101 para a Feira do Livro, 60 foram oferecidos às autoras, 199 a outras pessoas, tendo a editora ficado com 11 exemplares.

Porém, logo após o lançamento do livro no mercado, o sócio-gerente da tipografia decidiu enviar um exemplar para os Serviços de Censura que se apressaram a apreender 16 livros que ainda estavam na posse da gráfica e a proibir a publicação de nova edição. Imediatamente a seguir à apreensão das cópias, as autoras e o editor foram formalmente acusados, pelo Ministério Público, de “ofensas à moral” pela publicação de conteúdos de teor “pornográfico”.

Apesar do processo instaurado, a editora não se sentiu intimidada e procedeu à divulgação da obra durante o primeiro trimestre de 1972 mas, no final do segundo trimestre desse mesmo ano, o Ministério Público resolveu dar início ao julgamento das autoras e do editor no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa.

“Com início em data ignorada de Março até data ignorada de Outubro de 1971, as três primeiras arguidas escreveram em colaboração, mediante prévia

*combinação, um livro (o que vem junto por linha aos autos), ao qual deram o título de 'Novas Cartas Portuguesas'. Tal livro foi escrito pelas arguidas nesta cidade. Sucede que o dito livro foi escrito contendo diversas passagens de conteúdo imoral e pornográfico.”*⁷⁶

A abertura do processo contra as autoras das “Novas Cartas Portuguesas” tinha como principal objectivo censurar um documento que criticava frontalmente as políticas do governo português no entanto, não foram estas as razões invocadas pelo Ministério Público para a instauração de um processo e a censura da obra. Segundo a acusação⁷⁷, a instauração do processo deveu-se ao conteúdo do livro que consideravam ser pornográfico e ofensivo da moral e dos bons costumes. No entanto poderão ser também apontados outros motivos de outra ordem, como refere Duarte Vidal: *“Naturalmente receosos de que uma acusação de foro político contra as três escritoras de grande mérito constituísse mais um motivo de escândalo a juntar a tantos outros com que vinham aviltando a imagem do país, mas não desejando deixar passar sem castigo a autoria de uma obra que, para além de combater um sistema social e político arreigadamente assente em conceitos e formas sociais de patriarcado, não deixava de conter críticas à guerra colonial, à emigração e a tantos outros aspectos da vida nacional de então, os censores portugueses, com maquiavelismo próprio das suas pobres consciências remeteram as três escritoras, como autoras de um livro pornográfico, para a Polícia encarregada da averiguação de delitos comuns.”*⁷⁸

⁷⁶ in VIDAL, Duarte, “O Processo das Três Marias — Defesa de Maria Isabel Barreno”, pp.23, 1974.

⁷⁷ Podemos ler no auto de acusação proferido a 12 de Dezembro de 1972 pelo agente do Ministério Público destacado para o processo: *“Mas em termos de, ainda assim, tal retoque ter deixado o livro com conteúdo insanavelmente pornográfico e atentório da moral pública, nos termos do artº 420.º do C. Penal, especialmente nas páginas 89, 99, 100, 122, 123, 140, 141, 165, 2167, 214, 215 e 216. (...)*

Cometeram, pois, os arguidos o crime previsto e punido no artº 10.º do Dec. nº12008, de 2/8/926, como co-autores materiais, concorrendo a agravante 7.ª (pacto) do artº 34.º do C. Penal

Contra eles, deduzo, pois, a presente queixa e requeiro que recebida ela se sigam os ulteriores termos do processo correcional. Promovo se passem e se me entreguem os competentes mandados de captura.

O crime admite caução. Assim os arguidos poderão aguardar em liberdade mediante caução que promovo não seja inferior: para as três arguidas a 20000\$00 e para o arguido a 30000\$00.” in “O Processo das Três Marias_Defesa de Maria Isabel Barreno”, pp. 24-25.

Maria Isabel Barreno foi a única que se recusou a pagar a caução. Durante a entrevista comentou: *“Eles punham a hipótese de apresentação periódica às autoridades ou o pagamento da caução. A Teresa e a Fátima (Maria Velho da Costa) resolveram pagar, aliás tiveram que pedir dinheiro emprestado, houve ofertas até de pessoas nesse sentido e eu, nem pensar pagar dinheiro. Consegui ficar sem pagar a caução e tinha que lá ir apresentar-me. Uma vez ia outras não, até fui para o estrangeiro, saí e entrei em Portugal sem ninguém dar por nada.”*

⁷⁸ *idem*, pp.12.

O advogado de defesa de Maria Isabel Barreno, demonstra assim não só o modo como o Estado tratava os/as intelectuais opositores e transgressores ao regime instituído, como também evidencia a ideologia machista e patriarcal que orientava o exercício da justiça e que sustentava as mentalidades dos governantes portugueses e da sociedade em geral. Segundo o autor, estas escritoras, por serem do sexo feminino e por escreverem conteúdos eróticos, foram julgadas não como artistas mas como pornógrafas.

As consequências desta acusação contra as três autoras não se resumiram ao domínio legal e estenderam-se à sua vida profissional e pessoal. Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno enfrentaram, no Instituto Nacional de Investigação Industrial para o qual trabalhavam, a perseguição de um subdirector que pretendia puni-las com processos disciplinares e rescisões de contrato assim que fossem condenadas. O caso de Maria Teresa Horta terá sido aquele em que tornou evidente a pressão e perseguição que o governo, mais concretamente o Secretário de Estado da Informação e Turismo, desencadeou contra esta escritora e jornalista, obrigando o jornal “A Capital”, para o qual ela trabalhava, a banir o seu nome da publicação, apesar desta ter continuado a desenvolver a sua actividade neste órgão de imprensa.⁷⁹

O escritor Augusto Abelaira é uma das testemunhas de defesa no processo e contesta os motivos da acusação, no depoimento proferido em julgamento a 21 de Fevereiro de 1974: *“(...) sendo certo que embora não possa perceber como tal livro tenha sido perseguido criminalmente, ainda poderia admitir que tal acontecesse por razões políticas, mas o que de forma nenhuma pode conceber é que seja criminalmente perseguido como ultrajante da moral pública.”*⁸⁰

Durante o julgamento, Maria Isabel Barreno contestou a acusação dizendo que a classificação das “Novas Cartas Portuguesas” como material pornográfico e

⁷⁹ Moreira Baptista, ministro de Salazar, exigiu a José Homem de Melo, director da Capital, o despedimento de Maria Teresa Horta mas teve que recuar na sua decisão porque David Mourão Ferreira se recusou a receber o prémio de Poesia se tal acontecesse. in “Maria Teresa Horta - Feminista não é Pecado”, artigo publicado no Jornal de Letras, ano XXVI, nº 950, 13 de Março, 2007.

⁸⁰ *idem* pp.42

atentatório da moral se devia à adopção de “uma atitude retrógrada perante o fenómeno literário-artístico e aceitar uma visão muito estreita da moral”.⁸¹

Tal como Barreno, considero que os argumentos da acusação baseados na ideia de incumprimento da moral e dos bons costumes por parte das três mulheres se deve ao facto de, no Portugal de então, o erotismo e a sexualidade serem vistos como territórios masculinos e por isso, qualquer mulher que se atrevesse a pisar esse solo estaria, certamente, a trair a sua “essência feminina”, a “pecar” e a desestabilizar o papel social destinado às mulheres, merecendo, na óptica da moral do Estado autoritário, um castigo adequado que podia ir desde a humilhação pública à pena de prisão.

Sabemos que durante a ditadura os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado estavam orientados no sentido da contenção das mulheres dentro de regras muito restritas devido à sua “natureza feminina” e ao seu destino divino, a maternidade. Segundo Sílvia Espírito Santo: *“Várias gerações de mulheres foram produto de uma educação cívica, moral e religiosa, reprodutora de uma ideologia que lhes dava visibilidade apenas enquanto mães e garante da estabilidade moral da família.”*⁸²

Durante o longo período da ditadura, as movimentações feministas foram inexistentes tendo sido substituídas por organizações femininas, estatais ou religiosas – Mocidade Portuguesa Feminina, A Obra da Mães, o Movimento Nacional Feminino – que punham em prática a ideologia de Salazar no que respeita à condição da mulher e ao seu lugar na sociedade. Segundo o discurso salazarista, o papel “natural” do sexo feminino seria de cumprir as funções de mãe/esposa. Às mulheres solteiras ou casadas que necessitavam ou optavam pelo trabalho, o discurso vigente aconselhava a que se dedicassem profissões específicas que se adequassem à “natureza” das mulheres. A ideologia do regime justificava estas políticas com argumentos de ordem biológica e religiosa: a “natureza” das mulheres e o “valor” da família não permitia que a estas fossem concedidos, a estas, determinados direitos: de voto, de salários iguais, de direitos de propriedade e de acesso à educação.

⁸¹ *ibid*, pp.32

⁸² *in* “Adeus, até ao meu Regresso — Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial”, 2003, pp.96.

O artº. 5.º, da Constituição Portuguesa, em vigor de 1933 até 1976, confirma o tratamento desigual patente na Lei Fundamental do Estado.

No Colóquio da A.A. da Faculdade de Direito de Lisboa, Elina Guimarães reforça esta ideia: *“Apesar das aparências, ela não alcançou ainda posição equivalente ao homem. Como prova podemos citar o art.º 5.º da nossa Constituição: ‘A igualdade perante a lei envolve a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, SEXO ou condição social, salvas quanto à mulher as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família’.*

*Os próprios defensores dos direitos do homem não os consideravam extensivos à mulher.”*⁸³

Este tratamento desequilibrado originou uma alta taxa de analfabetismo feminino que dificultou a concretização efectiva da emancipação e libertação das mulheres portuguesas e criou um enorme fosso entre estas e a vida pública. Ou seja, a falta generalizada de acesso ao conhecimento e à informação (planeamento familiar, direitos sociais, entretenimento, etc.) atrasou o processo de consciencialização pessoal e cívica das portuguesas mantendo-as dentro de um regime de pensamento que valorizava, acima de tudo, o lugar submisso e silencioso da mulher na família.

Os mecanismos de censura, anteriormente referidos, também vigiavam os média populares ao mesmo tempo que os usava para promover e legitimar as tradicionais temáticas “femininas”: a família, a maternidade, o lar, a domesticidade. Rui Bebião e Alexandra Silva confirmam esta realidade:

“As revistas de informação geral que circulavam em Portugal no início dos anos sessenta, em particular aquelas vocacionadas para um público composto essencialmente por mulheres, ainda que, em certos casos, tenham prestado alguma atenção aos novos hábitos, gostos e símbolos da “mulher moderna”, faziam-no sempre com uma extrema cautela e algum esforço para não transgredirem a regra de ouro que definia a subalternidade (quando não pactuando, principalmente no plano moral, com as concepções imobilistas e imobilizantes que continuavam a assomar nas publicações e no discurso do

⁸³ in “Mulher na Sociedade Portuguesa”, pp. 10.

*regime). Nessa altura não era ainda possível deparar aqui com uma publicação idêntica às já mencionadas revistas francesas de referência, continuando a ser olhado com prudência e alguma estranheza, como se de algo de muito distante se tratasse, o comportamento da “mulher independente”, assim designada de uma forma quase sempre irónica, frequentemente colocada entre aspas, como se a expressão se tratasse de *contradictio in terminis*.”⁸⁴*

As mulheres eram, assim, educadas e socializadas no contexto desta ideologia inflexível e, por isso, mesmo quando se dedicavam a causas políticas e de intervenção social como foi o caso da Guerra Colonial faziam-no respeitando as limitações que lhes eram impostas pela sua condição sexual, daí resultando uma fraca adesão aos movimentos feministas de Segunda Vaga, que se revelaram determinantes para a conquista dos direitos das mulheres em todo o mundo.

A elaboração desta sentença do “Processo das Três Marias” demonstra a ligação de dependência entre a Igreja, o Direito e a moral do Estado e revela os efeitos que essa relação exerce na regulação legal das relações sociais entre mulheres e homens e nas representações dominantes que se reproduzem sobre cada um dos sexos.

Teresa Pizarro Beleza⁸⁵ refere que (todas) estas práticas de regulação atingem directamente (todas) as mulheres porque lhes conferem um estatuto de inferioridade e de submissão aos homens; terá sido essa inferioridade legal que serviria de mote à orquestração do processo e à acusação das três escritoras. Beleza demonstra, objectivamente, como o Direito Penal contribuiu, juntamente com outros discursos e instituições, para a construção dos géneros como identidades fixas radicalizadas na essência biológica, religiosa e cultural. As três autoras decidiram escrever as “Novas Cartas Portuguesas” justamente por reacção à rigidez e fixidez desses modelos e foi a pretexto da manutenção

⁸⁴ in “A reidentificação do feminino e a polémica sobre a ‘Carta a uma Jovem Portuguesa’”, publicado na Revista de História das Ideias, nº25 (2004). in <http://cjuvenis.ces.uc.pt/detalhesDocEstudos.aspx?id=55>

⁸⁵ in BELEZA, Teresa Pizarro “Anjos e Monstros — A Construção das Relações de Género no Direito Penal” in Revista Ex-Aequo, nº10.

e defesa desses mesmos modelos que o Ministério Público decidiu condená-las.

Para o Regime, as “Novas Cartas Portuguesas” representavam um acto de transgressão e por isso, as suas autoras deviam ser condenadas, não só por ousarem afrontarem o Estado mas também por o fazerem utilizando um discurso que era próprio dos códigos de masculinidade instituídos.

Tanto a Direcção-Geral de Segurança como o Ministério Público construíram a acusação baseando-se em estereótipos de género que representam as mulheres que expressam a sua sexualidade e emitem convictamente as suas ideias como seres perigosos e levianos. A abertura deste processo ter-se-à devido essencialmente a questões de origem política e não ao facto das escritoras serem do sexo feminino e feministas. Apesar de não se tratar duma perseguição sexista, as justificações para a abertura de um processo criminal contra as escritoras denunciam a existência de um preconceito sexista discriminatório por parte dos acusadores. Permanece a dúvida se fossem homens a escrever estes conteúdos teriam eles sido acusados de pornografia e ofensas à moral pública?

Durante o julgamento, o escritor Urbano Tavares Rodrigues, testemunha de defesa de Maria Isabel Barreno, coloca a mesma questão que eu coloco confrontou o tribunal com o facto de existirem *“livros publicados por escritores portugueses (homens), uns com qualidade literária outros sem qualidade literária, que contêm trechos realmente escabrosos, sendo certo que não se tem verificado a apreensão de tais livros nem a sua incriminação o que revela uma discriminação.”*⁸⁶

O desenvolvimento deste processo demonstrou que a cumplicidade entre o estado autoritário e os tribunais era promíscua e evidenciou a influência da moral judaico-cristã e do discurso patriarcal na elaboração da Lei, na sua interpretação e aplicação. Os testemunhos e a solidariedade de inúmeros/as intelectuais neste processo começaram a preocupar o governo português que não se coibiu de intimidar as autoras e de pressioná-las para que se dessem

⁸⁶ in VIDAL, Duarte, op. cit., pp. 40.

como culpadas. A pressão governamental sobre as escritoras atingiu o seu ponto mais alto, segundo a revista “Flama”, de Maio de 1974: *“Discretos mas insistentes convites para encontros, almoços e jantares chegavam, entretanto, às três mulheres. Eram feitos por intermediários de ministros e secretários de Estado que, muito amavelmente, tinham o cuidado de prevenir que era melhor aceitar. (...) Numa altura em que o caso judicial começava a tornar-se, lá fora, mais um dos escândalos ligados ao nome de Portugal, não era fácil adivinhar o que pretendia o Governo. Era muito cómodo que as acusadas confessassem as suas culpas e pedissem humildemente perdão, para que o processo terminasse depressa e fosse rapidamente esquecido.”*⁸⁷

O incómodo causado pela mediatização do processo que contribuiu para o descrédito do regime junto da comunidade internacional. Segundo Maria Teresa Horta, *“(...) o processo das Novas Cartas Portuguesas foi determinante para abalar o fascismo em Portugal porque sobretudo, a nível internacional, a imagem de Portugal estava muito má já na altura e definitivamente foi o golpe fatal e isto para mim é motivo de grande orgulho até porque vem através das mulheres; ou seja, não só vem através das mulheres por nós aqui como no estrangeiro são as mulheres que dão esse golpe. Porque as mulheres ao se unirem a nós...que é a primeira, que se conhece, causa internacional feminista, comum, tirando as sufragistas do direito ao voto e da entrada na faculdade...bom, na realidade, a única causa comum às feministas, às mulheres em todo o mundo foi a das Novas Cartas Portuguesas.”*⁸⁸

É interessante verificar que o ‘golpe fatal’, na opinião de Maria Teresa Horta, infligido ao regime fascista tenha a sua origem na pressão internacional exercida por parte de intelectuais e dos grupos feministas estrangeiros e não em grupos nacionais que exigissem a absolvição das escritoras, exceptuando a indignação de alguns intelectuais portugueses como Natália Correia, Maria Lamas, José Gomes Ferreira, entre outros que testemunharam a favor das arguidas. A que se deve a inexistência de um movimento de solidariedade nacional para com as Três Marias?

⁸⁷ Louro, Regina, *in* revista Flama, nº136, ano XXX, 17 de Maio, 1974.

Uma das causas a considerar é a falta de mediatização do processo antes do 25 de Abril e, conseqüentemente, a sua invisibilidade devido à censura imposta ao livro, semelhante à que era a mesma exercida sobre os média. Na alegação final do julgamento, o advogado de defesa de Maria Isabel Barreno, refere-se à influência da censura na divulgação de notícias relacionadas com o caso:

“A verdade é que a Censura, ultimamente, como tem sido verificado, não deixa passar a mínima notícia acerca deste julgamento e os portugueses se querem saber o que se passa na sua terra têm que ler jornais estrangeiros e por isso felicito os representantes das agências de notícias que aí estão porque esses podem exercer a sua actividade profissional e é graças a eles que nós, portugueses, podemos saber muito do que se passa no nosso país.”⁸⁹

Segundo Madalena Barbosa, verificava-se por parte da população portuguesa, um desconhecimento geral da obra e do processo: *“(...) a maior parte das pessoas nem sabia que o processo estava a decorrer. Houve um grande movimento internacional de apoio às Três Marias, isso para elas foi muito importante, inclusivamente foram convidadas para ir ao estrangeiro, a imprensa estrangeira falou muito com elas e elas sentiram muito esse apoio, mas em Portugal a grande maioria das pessoas não fazia a mais pequena ideia do que se estava a passar porque não havia notícias sobre o assunto. Por causa da censura não saiu uma palavra num órgão de imprensa, não saiu em lado nenhum; só sabiam as pessoas que estavam próximas do meio, que estavam próximas delas, portanto foi uma coisa que se passou que quase não se deu por isso. Eu por acaso tive acesso às Novas Cartas Portuguesas na primeira edição através duma amiga, duma amiga que tinha conseguido apanhar o livro antes deles serem retirados das lojas e, portanto li o livro antes disso mas, foi um perfeito acaso. Ninguém tinha tido acesso ao livro e muito menos ao processo, nem coisa que se sonhasse...”⁹⁰*

Poderemos considerar a censura à obra e aos média como única responsável pelo desinteresse e desconhecimento das mulheres portuguesas por este

⁸⁹ in VIDAL, Duarte, op. cit., pp. 63-64.

⁹⁰ Excerto da entrevista com Madalena Barbosa, 23 de Maio, 2006.

processo? Poderemos considerar, igualmente, o peso da educação salazarista e o analfabetismo feminino como factores determinantes para esse alheamento?

Em Portugal, durante o regime de Salazar, os movimentos civis foram controlados pela forte presença e controlo que o Estado exercia sobre todas as estruturas sociais, desde a família à escola e também por essa razão, seria difícil encontrar um forte movimento feminista que apoiasse a causa das três escritoras.

Por oposição, a mobilização internacional levou o processo das “Novas Cartas Portuguesas” para as páginas dos jornais estrangeiros (c.f. C2) tendo muitos grupos feministas e organizações defensoras dos direitos humanos, considerando o processo como injusto, sexista ou simplesmente ridículo.⁹¹

O julgamento e a sua mediatização no exterior transformou-se num acontecimento internacional e o aparecimento de um movimento de solidariedade mundial, por parte de intelectuais como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Monique Wittig, Gloria Steinem e de grupos feministas como a NOW⁹² — National Organization for Women, dos Estados Unidos e o MLF — Mouvement de Libération de la Femme francês, conferiram visibilidade ao processo fazendo aumentar as hostilidades estrangeiras às políticas do governo português e a pressão ao Ministério Público que, por diversas vezes, foi forçado a adiar a conclusão do processo.

Maria Teresa Horta considera de extrema importância a solidariedade deste movimento internacional, que atingiu uma enorme visibilidade nos E.U.A com grupos feministas como as Redstockings⁹³, New York Radical Feminists⁹⁴ a manifestarem-se em frente ao consulado português (c.f.anexoA4), em Nova Iorque, enquanto em França o livro era adaptado para uma peça de teatro intitulada “Cloture”. Segundo a autora, foram estas feministas estrangeiras as

⁹¹ in Flama, nº136, ano XXX.

⁹² Os objectivos da NOW eram: igualdade para as mulheres na sociedade, a e sua auto-realização como sujeitos autónomos. Esta organização denunciava o sexismo, os costumes e preconceitos e a objectificação das mulheres através das práticas de consumo.

⁹³ Redstockings ou “Meias Vermelhas” pretendiam consciencializar o maior número de mulheres através de discussões, reuniões e outras actividades. No seu manifesto exigem a libertação das mulheres e o fim da supremacia masculina que consideram ser a origem da submissão das mulheres. Pedem que todas as irmãs se unam à sua luta e que todos os homens renunciem aos seus privilégios.

⁹⁴ Consideram que a política do ego e o chauvinismo masculino se manifestam nas relações económicas e, por isso pretendem destruir os papéis sexuais através da reeducação que transformará as psicologias dos comportamentos individuais.

principais responsáveis pela sua absolvição: *“Elas conseguiram que nós não fossemos para a prisão, não foi só o 25 de Abril. O 25 de Abril impediu que nós fossemos para a prisão...mas antes foram elas que impediram...com o trabalho que elas fizeram lá fora.”*

Podemos verificar a dimensão que este caso atingiu internacionalmente através de uma notícia publicada na *Time Magazine*⁹⁵, em 1973 e através de alguns resumos relacionados com a história dos movimentos feministas, encontrados em sítios da internet.

*“Meanwhile, Portuguese intellectuals protested the banning of the books as did the American P.E.N., the noted association of writers. A group of British authors, among them Doris Lessing, Iris Murdoch and Stephen Spender, wrote a letter to the Times of London attesting to the book's literary value and "strict moral intention. In the U.S., a conference sponsored by the National Organization for Women voted to make the case the first international feminist cause. To further it, women in five U.S. and seven foreign cities staged demonstrations on the date originally set for the trial. When 50 protesters gathered on the lawn of the Portuguese consulate in Boston, Vice Consul Carlos Nunes relayed a curt reproof from his boss, Consul General George Freitas: 'The world would be a better place if each person would mind his own business.' To which one woman responded, 'and you are minding the business of the three Marias—which is why we are all here.' ”*⁹⁶

“NOW organized support for the "Three Marias" jailed in Portugal for writing a feminist book. In its first international action, NOW chapters in Houston, New York, Washington, D.C., Eastern Massachusetts and Los Angeles had demonstrations at Portuguese embassies and consulates in their cities. Similar protests were held the same day in France, Belgium, Sweden, Germany and England. The protest actions and petitions were effective in drawing attention to what was considered the first international feminist cause celebre. The Portuguese government suddenly postponed the trial of the Marias in a

⁹⁵ in <http://time-proxy.yaga.com/time/archive/preview/0,10987,944829,00.html>

⁹⁶ in <http://strweb112.websys.aol.com/time/magazine/article/0,9171,878604-1,00.html>

*delaying tactic calculated to relieve public pressure and discourage further demonstrations. (The Three Marias were acquitted in 1974.) (07/03/73)”*⁹⁷

*“Sydney IWD, and some others, also gave support to three Portuguese women, the Three Marias, who had been arrested for publishing New Portuguese Letters, a collection of letters, Poems and articles dealing with women cloistered by religion, madness and marriage. They were accused of offending against public morals and good custom. This was a serious charge under Portuguese law but was eventually dropped following world-wide protest. Some extracts from New Portuguese Letters were read on IWD and a petition taken up and presented to the Portuguese Consul.”*⁹⁸

A importância destas demonstrações de solidariedade foram determinantes para a formação do primeiro grupo feminista nacional do pós 25 de Abril mas revelou-se igualmente fulcral para o início da Segunda Vaga de Feminismo transnacional como podemos aferir pelas notícias mencionadas. Para compreendermos a dimensão do impacto do julgamento, basta referir que o “Processo das Três Marias” foi a primeira acção de solidariedade internacional desenvolvida pela NOW — National Organization for Women, a maior associação feminista norte-americana.

Se durante a Ditadura as autoras foram consideradas culpadas por ofensas à moral pública e se essa acusação foi um pretexto para esconder motivações de ordem política — com o objectivo de silenciar as acusadas e servir de exemplo a outros/as que tentassem transgredir — a sua absolvição e libertação em Maio de 1974, logo após a revolução de 25 de Abril, reflectiu de imediato a transição radical de um sistema político repressivo para um sistema político democrático que rejeitava qualquer forma de censura à liberdade de expressão.

O “Diário de Lisboa” de 8 de Maio de 1974 (c.f.anexoA2), em pleno período revolucionário, noticiava a absolvição das Três Marias com o título: “Juiz

⁹⁷ in <http://www.feminist.org7research/chronicles/fc1973a.html>

⁹⁸ in STEVENS, Joyce, “History of International Women’s Day” in http://www.isis.aust.com/iwd/stevens/70s80s_2.htm

mandou em paz três Marias de cravo ao peito.” A notícia relatava ainda: “*‘Mulheres unidas jamais serão vencidas’ era o estribilho que faltava e que a absolvição das Novas Cartas desencadeou em plena sala de audiências, quando as escritoras, de cravo vermelho ao peito, recebiam os primeiros parabéns.*”

Apesar do artigo destacar a vitória das escritoras no processo o/a jornalista não deixa de lembrar que “*Até as feministas, pelos vistos, ganharam com os homens do 25 de Abril,*” ou seja, está implícito nesta afirmação é a certeza de que a liberdade e os direitos adquiridos pelas mulheres resultavam das acções desencadeadas pelos homens revolucionários.

Por isso, numa entrevista concedida ao “Diário Popular” (c.f.anexoA5), a 8 de Maio de 1974, Maria Isabel Barreno ainda duvidava se a sua absolvição se devia, exclusivamente, à revolução de 25 de Abril. Penso que a mediatização deste processo e o seu impacto no feminismo internacional não teve o mesmo significado em Portugal. Enquanto em Portugal, as autoras foram usadas como símbolo da liberdade de expressão do novo regime democrático porque personificavam os objectivos do período revolucionário, no estrangeiro a obra e o julgamento foram determinantes para o pensamento e acção de todo movimento feminista da década de 1970, ironicamente, estes acontecimentos foram mais importantes para o movimento feminista internacional do que para o despoletar de um forte movimento feminista português. Maria Isabel Barreno concorda com esta posição quando sugere: “*(...) tudo isso tem a ver com essa ideia básica de que a questão das mulheres é meramente uma questão adjacente e secundária, a mais importante, a mais universal, a de maior valor é a liberdade de expressão, é a democracia...a questão das mulheres, tudo isso é rapidamente esquecido e depois ainda por cima, como há esse incómodo com o feminismo, quer dizer, é uma maluqueira, são umas tontinhas que andam aí aos gritos. Várias pessoas diziam: ‘Ah eu gosto do vosso livro porque o vosso livro é político, é um manifesto de liberdade de expressão’ mas a parte feminista, as pessoas tentam logo esquecer.*”

No rescaldo do processo, a afeição dos média ainda nutria uma certa simpatia pela ideia de um feminismo português, no entanto, quando as reivindicações das mulheres se tornaram mais explícitas, o feminismo passou a ser alvo de

backlash. A instauração da democracia não significava a abolição do machismo e do sexismo, como terei oportunidade de explicar mais adiante quando falar da manifestação do Parque Eduardo VII, convocada pelo MLM, em 1975 (c.f.anexoC2).

Por agora pretendo analisar de que forma a publicação do livro, o processo judicial e a mobilização feminista internacional de solidariedade para com as autoras constitui um momento chave para o aparecimento daquilo a que chamo, pensamento feminista (radical), de Segunda Vaga.

2.2. O LIVRO: UM TESTEMUNHO REVOLUCIONÁRIO

“A mensagem das Novas Cartas Portuguesas continua actual. Para lá das fronteiras que as mesmas atravessaram nestes anos, erguem-se cada vez mais fronteiras. Tornam a opressão cada vez mais forte, porque cada vez mais mimética, cada vez mais moldada pelas instituições patriarcais, cada vez mais subalterna, porque cada vez só aparentemente mais livres.”⁹⁹

Maria de Lourdes Pintasilgo, 2004

Será que as “Novas Cartas Portuguesas” representam o início duma corrente de pensamento feminista radical em Portugal? Podemos considerar a obra um manifesto? Qual a importância deste livro para a formação de grupos feministas nacionais?

Considerando que o desconhecimento, por parte da maioria das mulheres portuguesas, do livro, do processo e das acções de solidariedade internacional não posso afirmar que as “Novas Cartas Portuguesas” tenham iniciado, imediatamente a seguir à sua publicação, um período de reflexão feminista com uma expressão suficientemente forte para ser considerado o motor de um movimento com características semelhantes aos da Europa e da América do Norte. No entanto, posso afirmar, tal como o afirmaram outras autoras e as próprias protagonistas do processo, que o dia da absolvição das três escritoras, em Maio de 1974, assinalou o começo de um período importante para o activismo feminista português com a constituição do MLM – Movimento de Libertação das Mulheres, assunto que abordarei no próximo capítulo.

Mesmo que as “Novas Cartas Portuguesas” tenham exercido um fraco impacto na sociedade e na cultura considero esta obra de extrema importância para o pensamento feminista português porque exerce não só uma crítica sobre o sistema patriarcal (e consequentemente, a todas as estruturas de poder dominantes, desde a família ao Estado fascista), como também reflecte sobre

⁹⁹ Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo no seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação em 2004 intitulada “As Novas Cartas Portuguesas” publicada no “O Longo Caminho das Mulheres”, pp.443

e desconstrói as “identidades femininas” prescritas às mulheres por esse mesmo patriarcado.

Num país que vivia um processo revolucionário de democratização, esta obra e o processo judicial foram valorizados como “símbolos” da resistência anti-fascista e não como referências da luta radical feminista nacional. “(...) *Novas Cartas Portuguesas permanece ainda hoje um marco histórico na luta pela igualdade, pela denúncia, a vários níveis, da condição social e sexual da mulher e das injustiças de um regime ditatorial que alimentava uma guerra e promovia a emigração.*”¹⁰⁰

Porém, não se pode dissociar a luta anti-fascista da luta feminista porque ambas reclamam a libertação das mulheres e da humanidade da opressão imposta por governos autoritários e pelo capitalismo hegemónico. Na opinião de Isabel Barreno as duas lutas são indissociáveis: “*O feminismo é sempre antifascista até porque eu acho que a primeira opção, em termos históricos, em termos até de toda a estrutura de opressões que se vão organizando na sociedade, a primeira opressão é realmente a dos homens sobre as mulheres, a opressão das mulheres, é essa depois que vai gerando todas as outras, aliás, não é por acaso que o fascismo teve sempre aquela visão das mulheres em casa, do papel tradicional das mulheres, uma visão absoluta dos géneros, etc. Mas eu acho graça à sua pergunta porque várias pessoas, dos amigos políticos da esquerda na altura das “Novas Cartas”, enquanto andavam os intelectuais, escritores e artistas portugueses a dar-nos apoio vários tiveram o cuidado de nos vir dizer: “Ah, eu apoio porque aquilo é um livro político não é um livro feminista!”. A ideia, por um lado, de que há a política que trata de coisas universais e depois o feminismo que trata das vossas coisitas.*”

Obviamente que, quando as autoras escreveram o livro estavam a reagir contra o sistema sócio-económico, cultural e político português, mas fizeram-no posicionando-se como feministas, como defensoras dos direitos das mulheres, grupo ao qual sabiam pertencer. Numa entrevista concedida ao Diário Popular em 8 de Maio de 1974 (c.f.anexoA5), Maria Isabel Barreno é

¹⁰⁰ in AMARAL, Ana Luísa, MACEDO, Ana Gabriela, op. cit., pp.140.

muito explícita sobre a temática da obra e explica o que significa, para si, as “Novas Cartas Portuguesas”: *“ Para mim, fundamentalmente, é um documento sobre a situação da mulher numa sociedade em que é dominada pelo homem.”*

Outra das características que podem relacionar directamente esta obra com o feminismo de Segunda Vaga, é o seu espírito de “sororidade” e cumplicidade no acto da construção do objecto literário sobre o qual as escritoras assumiram uma autoria colectiva. No prefácio da edição inglesa de 1975 (c.f.anexoB5), Helen R. Lane refere que o processo criativo que conduziu a escrita do livro foi de extrema importância para as autoras, que afirmavam ser impossível dissociar o conteúdo do livro desse mesmo processo.

Para além do conteúdo feminista, as “Novas Cartas Portuguesas” reflectiam as influências pós-estruturalistas na elaboração duma crítica feminista que procurava repensar a forma de escrever e de ler o texto. A intertextualidade, o hibridismo dos estilos surgem duma vontade de construir uma nova forma de “escrita feminina”, *“conceito que está ligado, por um lado, à necessidade de engendrar ou gerar retrospectivamente uma tradição feminina e, por outro, à problematização da especificidade e existência de marcas do feminino no discurso e na escrita de mulheres (o conceito de écriture féminine cunhado pela crítica francesa nos anos 1970).”*¹⁰¹

Podemos considerar que as propostas de feministas francesas como Luce Irigaray, Hélène Cixous, Monique Wittig e Julia Kristeva foram postas em prática na escrita das “Novas Cartas Portuguesas”. As autoras procuraram uma forma de discurso alternativa que invertesse a tradição do discurso literário patriarcal *“mas sempre sublinhando a obliquidade em que se estrutura a relação que as mulheres mantêm com a linguagem, a cultura e o poder dominantes.”*¹⁰²

Segundo Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral, as “Novas Cartas Portuguesas” questionaram a noção de autoria e conseqüentemente de autoridade, ao mesmo tempo que destabilizaram as fronteiras entre géneros literários e a posição do “sujeito discursivo”. A rebeldia formal e a profundidade das temáticas tratadas representavam as discussões levantadas pelos novos

¹⁰¹ *idem*, pp.51

¹⁰² *ibid*, pp.51-52

movimentos feministas que Pintasilgo considera terem transformado a luta das mulheres, através de “*um processo de interrogação radical*” em que a problematização da identidade feminina se torna fundamental para o pensamento crítico feminista. As “*Novas Cartas Portuguesas*” ecoavam as palavras de Simone de Beauvoir, Kate Millet, Shulamith Firestone¹⁰³, Kathie Sarachild e Ti-Grace Atkinson mas também a de todas as mulheres portuguesas, que ao longo do tempo, haviam denunciado a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres e anunciado a necessidade das mulheres se conhecerem e se libertarem da opressão imposta pelo sistema.

Maria Velho da Costa, a única das autoras a rejeitar o teor feminista da obra, prefere destacar, na entrevista ao “*Diário Popular*” acima mencionada, as características literárias apontadas por Macedo e Amaral: “*(...) Para mim, o cunho mais importante da obra foi ter sido criada em comum, e sem ser cada um dos textos individualizados. Tratou-se de um trabalho comunal, de criação colectiva.*”

Mesmo rejeitando a posição crítica feminista do livro, Maria Velho da Costa acaba por evidenciar uma das características mais fortes do movimento feminista radical dos anos 1970, a *Sisterhood* ou Sororidade entre as mulheres. Helen R. Lane destaca dois aspectos importantes da obra: “*The New Portuguese Letters are the story of a twofold creation – that of a precarious but real sisterhood that has managed to leave the room for the passionate emotional interplay of the three very different personalities and philosophies of liberation, and of an extraordinary feminine language celebrating, as in religious ritual, the spirit and flesh of all womankind.*”¹⁰⁴

¹⁰³ “*Thus, rather than storming the Pentagon as women, or protest the Democratic Convention as women, we must begin to expose and eliminate the causes of our oppression as women. Our job is not only to improve the conditions of the movement any more that it is to only improve the condition of professional working woman. Both are reformist if thought of only as ends in themselves; and it ignores the broader concept that one cannot achieve equality for some members of one’s group while the rest are not free. In choosing to fight for women’s liberation it is not enough, either, to explain it only in general terms of “the system.” For the system oppresses many groups in many ways. Women must learn that the specific methods used to keep her oppressed is to convince her that she is at all times secondary to man, and that her life is defined in terms of him. We cannot speak of liberating ourselves until we free ourselves from this myth and accept ourselves as primary. In our role as radical women we are confronted with the problem of assuring a female revolution within the general revolution. And we must begin to distinguish the real from the apparent freedom.*” in <http://www.marxists.org/subject/women/authors/firestone-shulamith/radical-movement.htm>

¹⁰⁴ in prefácio da versão inglesa, pp. 11.

Conscientes ou não de que este acto era uma forma de crítica exercida pelas feministas radicais e pós-estruturalistas ao poder que a figura do autor masculino e a parcialidade da crítica literária exercia na cultura ocidental. Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa acabaram por produzir um texto que se enquadra, na minha opinião, dentro da corrente feminista radical, de Segunda Vaga devido às suas características híbridas e inter-textuais, mas também devido à tentativa de destabilizar a noção de identidades sexuais e de género. As “Novas Cartas Portuguesas” carregam toda a dinâmica feminista da década de 1970, daí serem inevitáveis as semelhanças temáticas desta obra com muitas outras publicadas nos Estados Unidos, Inglaterra e França.

Segundo Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa foi a única que criticou a apropriação da obra, por parte das feministas rejeitando o teor ideológico e o “aproveitamento político” do texto: *“(...) por isso eu não estou de acordo quando a Maria Velho da Costa diz que as feministas usaram as Novas Cartas Portuguesas. Não é verdade e eu já disse isso em público à frente dela, é uma grande falta...é uma grande ingratidão porque as feministas não usaram as Novas Cartas. As Novas Cartas eram um documento que na realidade tem a ver com as mulheres de todo o mundo.”*¹⁰⁵

Penso que esta apropriação revela a riqueza das temáticas tratadas e a sua importância para a crítica e o pensamento feminista da década de 1970. Maria Graciete Besse sublinha este aspecto: *“L’écriture de Nouvelles Lettres Portugaises illustre avec vigueur l’importance du second féminisme des années 70, qui vise «l’abolition du patriarcat comme du capitalisme, la disparition des rapports d’oppression, d’exploitation, d’aliénation et la fin de la polarisation entre les sexes». Centrée sur la critique de la domination masculine, la voix qui se lève dans les pages de ce livre indique le chemin de la lutte pour l’émancipation des femmes qui passe obligatoirement par la prise de conscience et aboutit à la construction d’un projet politique en vue d’une transformation sociale.”*¹⁰⁶

¹⁰⁵ Entrevista com Maria Teresa Horta, Julho e Agosto, 2006.

¹⁰⁶ in “Entre le Silence et le Cri: la Voix des Femmes dans la Littérature Portugaise Contemporaine”, in www.crimic.paris-sorbonne.fr/actes/vf/besse.pdf

Concordo com Lúcia Amâncio¹⁰⁷ quando afirma que esta obra é mais estrangeira que portuguesa porque, apesar de ser a “*única grande referência*” do feminismo nacional de Segunda Vaga, acabou por contribuir mais para o amadurecimento do pensamento feminista internacional do que para o despontar duma reflexão profunda sobre a situação das mulheres portuguesas.

Manuela Tavares chega mesmo a considerar as Novas Cartas como “o *primeiro manifesto feminista português*” mas parece-me excessivo classificar esta obra como tal, visto que um manifesto feminista não contém um programa político definido tal como é próprio deste tipo de documento e como sucedeu com outros manifestos redigidos por grupos feministas internacionais como é o caso do manifesto das Radical Women de Seattle (c.f.anexoB6), das Bread & Roses (c.f.anexoA6) ou das Redstockings que publicaram vários documentos onde descreviam as orientações políticas do grupo, definiam os seus objectivos e o seu programa de acções. Durante a entrevista a Maria Isabel Barreno coloquei a questão da possibilidade de podermos catalogar o livro como um manifesto feminista mas a autora demarcou-se dessa ideia: “... *não considero que seja porque um panfleto é um panfleto, não é um livro. É algo que é concebido não como um texto em que se passam emoções, em que se passa ficção, em que se passam as coisas mais variadas, (o panfleto é algo) em que se passa apenas uma mensagem ideológica, política com um objectivo determinado...ali nem sequer havia, por exemplo, ‘vamos lutar todas juntas’, nem sequer havia o convite a qualquer acção. Era a expressão de vários mal estares que nós sentíamos e que achávamos que eram patentes na sociedade portuguesa da altura. Portanto, obviamente que estava lá tudo, estava a questão das mulheres, estava a questão do fascismo, estava a questão da Guerra Colonial, tudo isso estava ligado.*”

Maria Teresa Horta, numa entrevista concedida a Ana Filipa Oliveira, rejeita igualmente a ideia do livro representar um manifesto:

¹⁰⁷ Comunicação proferida durante o seminário “Movimento Feminista em Portugal”, organizado pela UMAR, 1998.

“AFO — Utiliza a sua escrita como arma de luta? Como uma forma de denúncia?”

MTH — Não. É como as Novas Cartas Portuguesas. Nunca nos passou pela cabeça ser o manifesto do que quer que seja.

AFO — Não? Então, o que pretendiam?

MTH — Dar o retrato do nosso país, sobretudo no que diz respeito ao feminismo. Dar um retrato das mentalidades portuguesas. Por isso, refere a guerra em África. Se fosse um manifesto feminista não se ia falar da guerra. Por isso fala de esquerda e de direita. Por isso teve um processo político.”¹⁰⁸

Mas mesmo considerando a hipótese de Manuela Tavares, será que esta obra indiciava a posterior formação do MLM – Movimento de Libertação das Mulheres, criado por Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta? Será que esta obra foi entendida pelas feministas portuguesas como um manifesto que deveria ser posto em prática pelos mais variados grupos de mulheres?

Penso que foi o julgamento e a solidariedade feminista internacional que serviram de alavanca para a formação do grupo e não o livro. Acredito igualmente que não foi a obra a origem do activismo feminista português mas talvez todo o processo judicial possa ser considerado o seu motor.

As “Novas Cartas Portuguesas” são um livro difícil, não só pela sua forma mas também pelo seu conteúdo. Durante a redacção da obra, as escritoras reconheceram a sua complexidade literária e ideológica questionando se as críticas feitas ao patriarcado seriam perceptíveis à maioria das mulheres portuguesas.

De qualquer modo, é fácil detectar inúmeras passagens que permitem classificar as “Novas Cartas Portuguesas” como um texto que critica a sociedade patriarcal portuguesa, partindo duma perspectiva crítica feminista que rejeita a utilização das ferramentas formais e conceptuais masculinas, reclamando um lugar para as mulheres escritoras e para todas as mulheres na História. O processo de escrita passou a ser um processo de inscrição e de

¹⁰⁸ in <http://www.cadernosdejornalismo.uc.pt/00/14-18.pdf>

acção/transformação, não só de si mesmas mas também de todas as mulheres.

Numa das conversas tidas com Maria Teresa Horta, a autora voltou a afirmar que o livro não foi escrito para ser lido como um manifesto feminista contudo reconhece que o seu conteúdo foi entendido por muitas mulheres, principalmente estrangeiras, como uma obra que continha todas as características da crítica feminista: obra colectiva que denuncia as injustiças e incongruências do sistema patriarcal reclamando direitos iguais para as mulheres e questionando identidades e representações dominantes impostas social e culturalmente ao sexo feminino. Todas as Marianas do livro representam a situação de clausura em que a maioria das mulheres se encontrava; a clausura da freira serve de metáfora para ilustrar a situação de opressão a que as mulheres casadas, as raparigas solteiras, as burguesas educadas e as operárias ainda estavam sujeitas.

Apesar de não ser um manifesto e apesar de existirem algumas resistências e reticências, por parte das autoras e críticos/as, em reconhecer as “Novas Cartas Portuguesas” como uma obra radicalmente feminista, detectei inúmeras passagens que fazem referência à necessidade e ao dever que as autoras sentiram em problematizar as questões relacionadas com a construção cultural do género feminino e em identificar as causas que levaram as mulheres portuguesas a ocupar uma posição invisível, submissa e secundária na sociedade obedecendo às regras do sistema heteropatriarcal.

Mesmo não existindo uma intenção deliberada em escrever uma obra com cariz político não podemos esquecer que estas mulheres conheciam as lutas e as reflexões de muitas feministas, suas contemporâneas.

Maria Teresa Horta revelou-me que o seu passado havia sido contaminado pela vontade de lutar pelas causas das mulheres. Primeiro foi a sua avó sufragista, depois o contacto com Maria Lamas, a leitura do “Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir e, por último, um conhecimento sobre as movimentações de mulheres que iam proliferando, um pouco por todo o globo.

Segundo Horta, Maria Isabel Barreno partilhava das mesmas convicções e do mesmo universo de referências.

Antes da redacção das “Novas Cartas Portuguesas”, Maria Isabel Barreno¹⁰⁹ começara já a redigir a “Morte da Mãe”, um texto sobre o matriarcado¹¹⁰ e a sua decadência, que parte duma análise complexa e surpreendente da obra de Friedrich Engels e do conceito de patriarcado. Em conversa, Barreno assume a escrita desta obra como um momento catártico de reflexão e auto-consciencialização:

“ (...) tive a necessidade de escrever até para esclarecer completamente (ri) tudo aquilo que me tinha condicionado e ver o que é que era realmente eu e o que é que era os condicionamentos que me tinham impingido na educação sobre a normalidade das coisas e da forma de reflectir e sempre do ponto de vista donde se partia, etc.”

Esse exercício de reflexão estendeu-se à redacção conjunta das “Novas Cartas Portuguesas” demonstrando que estas mulheres, à semelhança de muitas feministas estrangeiras, sabiam que o processo de auto-consciencialização só poderia ser efectivo se fosse feito em grupo. Penso que para as duas autoras foi bastante importante escrever estes textos em conjunto porque lhes permitiu repensarem e a reconstruírem as (suas) identidades de “fêmeas”, “femininas” e “Mulheres”. Tal como sugere Pintasilgo, assumiram-se como sujeito e objecto do discurso: *“Dizer a três a mesma realidade, analisá-la individualmente por vias rigorosas para convergir, afinal, nas grandes questões, fundir-se no dizer de outras, permanecer – eu-tu-nós – na constante erupção da escrita – tal é a aventura conseguida.”*¹¹¹

¹⁰⁹ Barreno é, no meu entender, a autora que mais se dedicou a uma reflexão teórica e aprofundada sobre a condição das mulheres e que contribuiu para a dinamização duma reflexão crítica, não só com os dois livros já mencionados, mas também com a publicação de “Falso Neutro”, em 1982.

¹¹⁰ Sobre esta obra, afirmou, na entrevista concedida: *“A Mãe é um símbolo e fundamentalmente “A Morte da Mãe”... eu não sei se houve matriarcados no início mas pelo menos houve uma situação muito mais equilibrada. A gente vê isso até através de antropólogos que têm estudado isso e eu acho que “A Morte da Mãe” é o que eu quis significar com o nascimento do matriarcado, a certa altura a figura da mãe é realmente morta, é legalmente morta, é morta politicamente, deixa de ter qualquer poder na sociedade instaurada, instala-se o patriarcado. É esse o simbolismo do livro.”*

¹¹¹ Op. cit., pp.442.

As autoras procuraram, através da escrita e da leitura, iniciar um processo de consciencialização das mulheres portuguesas em relação aos valores que definiam as suas identidades sexuais, culturais e sociais, processo esse que passava simultaneamente por se questionarem a si mesmas.

Convém lembrar que as autoras estavam informadas e intelectualmente envolvidas nas transformações sociais que aconteciam no resto do mundo. Ao mesmo tempo que escreviam o livro a pensar na condição social e sexual das mulheres portuguesas, elas eram também mulheres que se (re)descobriam e se questionavam nesse processo de transformação que tocava a maioria das portuguesas: a pílula, o amor livre, o planeamento familiar, a educação, a mini-saia, o consumo.

Numa passagem da obra, as autoras revelam a sua preocupação sobre o impacto real do livro na mudança de mentalidades pois sabiam que a sociedade portuguesa e principalmente as mulheres, na sua maioria analfabetas e pobres, teriam muita dificuldade em compreender, através de uma obra literária bastante complexa, quais eram os problemas e as desigualdades que afectavam o seu quotidiano.

“Que tempo? O nosso tempo. E que arma, que arma utilizamos ou desprezamos nós? Em que refúgio nos abrigamos ou que luta é a nossa enquanto apenas no domínio das palavras?”

O que podemos com elas em nosso favor e de mulher em mulher nos dizes e contarmos do domínio que ainda somos, despojo hoje de guerreiros que se fingem companheiros em ajudada luta, mas que apenas pretendem montar-nos e serem cavaleiros de Marianas de outros cativeiros presas e monjas de diferentes conventos, sem disso se darem conta?

Eis-nos em Portugal em plena libertação da mulher: (...)

Colónia do homem, a mulher? Que ideia! Que exagero!...

Que pode a literatura, irmãs, as palavras, contra tudo isto?

*Havendo ainda por cima a contar sempre com que: ‘a mulher não tem uma cultura própria. Ela existe numa cultura onde o poder pertence aos homens, logo ela está, alienada’(...)”*¹¹²

¹¹² in “Novas Cartas Portuguesas”, 1998, pp.235-236

As preocupações das autoras confirmaram-se porque a baixa tiragem de exemplares, a proibição do livro e a sua tardia reimpressão tornaram a obra inacessível à maioria das/os leitores portugueses.

De qualquer modo, o seu impacto nos círculos feministas internacionais e a adaptação do texto para uma encenação teatral em França são sinónimo da importância da obra para o pensamento e activismo feminista. Para as feministas, Mariana(s) era o reflexo de todas as mulheres e de cada uma. Os problemas com que se debatia a personagem eram semelhantes aos debatidos pelas mulheres em reuniões e encontros informais, que se iam organizando por todo o mundo ocidental. Tal como refere Pintasilgo:

“As Novas Cartas caracterizam-se por um constante vai e vem entre a expressão explícita do inconsciente e o diagnóstico da multiplicidade.

*Aí se encontra pela primeira vez expresso aquilo que o neofeminismo veio a tornar decisivo durante a década de 70: a relação entre o processo analítico e a prática política na luta das mulheres pela sua identidade.”*¹¹³

Vejamos como as autoras se colocaram nas diferentes posições identitárias impostas às mulheres e como através dessas mesmas personagens transgrediram e reclamaram outro posicionamento que não o da mulher-objecto, escrava sexual e máquina reprodutora.

No “Texto de honra ou de interrogar, escrito por uma mulher de nome Joana”¹¹⁴ são reclamados os direitos que as feministas radicais, de Segunda Vaga, definiram como prioritários para a sua luta: controlo do próprio corpo e da sexualidade, erradicação dos estereótipos de mulher-objecto, fim do aborto ilegal e alteração do “papel subalterno e doméstico” que as mulheres ocupavam na família e na sociedade. Através da voz de Joana, as autoras identificam os problemas que atravessam o quotidiano da maioria das mulheres e propõem a resistência e a luta conjunta contra o sistema social e sexual heteropatriarcal:

“Digo:

¹¹³ in Seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, 2004, pp.444

¹¹⁴ Novas Cartas Portuguesas, pp.260-263

E virá quem, apesar de tudo, acuse de reaccionária a luta que se irá travar no longo caminho, extenuante, que terá a mulher portuguesa de percorrer sozinha com suas poucas armas. E virá quem agrida e de todos os lados surgirão gumes e farpas e nas nossas costas cairão nomes como pedras, putas ou lésbicas, tanto se nos faz que nos nomeiem, desde que se lute e não se perca.

Pergunto:

Se outra alternativa não nos derem que a guerra aberta contra todo o sistema social que recusamos de base em que tenhamos de destruir tudo, inclusive se necessário as nossas próprias casas, recuaremos?

(...)

“Digo:

Chega.

É tempo de se gritar: chega. E formarmos um bloco com os nossos corpos.”¹¹⁵

Na Terceira Carta IV, as autoras guerrilheiras propõem a destruição das raízes históricas em que se fundam e através das quais se regulam as relações entre homens e mulheres e a erradicação dos “*sistemas de cristalizações culturais que vieram sustentando, reforçando, justificando e ampliando essa dominação da mulher (e não só essa dominação), porque a alteração da situação económica e política que agora nela se baseia não traz necessariamente a destruição de todas as cristalizações culturais em que a mulher é imbecil jurídica, irresponsável social, homem castrado, a carne, a pecadora, Eva da serpente, corpo sem alma, virgem-mãe, bruxa, mãe abnegada, vampiro do homem, fada do lar, ser humano estúpido e envergonhado pelo sexo, cabra e anjo, etc., etc.*”¹¹⁶

É também nesta Carta que podemos detectar vestígios daquilo a que chamamos de pensamento radical, porque neste texto é sugerido que “*nunca houve um combate de raíz*” contra a proliferação do tipo de representações acima mencionadas. Nesta Carta é também perceptível a discussão sobre a incompatibilidade entre os ideais marxistas e feministas. A análise e a consciência da situação das lutas feministas foi tão acutilante que as autoras

¹¹⁵ Novas Cartas Portuguesas, pp.262-263

¹¹⁶ idem, pp.90

anteviram as cisões que se vieram a verificar, mais tarde, no seio das diferentes estratégias de acção e correspondentes ideologias (ver Cap. 1).

A discussão em torno da revolta das mulheres contra o sistema é sintomática ao longo da obra, demonstrando que também as autoras procuravam soluções, estratégias, fundamentos para solucionar o problema da desigualdade entre os dois sexos.

No prefácio da edição inglesa, Helen R. Lane destaca as diferentes filosofias de libertação assumidas pelas autoras como um dos registos mais ricos do processo de auto-consciencialização, em si mesmo.

A personagem Ana Maria serve de pretexto para a discussão desta temática. Segundo esta, a revolução não seria uma questão de medição de força, entre homens e mulheres, após a qual se encontrariam os vencedores e os vencidos porque o que estava em jogo era simplesmente a conquista e a criação dos recursos simbólicos e de espaços sociais que permitissem às mulheres definirem as suas identidades. Ana Maria é bastante clara quanto à necessidade das mulheres iniciarem a sua cruzada e bastante consciente dos efeitos que esta produzirá se for uma luta radical: *“Bem sei que a revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os estratos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada, e a primeira repressão, aquela que veio assentar toda a história do género humano, criando o modelo e os mitos das outras repressões, é a do homem contra a mulher.”*

À semelhança de outras feministas suas contemporâneas, as autoras sabem que este corte radical com o sistema de representações sexistas só seria possível através duma revolução que colocasse as mulheres no centro do mundo como sujeitos produtoras dos discursos e como participantes activas na construção das suas próprias identidades. Não como objectos desses mesmos discursos através dos quais foram relegadas para dois espaços distintos: o doméstico/familiar e público/sexual onde as suas identidades foram cristalizadas nas representações da mãe/esposa e de prostituta/amante.

No entanto, esta busca identitária de auto-conhecimento e redefinição dos sistemas de representação implicava percorrer caminhos desconhecidos e

ocupar posições até aí inomináveis. *“E se acaso a mulher percebe a sua servidão, e a rejeita, como, a quem, identificar-se? Onde reaprender a ser, onde reinventar o modelo, o papel, a imagem, o gesto e a palavra quotidianos, a aceitação e o amor dos outros, e os sinais de aceitação e amor”*¹¹⁷

Nestas passagens, é evidente a problemática relacionada com a questão colocada por Simone de Beauvoir sobre a construção social da identidade feminina como também são evidentes as críticas ao contexto português.

As questões levantadas por estas personagens demonstram a radicalidade do pensamento feminista que orientava as autoras. Porém, as suas preocupações não eram somente filosóficas, as personagens falavam e descreviam problemas muito concretos relacionados com o quotidiano das mulheres.

*“All the Marias and Marianas and Maria Anas of the book thus become a sort of universal name for women, and these New Portuguese Letters a mediation on the pertinence of the original Portuguese Letters to the situation of women today.”*¹¹⁸

Numa das cartas de Mariana ao Cavaleiro as autoras aproveitaram para falar da gravidez indesejada e do aborto. Pela voz de Mariana compreendemos como se faziam abortos clandestinos recorrendo a mezinhas tradicionais que provocavam muitas dores e, por vezes, a morte. Assistimos ao grito de indignação de todas as mulheres perante a desresponsabilização dos homens quando se trata de assumir ou não a paternidade e o cuidado com as crianças.

*“Mas nada disto é real para vós, raça de cavaleiros, nada disto está previsto nas vossas lutas nobres, que sangue de aborto não é sangue vertido pelo rei, é sempre vertido contra vós.”*¹¹⁹

A descriminalização do aborto e o fim do aborto clandestino era uma preocupação das autoras mas também de muitos grupos feministas internacionais que lutavam pelo fim das restrições impostas às mulheres pelas políticas de saúde pública e pela moral inerente à lei de muitos países como França, Estados Unidos ou Portugal. Daí também o interesse que a obra

¹¹⁷ in *Novas Cartas Portuguesas*, 1998, pp.211-212

¹¹⁸ in *Prefácio à edição inglesa* “New Portuguese Letters — The Three Marias”, pp.11

¹¹⁹ in *“Novas Cartas Portuguesas”*, 1998, pp.134

suscitou junto destas organizações. A luta pela legalização do aborto será uma batalha que Teresa Horta e Isabel Barreno continuarão a travar: desde a escrita deste livro até 2007, as autoras continuam a participar nas lutas pelos direitos das mulheres.

Teresa Horta desempenhará nesta luta um papel especial, sendo ela uma das autoras do livro “Aborto: Direito ao nosso Corpo” (1975), que abordarei no próximo capítulo.

Numa leitura atenta das “Novas Cartas Portuguesas”, parece que esta proposta de guerra aberta ao sistema e a resposta à questão do Ser Mulher não foi consensual entre as autoras como podemos observar nas interrogações colocadas pela personagem Ana Maria, no seu diário: “(...) *em que ficamos: se a mulher nada tem, se existe só através do homem, se mesmo seu prazer por aí é pouco e viciado, o que arrisca ou que perde em revoltar-se? (...) mas o que arrisca ou perde a mulher, se nada lhe é gratificante?*”¹²⁰

Não resisto a citar Helen R. Lane no prefácio da edição inglesa: “*Real liberation for all women, their book ultimately suggests, will come only when all separations, both physical and psychological – between the and female side of human psyche, between masters and servants, between dominating parents and helpless children, between couples forced apart by economic or political pressures and patterns beyond their control – are done away with the changing not only the consciousness of women but the conditions of a social order that is exploitative to the very core, and in which women remain ‘the last colonial territory’.*”¹²¹

As dúvidas levantadas pelas autoras sobre o poder da literatura e os efeitos que a obra poderia produzir nas/os leitores/as, reflectem os impasses e os desentendimentos ocorridos no seio da maioria dos grupos feministas, sobre quais os melhores meios, recursos e discursos a utilizar para que as difíceis lutas pudessem vir a gerar benefícios para as mulheres¹²², no entanto, Maria

¹²⁰ *idem*, pp.211

¹²¹ *in op. cit.*, pp.11

¹²² Ainda hoje nos questionamos sobre esses mesmos benefícios, sobre os efeitos reais dessas lutas porque depois de tanto tempo, e apesar de saber que os direitos das mulheres ocidentais estão garantidos na Lei, continuamos a ouvir as notícias do tráfico e exploração de mulheres, das violações de

Teresa Horta e Maria Isabel Barreno demonstraram dois anos mais tarde, após a publicação da obra, que a sua vontade de lutar pelos direitos das mulheres já estava para lá de qualquer dúvida, e formaram, em 1974 o MLM — Movimento de Libertação das Mulheres. E foi assim, com a contribuição destas duas mulheres, que o feminismo português ficou inscrito, para sempre, na história do pensamento crítico feminista, europeu e mundial de Segunda Vaga.

adolescentes, de muitos salários reduzidos, de desemprego, da violência mas, mais grave do que isto, continua a ser a hegemonia do discurso da feminilidade e da objectificação sexual de que muito falou a obra aqui tratada.

3. 1974/1975 – A FORMAÇÃO DO MLM

Tal como noticiou o Diário de Lisboa (c.f.anexo.A2), o activismo feminista português, de Segunda Vaga nasceu a 7 de Maio de 1974, à porta do Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, depois de Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno terem sido absolvidas do processo das Novas Cartas Portuguesas. À saída do tribunal Maria Teresa Horta disse aos jornalistas que tinha sido decidida a formação do MLM — Movimento de Libertação das Mulheres, com uma orientação de “extrema-esquerda”¹²³.

Este dia foi determinante para a formação do MLM mas Maria Isabel Barreno admite que o período de duração do processo também contribuiu para esta tomada de decisão: *“Não só a absolvição mas já o processo em si (obviamente que cá não passavam as notícias nos jornais) aquelas pessoas que sabiam já antes do processo começaram a contactar-nos... depois aquela ideia de formação do MLM foi na sequência da absolvição e na altura até se podia fazer porque antes do 25 de Abril à absolvição foi a 7 de Maio antes disso não podia ter sido.”*

Maria Teresa Horta destaca a presença de muitas mulheres, no momento da absolvição, como fulcral para a constituição do grupo: *“(...) à saída estavam muitas mulheres conhecidas entre nós e desconhecidas e então, aí assim é que se decide que se faz a primeira reunião... porque pensámos: ‘então isto acaba aqui? Vamos fazer um movimento feminista’ e é ali que se decide que se faz o movimento feminista portanto, à porta da Boa-Hora, cá dentro ainda e que se combina a primeira reunião para casa da Maria Isabel Barreno. E nessa mesma noite, portanto.”*

Horta refere também que a atenção em torno deste caso judicial também por ter gerado um movimento de solidariedade feminista internacional tão massivo, criou as condições psicológicas e políticas necessárias para que as duas autoras referidas decidissem formar o Movimento de Libertação das Mulheres.

¹²³ A identificação com o movimento de esquerda não era estranho a Horta já que esta era filiada no Partido Comunista Português e esta afirmação também não seria estranha à maioria da população devido ao período político e ideológico que se vivia então.

Tal como menciona Barreno, a formação deste tipo de grupos antes de 1974 era impossível, no entanto, o movimento de solidariedade internacional que se formou para apoiar as escritoras — Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa — foi o sinal necessário para que estas mulheres, excepto Velho da Costa, decidissem formar um grupo de mulheres assumidamente feminista e, na minha opinião e na de Manuela Tavares, ideologicamente radical nos seus princípios.

Não foi assim somente a sua absolvição do processo e a instauração da democracia que produziram as condições ideais para a formação do MLM, mas igualmente a solidariedade e a presença de muitas feministas estrangeiras tal como referem Madalena Barbosa e Isabel Barreno: **MB** – *“Foi fundamental! Para já, aqui da Europa, nós tivemos aquilo a que a gente chamava as ‘turistas feministas’ que vieram... o 25 de Abril na Europa foi assim uma espécie de luz, foi um grande acontecimento. Portugal esteve na moda durante uma data de tempo e então tínhamos visitas de grupos de todos os países, de grupos de mulheres de todos os países, de pessoas principalmente de França mas também alemãs, holandesas, de todos os lados... não de Espanha, porque Espanha nessa altura ainda estava igual a nós e todas elas nos apoiavam quer a nível de informações, publicações que nos davam, ficavam connosco, às vezes durante meses, e assistiam às nossas reuniões, acompanhavam-nos nas manifestações... portanto, eram uma presença muito viva e muito constante.”*

IB – *“Isso não há dúvida, foi um grande empurrão porque depois o grupo formou-se, quer dizer, da mesma forma que foi importante para nós o apoio durante o desenrolar do processo, foi fundamental sentirmos aquele apoio e até para nos animar... e eu acho que aquilo acabou por ser, já depois do 25 de Abril... podem dizer que fomos absolvidas mais pela mudança da política mas eu acho que todo aquele final, o adiamento, aquilo já significava de certa forma esse apoio, essas manifestações todas no estrangeiro estavam a surtir efeito. E essa sensação de que não éramos só cá um punhadozinho de mulheres a tentar mudar as coisas mas que havia um apoio internacional. E para a formação do MLM foi fundamental o apoio monetário, sobretudo das holandesas.”*

No início desta investigação questionei-me sobre se a formação do MLM havia sido uma forma de agradecer e de homenagear todas as que se bateram pela libertação das escritoras, se havia sido uma resposta das mulheres à participação na vida democrática do país ou se se devia a uma tomada de consciência, por parte das escritoras, de que a literatura, ou seja a reflexão crítica, só poderia servir a libertação das mulheres se fosse acompanhada de activismo político e social, tal como estavam a fazer as feministas de todo o mundo. Para mim, a questão era saber se existia ou não um discurso verdadeiramente feminista a orientar os objectivos do grupo e a resposta de Isabel Barreno não poderia ser mais esclarecedora: *“Na altura havia a ideia de que era urgente marcar uma presença feminista e lutar para que a situação das mulheres também mudasse fundamentalmente, isso havia. Até porque não era só eu...a Teresa por caso nunca percebi muito bem como é que ela coordenava as duas coisas, quer dizer, a esquerda com o feminismo. Eu há muito tempo que tenho a opinião de que essa ideia vinda da sociedade perfeita marxista, de que os problemas das mulheres ficam logo resolvidos, eu achava isso mais uma daquelas aldrabices que os homens tentavam impingir às mulheres. Portanto, naquela altura até estava tudo a pender para a esquerda mas eu não contava nada que fosse garantido que as mulheres, eu e muitas outras, e sobretudo havia...por exemplo a Madalena Barbosa nessa altura estava ligada ao PS...ela começou por estar no grupo de mulheres do PS e depois saiu...mas também havia muito aquela ideia de que nos partidos as mulheres também tinham que estar. Enfim, houve a ideia de que era importante que as mulheres também marcassem a sua presença e não deixassem ser só os homens a fazer as mudanças...”*

A afluência das mulheres que se dirigiram ao tribunal, em sinal de apoio às autoras foi igualmente importante para a existência do MLM. Porém, não se as mulheres que aderiram à manifestação de apoio eram conscientemente feministas ou meramente democratas revolucionárias, nem sabemos se tinham a noção exacta do impacto positivo que o caso estava a causar no estrangeiro,

mas o seu apoio terá sido fundamental. Madalena Barbosa recorda os acontecimentos que a levaram a juntar-se ao grupo:

“A partir do momento em que se deu o 25 de Abril começou a sair em todos os jornais a questão do processo e no dia em que elas foram julgadas e absolvidas, o que aconteceu foi que a Teresa Horta, se não me engano, foi ela que disse à saída do tribunal quando os jornalistas perguntaram ‘o que é que vão fazer?’, ela disse: agora vamos começar o Movimento de Libertação das Mulheres. E eu, nesse momento, peguei na lista telefónica e telefonei-lhe e... marcámos a primeira reunião. Nesse dia tive a sorte de o meu marido partir para África. Foi-se embora, ele foi para o aeroporto e eu saí a seguir, fui para a reunião. E estavam lá muitas mulheres que tinham estado no julgamento mas também estavam lá muitas outras que tinham feito, mais ou menos, o mesmo que eu.”

Apesar de muitas mulheres terem participado na criação do MLM, não podemos deixar de dizer que Maria Teresa Horta e Isabel Barreno são as mentoras deste projecto feminista. Contudo, depois de um processo tão conturbado e sobejamente divulgado pelos média restava saber se a presença das duas escritoras ajudaria a credibilizar o grupo junto das mulheres e da sociedade em geral. Em conversa com Maria Teresa Horta, a autora assumiu ser uma das suas fundadoras e acredita que a sua presença e a de Barreno foram fundamentais para credibilizar o grupo, tanto em Portugal como no estrangeiro: *“Sim, nós, eu e a Isabel fizemos o MLM. Não, não (descredibilizou o grupo) acho que credibilizou porque nós tínhamos um nome literário já na altura e apesar de dizerem aquela é maluca, aquela é maluca... nós tínhamos um nome e um nome internacional, tínhamos um nome aqui, e apesar de tudo, mesmo as pessoas não querendo, as Cartas estão na história da literatura portuguesa. Havia também muitas mulheres que nos conheciam e que se estavam absolutamente nas tintas e nós não aquecíamos nem arrefecíamos; quer dizer, as primeiras sim, foram lá para saber ao que é que iam, o que queríamos, quem éramos nós e aí eu penso que, apesar de tudo em Portugal se conseguiu fazer o movimento feminista porque havia a Isabel e a Teresa*

Horta, naquela altura... porque então se houvesse alguém que tinha algum 'poder intelectual' éramos nós... não havia mais ninguém..."

Questionei, igualmente, Madalena Barbosa sobre a importância das duas autoras para a credibilização do grupo contudo, e na sua perspectiva, o efeito das Marias foi numa primeira fase positivo e posteriormente negativo. *"Não foi nem uma coisa nem outra, absolutamente! Quer dizer, numa primeira fase foi muito importante porque nos deu uma projecção a nível da imprensa, muito grande, e isso fez com que muitas mulheres interessadas viessem ter connosco, contactar-nos. Portanto, nessa medida, foi muito importante... a partir de certa altura, começou a ser um bocadinho prejudicial na medida em que a tendência da imprensa era de capitalizar nelas tudo quanto se fazia esquecendo um bocadinho as outras. Eu lembro-me, que a determinada altura, a Teresa Horta disse que não dava mais entrevistas sozinha, que só as dava com mais três pessoas porque aquilo estava a tornar-se realmente uma coisa pessoal."*

Tal como referi anteriormente, a participação de Isabel Barreno na constituição do MLM foi determinante mas a sua participação nas actividades e encontros do grupo foi diminuindo ao longo do tempo, tal como a própria refere na entrevista quando a questionei sobre o seu papel dentro do movimento: *"Sim, na generalidade bastante reduzido. Fui àquelas reuniões do principio, ainda fizemos aquela tentativa de ter uma sede numa casa que entretanto já foi demolida, ainda por lá andei mas como digo, logo meses depois deixei de estar, estava cá casualmente mas estava muito mais pelo estrangeiro."*

Maria Teresa Horta teve uma presença mais duradoura e constante nas actividades do grupo, apesar de se ter afastado por volta de 1978. Reconhecendo a importância do seu papel como fundadora, Teresa Horta não deixa de referir que o MLM nunca teria existido se não fosse a participação de muitas mulheres anónimas e de algumas figuras públicas. A autora relembra a importância e a dedicação de algumas das feministas: *"Acho que havia muita mulher e eu acho que ainda hoje continua a ser um bocado anónima. A Célia*

Metrass foi muito importante para o movimento, eu acho, é uma mulher muito inteligente, foi uma mulher muito importante como foi a Regina Louro, como foi a Helena Balsa, não quer dizer que elas trabalhassem muito mas eram mulheres que nos sectores de informação tentavam ter um trabalho de passar uma informação honesta e capaz...o caso da Madalena Barbosa para mim é um caso muito importante...havia mulheres anónimas a Helena Medeiros, a Célia Metrass foram as que depois fizeram comigo o livro: “Aborto, direito ao nosso corpo” são mulheres que continuam hoje, curiosamente, feministas e a ter uma actuação muito coerente com aquilo que eram na altura.”

Madalena Barbosa também não esquece a importância de muitas mulheres anónimas para a constituição do MLM: *“A Isabel Barreno e a Maria Teresa Horta, pelo que fizeram no início, escreveram as Novas Cartas Portuguesas, são realmente os nomes que tiveram no início... as outras mulheres, eu não gostava de individualizar porque eu acho que foram todas... todas as pessoas eram importantes e davam o contributo que cada uma podia dar e que eram diferentes umas das outras, obviamente, nem todas tinham que ter a mesma(...)”*

Portanto, à semelhança dos grupos feministas radicais, também o MLM contou com a participação de mulheres oriundas de espaços sociais diferentes que decidiram lutar conjuntamente pelos direitos das mulheres organizando-se informalmente em pequenos grupos de trabalho e discussão. Tal como sugere Madalena Barbosa: *“Este grupo, que se intitula de MLM, reproduz um pouco à portuguesa os movimentos de outros países: reúne-se em pequenos grupos, procura através da partilha de experiências pessoais estabelecer um campo de encontro e procurar uma teoria explicativa da situação das mulheres em geral.”¹²⁴*

Apesar das características do MLM se aproximarem das dos grupos estrangeiros, Maria Teresa Horta e Madalena Barbosa revelam, nas entrevistas, que não existiu nenhum modelo para a formação do grupo. Teresa

¹²⁴ *in* Seminário de Mulher para Mulher. *in* www.redejovensigualdade.org.pt/demulherparamulher/docs/sem-intermedio/seminarioll-mb.pdf

Horta: *“Não, nada. Absolutamente nada! Foi criada ouvindo as mulheres e o que elas queriam. As que apareceram em casa da Isabel e que depois trouxeram outras e outras, as mães e as sogras e foi a partir daí que tentámos responder às suas questões. Apareceram mulheres muito interessantes, entre elas a Madalena Barbosa, que eu acho um caso fabuloso!”*

Madalena Barbosa por seu turno: “Não havia nenhum em especial, era um pouco de todos, nós começámos a escrever e eu continuei a escrever a muitas dessas mulheres. A Teresa Horta também conhecia muitas dessas pessoas e a Isabel Barreno e então, aquilo começou por contactos pessoais, nós começámos a escrever a autoras e elas respondiam-nos, às vezes vinham cá, mandavam-nos coisas. Não houve um grupo específico que a gente possa dizer. Modelos, a gente não tinha muitos modelos e ainda bem porque fartas de modelos estamos nós. Nós, o nosso movimento, fomo-nos formando em função das circunstâncias e das nossas capacidades, não tem nada que ver com cópia nenhuma, a não ser no nome, Movimento de Libertação das Mulheres que é o Women’s Lib e que era composto ele, em si mesmo, por grupos que actuavam perfeitamente autónomos, um bocadinho como os terroristas (risos). Não havia uma ideologia completamente formada tinham esta ideia de que a situação das mulheres era profundamente injusta e que tinha de ser modificada e que coisas havia que fazer para a modificar. Mas isso era feito em função das circunstâncias do momento e de cada sítio, não era feito em função de nenhuma planificação ou combinação internacional. Obviamente, depois começou a haver quando foi a questão do aborto já para 1975/76, mas logo quando nós nos formámos não havia nada organizado.”

No entanto, Isabel Barreno, mesmo concordando com a inexistência de um modelo concreto, não deixa de lembrar: *“O modelo, se é que se pode dizer, o modelo mais próximo nessa altura era ainda mais a influência da França que cá chegava... tivesse sido o MLF como até se vê pela sigla. E na altura, já durante o processo, e mesmo depois na leitura da sentença nós tivemos mais em contacto com as francesas, com mulheres francesas. Aliás, foi da França*

que partiu a ideia da recolha de assinaturas. Não posso dizer que fosse o modelo, mas havia uma inspiração bastante próxima do modelo francês.”

Sendo assim, parece-me interessante verificar que um grupo de mulheres, muitas delas isoladas do mundo exterior devido a quarenta anos de regime, e muitas delas desconhecedoras das movimentações feministas internacionais, tenham encontrado uma estrutura informal e sem hierarquias, muito semelhante ao dos grupos feministas estrangeiros e se tenham organizado para lutar pelos seus direitos, num país que acabava de sair duma ditadura mas que ainda vivia imerso na estrutura patriarcal promovida pela ideologia do Estado Novo.

Regina Louro, relata num artigo publicado na revista Flama¹²⁵ “Que Querem as Feministas?”, o quão difícil foi para o MLM sobreviver num contexto tão resistente às propostas das feministas portuguesas. Segundo a jornalista, o Governo ignorava-as, os maridos indignavam-se, a imprensa atacava-as e as outras mulheres insultavam-nas. No entanto, a sua perseverança persistiu e o MLM constituiu-se contra a vontade de muitos/as.

¹²⁵ Ano 31, nº 1371, 14/06/1974 in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=flama7893>

3.1. JUNTAS VENCEREMOS! Organização e objectivos do Movimento

Na entrevista concedida à revista “Flama”¹²⁶, o MLM definia desta forma os objectivos do grupo: “Lutar contra todas as formas de opressão da mulher e de discriminação sexista.”

No mesmo artigo, a jornalista Regina Louro relata que o primeiro encontro do grupo contou apenas com sete participantes (escritoras, publicitárias e jornalistas), mas no segundo e, apesar de duas desistências, deu-se a participação de muitas mais mulheres (professoras estudantes e donas de casa). De acordo com Louro, o primeiro encontro serviu para as mulheres se conhecerem, revelarem as razões que as levaram a aderir ao movimento e delinearem os objectivos e as estratégias de acção do MLM, no entanto, esta primeira conversa ter-se-á revelado pouco produtiva dada a inibição das presentes.

Na segunda reunião tudo mudou, ou seja, o maior número de mulheres presentes e a vontade de contribuir para o movimento criou o ambiente próprio deste tipo de grupos: discussões intermináveis e inconclusivas, individualização de casos que pouco contribuíam para a concertação de estratégias de acção de rua. De qualquer modo, estes primeiros encontros foram frutíferos porque abriram espaço para a discussão de muitos problemas que afectavam cada uma das participantes e as mulheres, em geral. Discutiram as discriminações laborais, o desprezo pelo papel da doméstica, a sexualidade e a procriação impostas pelo discurso patriarcal, a maternidade, o aborto e os anticoncepcionais.

O MLM transformou-se num espaço de debate que permitiu às participantes viverem um processo de auto-consciencialização¹²⁷ que as ajudava a

¹²⁶ Ano: 31, Número: 1371, 14/06/1974 in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=flama7893>

¹²⁷ Kathie Sarachild descreve no ensaio “Consciousness-Raising: A Radical Weapon”, a importância deste tipo de reuniões: “*Consciousness-raising, then, is neither an end in itself nor a stage, a means to a different end, but a significant part of a very inclusive commitment to winning and guaranteeing radical changes for women in society. The view of consciousness-raising as an end in itself -- which happens when consciousness-raising is made into a methodology, a psychology -- is as severe and destructive a distortion of the original idea and power of the weapon as is seeing consciousness-raising as a stage. As one woman, Michal Goldman, put it, "I get tired of those people who are always experimenting, never*

libertarem-se e a afirmarem-se como sujeitos autónomos. À semelhança de outros grupos radicais, o MLM adoptou este tipo de prática com o objectivo de permitir que as activistas partilhassem os seus problemas pessoais de forma a compreenderem que estes eram, muitas vezes, semelhantes aos da maioria das mulheres. Como foi explanado no primeiro capítulo, as sessões de *consciousness-raising* foram actividades determinantes para os grupos feministas radicais norte-americanas e o MLM não é excepção. Uma das reuniões com maior afluência foi a que aconteceu no Teatro Vasco Santana (Lisboa). Maria Teresa Horta relembra esse momento: *“Das maiores reuniões que conseguimos organizar e que foi uma coisa fabulosa!... foi no teatro Vasco Santana estava repleto de mulheres donas de casa... esgotado até à porta, mulheres de pé, mulheres sentadas em todos os sítios... tudo donas de casa porque nós fizemos uma proposta e elas apareceram...nós ficámos boquiabertas!”*

Madalena Barbosa, uma das “donas de casa” mais activas neste grupo, revela numa entrevista concedida a Regina Louro¹²⁸, as suas expectativas em relação à influência que o MLM poderia exercer na sua vida: *“Há anos que, entre amigas, vínhamos falando da necessidade de um movimento feminista em Portugal. Que espero dele? Que, pelo menos, leve as mulheres a consciencializarem-se de que são pessoas e não objectos possíveis. E, eventualmente, que contribuísse para uma revolução total, em que a base da sociedade passe a ser o individuo e não uma instituição – a família – que vive da escravização da mulher”*¹²⁹

Rosário Amador (viúva e mulher-a-dias), outra das entrevistadas, revelava que tinha vivido um casamento muito difícil e que essa experiência poderia servir para ajudar outras mulheres; Maria Manuela (solteira e técnica de *marketing*) apresentou também as razões que a levaram a aderir ao movimento:

“Entrei para o movimento, por um lado, à procura de um certo apoio: queria confirmar que outras mulheres sentiam e pensavam como eu. Mas também me interessava aprofundar o estudo deste problema. Quando normalmente se fala

discovering anything, always examining, but never seeing -- always changing, always remaining the same.” in <http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/fem/sarachild.html>

¹²⁸ *idem.*

¹²⁹ *ibid.*

sobre a situação da mulher, ou se joga ao ataque ou se joga à defesa. E acaba por não ser possível uma análise serena do que se passa.”

Portanto, apesar das dificuldades e da diversidade de razões que levaram estas mulheres a formarem o MLM, todas partilhavam a certeza de que a opressão social, cultural e política do género feminino era uma prática que prevalecia no quotidiano.

Nos primeiros tempos as reuniões informais e segundo Regina Louro, anárquicas, iam-se sucedendo ora na casa de Isabel Barreno (duas vezes por semana) ora na casa de Madalena Barbosa mas em meados de Abril de 1975, o grupo arranhou um lugar fixo para desenvolver as suas reuniões e actividades. Madalena Barbosa relata o episódio que levou à fundação da sede na Avenida Pedro Álvares Cabral, em Lisboa: *“A ocupação da Álvares Cabral, penso que foi mais ou menos nessa altura mas não teve uma coisa nada a haver com a outra. Nós andámos por aí, toda a gente estava a ocupar casas, na altura, e a gente começou por ir à Junta de Salvação Nacional pedir que nos fossem dadas as instalações do Movimento Nacional Feminino. Obviamente que os senhores sorriram muito, acharam as meninas muito engraçadas e não nos deram coisa nenhuma. Chegámos a fazer um ‘seat’, nos Restauradores, todas sentadas no chão com uns grandes cartazes, foi engraçadíssimo, porque tínhamos uns grandes cartazes a dizer “Movimento de Libertação das Mulheres” e as pessoas como só se falava de prisioneiros políticos, diziam: “Ai, coitadinhas, estavam presas?”...bom, mas nada disso deu resultado e como houve aquele grande movimento de ocupação de casas que estavam vazias, algumas de nós andaram por aí a cruzar Lisboa à procura de casas que estivessem vazias e que ainda não estivessem com os telhados caídos, e descobrimos essa na Álvares Cabral que estava quase em mau estado, telhado ainda tinha, mas tinha muitos buracos no chão e ocupámos essa casa(...)”*

Depois de encontrada a sede, os objectivos do grupo começaram a ser definidos numa brochura, que data de 1975. De acordo com Manuela Tavares, nesse documento são enumeradas as reivindicações do MLM que levarão as

mulheres a aceder aos mesmos direitos que os homens, como sujeitos e como cidadãs. Essas exigências vão desde a alteração do Código Civil, do Código Penal ao tratamento igual na vida laboral, à implementação de políticas para a família e infância. Este grupo vai no entanto mais longe, ao pedir a condenação por discriminações sexista ao exigir o direito à contracepção e ao aborto livre e gratuito acompanhado de uma campanha de educação sexual. Tal como os grupos feministas radicais norte-americanos, o MLM intervinha em todas as áreas da sociedade organizando acções fora das instituições de poder e junto das mulheres.

De qualquer modo, convém referir que durante o período revolucionário, o MLM contou com a cooperação do Movimento das Forças Armadas – MFA — no combate à violência doméstica. Nessa altura o MFA que controlava os aparelhos de Estado e implementava as políticas socialistas que estavam na origem da revolução. Maria Teresa Horta falou, durante a nossa conversa, dessa cumplicidade entre o MLM e os capitães de Abril: *“Das coisas mais interessantes foi que nós tínhamos relações com a COPCON e muitos homens foram presos pelo Otelo porque batiam nas mulheres...isto nunca se disse, nunca se disse que nós tivemos uma grande importância...o Zenha veio falar connosco... ele veio perguntar o que é que as feministas achavam por causa da mudança do Código da Família. Estas coisas o MLM fez. Foram muito importantes, na altura, vir para a rua dizer que se é feminista, falar do aborto, do direito ao corpo, tudo isto parece hoje uma ninharia mas, naquela altura, foram coisas importantes. O Otelo não era feminista, era um revolucionário, um capitão de Abril, e naquela altura o feminismo fazia parte da revolução, as mulheres faziam parte da revolução. Pela primeira vez as mulheres faziam parte de qualquer coisa, tinham voz, sabiam que tinham voz porque elas nem sabiam que tinham voz! “*

Para o MLM, tudo o que o Estado pudesse fazer pelas mulheres não seria no sentido de as proteger ou de lhes conceder direitos especiais devido ao seu papel de reprodutoras e mães. Para as feministas, o Estado tinha a obrigação de pagar a educação das crianças e de providenciar todas as condições que garantissem o bem estar das futuras gerações, sem que essa

responsabilidade recaísse somente sobre as mulheres. Desta forma eliminavam o destino biológico como causa para justificar o afastamento das mulheres da vida pública.

São estas últimas reivindicações que vêm confirmar a tendência do pensamento feminista radical que orientava a política do MLM. Podemos encontrar reivindicações semelhantes em diversos manifestos e entrevistas da corrente radical americana, como por exemplo das Redstockings e das New York Radical Women (c.f.anexoA7). Em todos estes documentos são constantes as críticas ao poder que o sistema patriarcal e sexista exercem na estruturação das relações humanas e na disseminação dos discursos simbólicos negativos para as mulheres. Como referi anteriormente, a igualdade entre os sexos era uma luta comum de todas as feministas, mas a corrente radical exigia a igualdade sugerindo formas drásticas de transformação de todas as estruturas sociais, políticas, culturais, económicas e filosóficas e o MLM representa essa vontade de ruptura com o sistema instituído.

À luz da teoria crítica e da análise histórica do pensamento feminista de Segunda Vaga penso não restarem dúvidas sobre o enquadramento do MLM na corrente radical, no entanto, para as fundadoras Teresa Horta, Madalena Barbosa e Isabel Barreno esta categorização não lhes parece correcta.

Madalena Barbosa afirma: “ Não sei o que é que querem dizer quando falam de feminismo radical porque ainda hoje não sei. Radical, por exemplo, nos EUA era tudo o que era conotado com a esquerda, portanto, nos EUA a palavra radical tinha esse significado. Na Europa, o radical eram grupos de mulheres separatistas que não queriam ter nada a haver com os homens, a grande maioria desses grupos eram até formados por mulheres lésbicas. Portanto, é um bocado difícil dizer que em Portugal havia um grupo radical porque para isso era preciso que houvesse outros. (...)

Neste grupo a que chamam radical (...) a academia tem a mania de catalogar tudo (...) as academias também têm a ver com o patriarcado, a questões das..., dos poderes, de encaixar as pessoas em pastinhas. Chamam-nos radicais por uma razão muito simples, é que nós éramos completamente

independentes, não havia nenhum partido, nenhuma força política, ninguém que dissesse: “Vocês deviam fazer isto ou aquilo”, mas é que não havia mesmo! Nós decidíamos em reunião, em que toda a gente falava, o que é que se havia de fazer. Nem sequer havia uma pessoa a seguir, não havia um presidente, uma chefe, não havia nada. Isso pode ter parecido às pessoas que vinham de sítios como partidos que a organização (...) parecia uma forma radical de procedimento, mas eram as nossas práticas. Poderia parecer radical exactamente por essa recusa de entrarmos em cadeias de poder e com uma pirâmide com alguém no topo a fazer e a dizer. Isso realmente nunca aconteceu.”

Mesmo rejeitando o radicalismo das acções do MLM, Madalena Barbosa acaba por enumerar várias características próprias deste tipo de grupos, como a democraticidade na tomada de decisões, a estrutura horizontal da organização e a informalidade de relações entre membros.

A mesma autora, define mais detalhadamente, o tipo de actividades que o MLM desenvolveu reforçando a perspectiva que enquadra o grupo na corrente radical: *“Nesse tempo, os grupos feministas funcionavam, principalmente, na base de grupos de auto-consciência, de grupos de auto-ajuda, em que as mulheres iam expondo os seus pensamentos, dificuldades, experiências, e onde, obviamente, os dois primeiros temas que surgiram foram a sexualidade e a violência contra as mulheres. Desde a revelação de casos de incesto, a violações contadas por mulheres adultas, que as tinham sofrido quando crianças, até espancamentos em casa. Para algumas de nós, que tínhamos tido uma vida protegida, foi um grande choque”¹³⁰*

Maria Teresa Horta também refere a importância que estas reuniões tinham para o grupo: *“Nós, paralelamente às acções de rua que tinham de ser feitas, havia as reuniões com os sindicatos e as nossas reuniões particulares de consciencialização feminista e de consciência feminina, e isso era muito interessante porque se discutiam muitas coisas.”*

¹³⁰ in www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/seminariomovfeminista.pdf

As reuniões e encontros eram marcados informalmente e serviam sobretudo para as mulheres conviverem e partilharem os seus problemas pessoais, uma prática muito própria da corrente radical de Segunda Vaga. Acrescenta uma comunicação¹³¹ proferida, anos mais tarde: *“Nós tínhamos pessoas desde os 16 aos 70 anos, e tínhamos donas de casa, estudantes, prostitutas, todo o tipo de pessoas desse grupo – também tínhamos mulheres que vinham de partidos políticos, marxistas, socialistas, tinham opiniões diferentes e existia debate permanente.”*

Porém, as acções do MLM não se limitaram a reuniões e encontros de auto-consciencialização ou auto-ajuda, a sua actuação estendeu-se à rua, às fábricas e às empresas e algumas destas actividades chegaram mesmo a ser cobertas pelos média da altura, como é o caso da reunião com as operárias da CP — Caminhos de Ferro Portugueses. Madalena Barbosa descreve a diversidade dos problemas que o MLM procurava atacar e a dificuldade e inexperiência em conseguir atender, a todos eles, de forma concertada: *“Chamo-lhe à portuguesa porque de uma forma mais desorganizada, e naqueles anos de maravilhosa efervescência em Portugal, os grupos tinham comportamento de bombeiros: tão depressa atendiam pedidos de ajuda de mulheres espancadas, como apoiavam mulheres em fábricas ocupadas, como tentavam junto do Ministério da Justiça a rápida revisão das leis que lhes retiravam direitos, como faziam em bairros e locais de trabalho sessões de esclarecimento e informação sobre contracepção e aborto.”*¹³²

Para desenvolverem este tipo de acções numa forma concertada constituíram cinco grupos: Grupo para a Imprensa, Grupo Pró-Aborto, Grupo S.O.S., Grupo de Estudos e, por fim, Grupo Divulgação.

Na entrevista concedida à revista Flama¹³³ (c.f.anexoA4) e já aqui mencionada, Regina Louro descreve os objectivos e as tarefas destes pequenos grupos:

¹³¹ *idem*

¹³² *in* Comunicação de Madalena Barbosa no seminário, “De mulher para Mulher”.

¹³³ A 17, de Maio, de 1974.

- O Grupo para a Imprensa tinha como missão trabalhar a questão do aborto organizando inquéritos e sessões de esclarecimento junto da opinião pública e divulgar as actividades do MLM junto da imprensa.
- O Grupo Pró-Aborto era responsável por accionar todos os mecanismos que conduzissem à legalização do aborto.
- O Grupo S.O.S. atendia a situações de emergência tais como denúncias de violência doméstica ou pedidos de ajuda por parte de mulheres presas por crime de aborto.
- O Grupo de Estudos encarregava-se de recolher informação sobre o movimento feminista e analisar a situação das mulheres portuguesas e estrangeiras.
- O Grupo de Divulgação estabelecia o contacto entre os grupos.

De acordo com Louro, a dinamização destas actividades deu origem a grupos de reflexão que poderiam fornecer uma base teórica mais consistente para as lutas do Movimento que começava a dar os seus primeiros passos. As observações que Louro tece neste artigo¹³⁴ sobre como o MLM se irá posicionar revela a problemática que sempre esteve presente no início da formação da maioria dos grupos feministas e que sempre foi a causa de diversas cisões, dentro do movimento de Segunda Vaga, entre as feministas liberais e as feministas radicais. *“Da reflexão, cuja necessidade a própria prática suscitou, se virá a saber o que será realmente este Movimento de Libertação das Mulheres. Vai manter-se dentro da linha reformista que parece ter adoptado, ao considerar como objectivos prioritários a luta pelo salário igual, a revisão da dicotomia profissão-trabalho doméstico, a conquista do direito ao aborto, e a revisão da Concordata, entre outros? Ou vai partir para uma contestação das próprias bases da sociedade?”*

Em Portugal, esta questão tornava-se ainda mais pertinente porque tendo as movimentações e acções de mulheres/feministas sido tendencialmente liberais e praticamente invisíveis, como iriam estas feministas do pós-revolução modificar o sistema hetero-patriarcal? Fá-lo-iam utilizando meios e estratégias de guerrilha radicalmente distintos dos das suas antecessoras?

¹³⁴ Revista Flama, 17 de Maio, de 1974.

Eu diria que sim. A ocupação da casa, a adesão espontânea das mulheres, a informalidade nas relações entre as participantes, os objectivos a alcançar e a ideologia que orientava as práticas do MLM poucas semelhanças tinham com as feministas da primeira vaga ou as associações de mulheres existentes como o MDM ou o Graal¹³⁵.

Para Magalhães, grupos como o MLM atingiram uma visibilidade reduzida quando comparados com outros que utilizaram os meios e as estratégias da política tradicional para se fazerem ouvir. Contudo, a autora considera que algumas das acções desenvolvidas pelas feministas radicais foram determinantes para *“a des/reconstrução das identidades femininas e para aumentar a auto-estima e autoconfiança.”*¹³⁶

As acções desenvolvidas pelo MLM podem e devem ser enquadradas na dinâmica do feminismo radical pelo impacto que causaram junto da sociedade e dos média no entanto, de acordo com Regina Louro, o aparecimento do grupo era visto como inoportuno e para isso muito contribuíram os meios de comunicação social. No entender de Madalena Barbosa: *“A recepção destes grupos foi de imediato paradoxal — por um lado a imprensa tenta apanhar frases e actuações sensacionalistas, por outro lado os partidos de esquerda dominante insultavam estas mulheres de separatistas, abortadeiras, burguesas reaccionárias... e mais não digo que lhes pode parecer mal.”*¹³⁷

No sub-capítulo seguinte veremos como uma manifestação, convocada pelo MLM, provocou o aparecimento das atitudes mais ambivalentes tanto por parte da imprensa como da sociedade em geral. Este evento demonstra o carácter radical das reivindicações das feministas numa sociedade que se considerava revolucionária. Apesar do fraco impacto e até desprezo pelo feminismo, os governos do pós 25 de Abril inscreveram na lei a igualdade de direitos (formais) entre homens e mulheres. Tal como os capitães de Abril, as feministas portuguesas desempenharam um papel fundamental na

¹³⁵ “Em Portugal, o movimento do Graal começou em 1957 com Maria de Lourdes Pintasilgo e Teresa Santa Clara Gomes. Constituiu-se como Associação de Carácter Social e Cultural em 1977, reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 1985. Em Portugal o Graal procurou e procura criar contextos que façam emergir acontecimentos e celebrações, a vivência de uma fé renovada, como procura pessoal e como acto comunitário, e uma constante adaptação e resposta às novas situações e desafios emergentes na sociedade portuguesa.”, in http://www.graal.org.pt/index_ficheiros/Graal_Port.htm

¹³⁶ in “Movimento Feminista e Educação”, pp. 79

¹³⁷ Comunicação “Feminismo”, proferida no seminário intermédio, em 2006.

democratização do país ao abrirem caminho para uma efectiva emancipação das mulheres.

Para Maria Isabel Barreno, a importância do grupo para as mudanças operadas na vida das mulheres portuguesas, é indiscutível: *“Acho que o MLM, no fundo, cumpriu a função que podia cumprir cá em Portugal pelas circunstância que já lhe disse: dificuldade de mobilização, as pessoas cá em Portugal viveram 50 anos sem direito de associação, as pessoas não têm nenhuma... em geral não há o espírito associativo e quando se tem cai-se na bagunça, na confusão, nas reuniões intermináveis... todas essas coisas são muito difíceis de aguentar. Depois houve aquela coisa, a Revolução, a Constituição com direitos iguais para as mulheres... claro que cumpriu! Olhe há uma senhora que eu conheço agora sabe ler por que aprendeu depois dos 70 anos, nem sequer sabia ler. Aos seis anos tinha ficado em casa a tomar conta dos irmãos, fazia bolos e tinha uma vida desgraçada com o marido com o: ‘quero, posso e mando’ em casa quando era ela que ganhava o dinheiro todo para a casa. E ela uma vez disse-me: ‘Para mim tudo mudou com o 25 de Abril quando eu ouvi dizer que as mulheres também tinham direitos’. Ela estava convencida que era assim, que as mulheres não tinha direitos, era o destino. Nasceu-se mulher não se tinha direitos, se tinha a sorte de nascer homem tinha-se direitos. Portanto, às vezes há certas coisas que uma pessoa nem pode medir, certas mudanças. Eu estou convencida que há, já tenho falado com várias mulheres do povo e aliás não é por acaso que vieram várias donas de casa juntar-se ao MLM. Mulheres que nunca tinham pensado nisso ou que já tinham pensado vagamente mas achavam que se calhar eram ideias esquisitas que tinham na cabeça. Há sempre uma influência que se tem, nada acontece que não tenha uma consequência qualquer. “*

3.2. O FEMINISMO SAIU À RUA! A manifestação do Parque Eduardo VII

1975 foi um ano bastante importante para as mulheres de todo o mundo. A ONU — Organização das Nações Unidas elegeu 1975 como o Ano Internacional da Mulher e oficializou o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. O objectivo era tornar visível a discriminação sofrida pelas mulheres de todo o mundo. Este dia deveria ser assinalado por todos os países pertencentes à organização para que assim reflectissem e solucionassem os problemas para os quais as feministas já vinham chamando a atenção.

Em Portugal, a recentemente criada Comissão da Condição Feminina, juntamente com diversas associações de mulheres¹³⁸ e grupo(s) feministas, decidiu numa reunião, a 3 de Janeiro desse mesmo ano, delinear o programa de actividades que assinalaria a efeméride.

O MLM participou nesta reunião mas definiu, simultaneamente, uma agenda independente que contemplava várias acções com o objectivo de denunciar as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Uma das acções que marcaram decisivamente a existência do MLM e a agenda política dos média nacionais foi, sem dúvida, a manifestação organizada no Parque Eduardo VII, a 13 Janeiro de 1975. Madalena Barbosa (2006) considera-a o único evento (feminista) que ficou na memória colectiva da sociedade portuguesa.

A organização da Manifestação tinha como principais objectivos os de denunciar a discriminação e conquistar o direito das mulheres a ocuparem o espaço público. As mulheres queriam dar visibilidade às suas lutas e acções, porém a sociedade parecia não estar preparada para tal.

O tratamento sexista e sensacionalista dado, por parte de alguns jornalistas, a este tipo de iniciativa está patente na notícia que o semanário Expresso publicou, a 11 de Janeiro, após ter recebido o comunicado de imprensa, do grupo. No artigo publicado podemos como título de abertura: *“Strip-Tease de Contestação organizado pelo MLM*. O tom sensacionalista continuou ao longo

¹³⁸ MDM — Movimento Democrático das Mulheres, Graal, Planeamento Familiar, Acção Católica Independente, Grupo da Condição Feminina do Partido Socialista, etc.

da notícia; em letras maiúsculas podemos ler: “*UMA GIGANTESCA FOGUEIRA no alto do Parque Eduardo VII servirá para queimar, na próxima 2ªfeira, dia 13, às 6 da tarde, todos os ‘símbolos de sujeição feminina’.*” (c.f.anexoA8)

De acordo com a notícia, o MLM apelou à participação de todas as mulheres distribuindo panfletos e lançando um apelo na rádio. O MLM anunciava na convocatória (c.f.anexoC2) que iria queimar revistas pornográficas, o Código Civil, livros machistas, brinquedos sexistas e fazer desfilar três activistas que representassem os papéis habitualmente reservados às mulheres: a Noiva, a *Vamp* e a Dona de Casa, mas nunca mencionou o tal *strip-tease*. Maria Teresa Horta, atacada directamente neste artigo, ainda hoje questiona as razões que levaram este semanário a divulgar o comunicado que o MLM enviara: “*Quando a Helena Vaz da Silva nos quer desmoralizar e no Expresso diz que vamos fazer strip-tease, foi uma forma de nos desmoralizar e porquê? Porque tinham medo.*”

De acordo com Madalena Barbosa¹³⁹, existiu uma conversa prévia entre o MLM e Helena Vaz da Silva sobre a manifestação que as feministas iam fazer. A jornalista escreveu o artigo mas Barbosa afirma que esta não foi a autora do título. Mesmo não tendo sido a autora do título, continua a ser incompreensível a utilização da expressão *strip-tease* para definir uma manifestação de mulheres, quando em 1975 todas as pessoas se manifestavam pelas mais diversas razões.

O sensacionalismo da imprensa levou cerca de 2000 homens ao Parque provocando, assim, uma enorme confusão. Os homens tinham acorrido em massa não para apoiar as mulheres, mas sim para as insultar, despir, apalpar e humilhar enquanto gritavam: “mulheres só na cama”, “mulheres em casa a cozinhar”. (c.f.anexoC1)

De acordo com Madalena Barbosa, alguns jornalistas presentes ajudaram mulheres sozinhas a fugir dos ataques. O comportamento machista daquela multidão de homens provocou uma onda de indignação por parte da imprensa, no entanto, Lourdes Féria refere no Diário de Lisboa de dia 14, que alguns fotojornalistas haviam sido cúmplices da perseguição feita às mulheres.

¹³⁹ in “A Criação de um Mito”, in www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/seminariomovfeminista.pdf

O jornal Expresso, que antes publicara a notícia de forma a apelar à curiosidade dos seus leitores machistas, criticava agora essas mesmas atitudes. Júlio Henriques é um dos jornalistas a demonstrar o seu repúdio pelo sucedido e a 18 de Janeiro escreve no Expresso: *“Paradoxalmente, a esta manifestação responderam, não as mulheres (em número mínimo) mas os homens. E a manifestação original (a convocada) transformou-se numa outra: a dos impotentes. A dos que têm como valores sagrados a sagrada trilogia “trabalho, família e pátria” (a que em versão lusitaníssima, se deve acrescentar: deus).(...)*

E é de espontaneidade que se pode falar acerca do movimento que fez acorrer à manifestação do MLM uma multidão de mirones impotentes, atraídos, como as moscas pela merda, pelo que julgavam ser um strip-tease público (...)”

Também o Diário de Lisboa noticiou o incidente, na edição de dia 14, com o título “Histerismo Machista no Parque Eduardo VII” (c.f.anexoA9). A jornalista Lourdes Féria, mencionada anteriormente, descreve a forma violenta com que os homens reagiram a esta manifestação: *“Os cartazes que as mulheres do M.L.M traziam foram-lhes brutalmente arrancados. E não contentes com a façanha, os homens rasgavam e espezinhavam os bocados de papel onde as reivindicava ‘Democracia sim, falocracia não’. Verificou-se naquele triste espectáculo dos homens um ‘complot’ muito evidente. Os que não agiam consentiam. Esperavam assistir a um strip-tease (e de borla), aliás uma ideia espalhada pelo ‘Expresso’, não sei com que intuito, e ficaram possessos de ira quando se aperceberam que não tinham oportunidade de extravasar as suas frustrações sexuais.”*

No mesmo artigo, a jornalista menciona e critica a contra-manifestação de quatro a cinco mulheres e a bastantes homens que exibiam cartazes onde se podia ler: *“Fora com Elas”* ou *“Não se luta assim pela libertação da mulher”*.

Para Féria este ataque tinha a sua origem no sexismo e machismo fortemente instalados nas mentes de muitos homens e mulheres e, até mesmo os mais revolucionários, consideravam aquelas manifestações irrelevantes para a luta do proletariado contra o capitalismo. Para estes, as reivindicações das mulheres só teriam sucesso se integradas na “luta geral de vanguarda”.

Segundo Teresa Horta, os partidos de esquerda, que naquele período eram muitos, não se cansaram de acusar as feministas: “Éramos umas feministas loucas que estavam a fugir da luta do povo, da luta colectiva, estávamos a fugir da esquerda, éramos umas burguesas a aproximar da direita... aquilo que nós estávamos a fazer era a divisão da classe operária. O que é uma coisa aterradora, porque aquilo (MLM) era um movimento realmente de esquerda, porque os movimentos feministas têm que estar sempre ligados à classe operária, aos movimentos operários e aos movimento anti-racistas, sempre!”

A edição jornal Diário Popular de 14 de Janeiro (c.f.anexoA10) também relatou o acontecimento intitulado-o de: “Protesto Feminista virou Rebaldaria”. Vera Lagoa descreve o sucedido: “Cartazes desfeitos. Cartazes arrancados. Feministas apalpadas por oportunistas na tuba. Pau de cartazes na cabeça de alguns. Voam vassouras pelo ar. Como numa cena de ‘Mary Poppins’. A multidão comprime-se em redor das (raras) feministas. (...) Balbúrdia. Grossos magotes na expectativa. Policiamento ‘nicles’. Caça às feministas tornadas ‘bruxas’.”

No entanto, a jornalista, não deixa de advertir as feministas do MLM a pensarem as suas acções antes de se exporem publicamente e se sujeitarem a cenas como a do Parque Eduardo VII, e não se coibiu de emitir a sua opinião como mulher: “Sendo este balanço escrito por uma mulher, não posso calar a minha opinião. Libertar a mulher num país, num mundo em que o homem ainda é escravo? Libertemo-nos todos, sem distinções de sexo. E, para já, eduquemo-nos todos.”

No segundo capítulo referi a opinião negativa de Elina Guimarães sobre a manifestação para demonstrar que nem as feministas declaradas nem as mulheres com um capital cultural, aparentemente, mais elevado estavam preparadas para acções deste tipo. Estes eventos poderiam até ter interesse se ocorressem no estrangeiro, mas em Portugal eram vistos como ridículos e inapropriados. Durante a minha conversa com Isabel Barreno esta referiu-se

ao tratamento ambíguo que a imprensa dava aos assuntos das mulheres e das feministas. *“Isso tem a ver com o tal provincianismo. Não se admite a novidade com facilidade, a novidade que nasce mesmo aqui, quer dizer, falar das inovações lá de fora, das suas excentricidades, falar do outro... e lá de fora é que podem vir as novidades. A novidade aqui é sempre vista como algo de perigoso, de perturbador, nunca é levado a sério... a grande dificuldade de inovação deste país no fundo é isso... ou se importa a inovação depois de ter visto que já resultou lá fora ou se trazem os intelectuais de sucesso; ou então, não dar valor às coisas que nascem aqui. Nós precisamos do palco do estrangeiro para valorizar as coisas. Até se falava da Simone (de Beauvoir) porque era uma escritora, a Angela Davis porque estava associada ao movimento dos negros, a Gloria Steinem era mais comedida, a Kate Millet já não gostavam muito dela.”*

Apesar desta solidariedade “politicamente correcta” de alguns sectores da sociedade, parece-me relevante referir que o MLM contou com a solidariedade efectiva de várias associações de mulheres — Comissão da Condição Feminina, Graal, Guias de Portugal, Associação para o Planeamento Familiar, Grupo da Condição Feminina do Partido Popular Democrático e Comissão da Condição Feminina do Partido Socialista e o Grupo de Estudos da Mulher Engenheira (Ordem dos Engenheiros) — que emitiram um comunicado de imprensa repudiando os actos violentos cometidos sobre as manifestantes (c.f.anexo A11).

No semanário Expresso de 15 de Fevereiro de 1975, podemos ler: *“O grupo recentemente constituído para a realização de um programa comum de actividades, no âmbito do Ano Internacional da Mulher, foi informado pelo Movimento de Libertação das Mulheres dos lamentáveis incidentes ocorridos no Parque Eduardo VII (Lisboa), por ocasião da manifestação que ali pretendiam levar a efeito.*

Independentemente de uma tomada de posição, favorável ou não aos objectivos e métodos desse Movimento, não pode este grupo deixar de condenar publicamente a reacção selvagem e violenta por parte de milhares de homens que ocorreram ao local.”

Porém, esta tomada de posição por parte desta Organização não foi consensual, visto que o grupo de Acção Católica, o Movimento Rural Católico e o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas se pronunciaram contra esta acção de solidariedade.

É compreensível a tomada de atitude por parte dos grupos católicos mas o mesmo já não se aplica a uma associação afecta ao Partido Comunista Português, um dos mais importantes propulsores do processo revolucionário.

A declaração de voto do M.D.M, transcrita nesta edição Expresso de 15 de Fevereiro, revela a aversão que esta associação nutria pela forma como as activistas do MLM actuavam. *“O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas (M.D.M.) condenando os lamentáveis incidentes referidos no documento acima citado, dissocia-se, considerando que não se podem subestimar os objectivos e métodos utilizados pelo Movimento de Libertação das Mulheres, os quais não são estranhos aos referidos acontecimentos.”*

A falta de solidariedade das mulheres comunistas demonstra o pavor dos revolucionários perante uma agenda exclusivamente feminista. Apesar da proclamação e instituição de direitos iguais para homens e mulheres, os revolucionários ainda não estavam dispostos a aceitar as mulheres como sujeitos activos da história.

As diferenças entre o MLM e o MDM eram evidentes mesmo quando defendiam as causas comuns, como é o caso da legalização do aborto, já nos anos 1980. Como foi referido por Magalhães, a luta pelo aborto foi a única reivindicação a que se associaram mulheres de grupos feministas bastante diferentes.

A luta pela legalização do aborto foi assumida pelo MLM assim que iniciou a sua actividade. O interesse pelo estudo deste problema existente na sociedade portuguesa e constantemente ignorado pelas autoridades governamentais e sociedade civil, ocupou parte da agenda do grupo, logo em 1975, com a publicação dos resultados de um inquérito sobre o aborto clandestino.

Seguidamente, irei analisar a importância desta publicação de modo a compreender a contribuição do MLM para a introdução desta discussão na

agenda política nacional e para a reafirmação de uma corrente feminista radical em Portugal.

3.3. A LUTA (PELO CORPO) CONTINUA! O polémico estudo sobre o Aborto

A posição do MLM sobre o aborto foi semelhante à de muitos grupos feministas internacionais e, segundo Manuela Tavares, este grupo foi o primeiro a propor publicamente, que as mulheres tivessem liberdade para abortar e que o Estado lhes devia proporcionar o acesso gratuito à interrupção da gravidez.

Em Portugal, o aborto era proibido e punido judicialmente com uma pena que podia ir de 2 a 8 anos de prisão. Esta situação afectava gravemente a vida de muitas mulheres que, por necessidades económicas ou outras, recorriam ao aborto clandestino já que não existiam possibilidades de o fazer legalmente.

“O primeiro posicionamento escrito sobre o direito ao aborto, reporta a 1974, numa brochura do MLM. Defendia-se o direito ao aborto livre e gratuito por decisão da mulher, assim como a necessidade de campanhas pela educação sexual. O manifesto de lançamento do MCALG — Movimento para a Contracepção e Aborto Livre e Gratuito, em 1975, exigia: “Abolição da lei fascista sobre o aborto; contracepção e aborto livre e gratuito; difusão de contraceptivos nas escolas, bairros, fábricas e zonas rurais; informação sexual livre de conceitos pseudo moralistas; não ao aborto unicamente terapêutico decidido por juntas médica.”

O livro *“Aborto, Direito ao Nosso Corpo”*, de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá de Medeiros, lançado em 1975, reflecte, no seu texto introdutório, que o aborto é um problema de direitos individuais e não uma questão de moral religiosa.”¹⁴⁰

No comunicado emitido pelo MLM, a 1 de Fevereiro de 1975, as feministas criticaram as leis herdadas do regime fascista e denunciaram a discriminação social das mulheres que advinha dessa legislação: *“Assim, é entre as*

¹⁴⁰ in “Movimento pelo Aborto e Contracepção em Portugal - Os discursos e as imagens dos últimos 30 anos” 2º Seminário da UMAR “Os Feminismos no Nosso Tempo”, 5 e 6 de Abril, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

mulheres oriundas de extractores de menor poder económico que se regista o maior número de vítimas, e que a ‘justiça’ escolhe para exercer a repressão.”

De acordo com o inquérito, as mulheres pobres eram as mais vulneráveis enquanto aquelas que detinham poder económico podiam optar por abortar fora do país. Devido a uma lei proibitiva, acabavam por ser as mulheres mais desfavorecidas a acabarem na prisões, no hospital ou no cemitério. O Movimento denunciou as mortes provocadas por intervenções cirúrgicas efectuadas sem condições de higiene, pela utilização de objectos estranhos ao acto médico e de substâncias, naturais ou químicas, abortivas.

O comunicado sublinhava também o facto do aborto não ser permitido em nenhuma circunstância, quer a gravidez fosse o resultado de uma violação ou adultério, quer o feto sofresse de mal-formações. A posição do MLM face à questão do aborto volta a reforçar a sua proximidade com a corrente feminista radical quando proclama: *“O Movimento de Libertação das Mulheres, toma assim posição pelo aborto livre, gratuito e executado em estabelecimentos de saúde, defendendo todas as mulheres violentadas no seu corpo por uma gravidez indesejada.”*

Em 1975, o debate parece ter interessado a direcção editorial, do jornal Expresso, que decidiu publicar parte da investigação que estava a ser desenvolvida pelo MLM. *“No intuito de contribuirmos para a abertura de um debate que consideramos urgente e que gostaríamos que fossem tidos em conta os múltiplos e contraditórios aspectos do problema, publicaremos hoje depoimentos de médicos parteiros e de mulheres que fazem parte de uma recolha realizada pelo Movimento de Libertação das Mulheres e se destina a ser publicado pela Editora Futura.”*¹⁴¹

Nesse mesmo ano, a publicação do livro, pela Editorial Futura, “Aborto, Direito ao Nosso Corpo” (c.f. c.f.anexo B7) foi fundamental para a percepção do flagelo do aborto clandestino e para a sensibilização das entidades governamentais para o problema, porém, para este trabalho, gostaria de destacar outros aspectos que me parecem relevantes para entendermos o

¹⁴¹ Edição de 1 de Fevereiro de 1975.

funcionamento do MLM, o seu posicionamento ideológico e as repercussões do estudo na sociedade e na opinião pública.

O conteúdo do livro resultava de um inquérito efectuado, pelas três autoras, a diversas mulheres que haviam abortado, a enfermeiras/os e a parteiras/os. Apesar das autoras terem iniciado este projecto na qualidade de activistas do MLM, o desenvolvimento da investigação nunca foi consensual dentro do grupo, o que demonstra as divergências que o tema do aborto causava entre as feministas. Esta é a razão pela qual Horta, Medeiros e Metrass vão assumir, individualmente, numa nota introdutória do livro, a autoria da obra: *“Quando começámos a trabalhar neste livro, em fins de Outubro passado, fazíamos, as três, parte do então denominado Movimento de Libertação das Mulheres. Foi nessa qualidade que nos propusemos realizar este inquérito, que estava previsto ser publicado, não em nome individual, mas em nome do Movimento. Aconteceu que, entretanto, surgiram graves divergências de ordem ideológica entre algumas das militantes, tendo-se acabado por verificar uma cisão”*¹⁴²

Para estas feministas, que se auto-intitulavam de revolucionárias, o objectivo principal do estudo era não apenas o de fazer um retrato dos problemas sociais, económicos e culturais a que as mulheres estavam sujeitas quando decidiam interromper uma gravidez como era, também, trazerem para o domínio público, uma questão muito cara aos grupos feministas radicais, da década de 1960/70.

*“Por outro lado, enfrentar esta realidade colectivamente e trazê-la para a rua, permite criar toda uma dinâmica que nos vai permitir forjar as armas com que destruiremos a nossa opressão. Finalmente faremos ouvir a nossa voz e tomaremos a palavra.”*¹⁴³

Não podemos dissociar os motivos para a publicação do livro da ideologia que orientou a formação do MLM, porque uma das fundadoras do Movimento, Horta, e uma das suas militantes mais activas, Metrass, continuaram a evidenciar, na introdução ao estudo, a necessidade de uma política feminista radical como única via para resolver a questão do aborto. Para estas mulheres,

¹⁴² in Aborto, Direito ao Nosso Corpo, pp.9

¹⁴³ idem. pp.14

a revolução de Abril não havia conseguido alterar a situação porque o corpo da mulher continuava a ser tratado como objecto sexual e máquina reprodutora que servia os interesses do capitalismo e do Estado.

“A exploração do nosso corpo é feita tanto pelos burgueses reaccionários ou liberais, como pelos ‘revolucionários’ e ‘progressistas’, que dizem nos pretenderem apoiar, todos eles camaradas e tecnocratas apologistas duma sexualidade modernizada e dita moral, onde se controla o nosso útero, como se controla o território colonizado (o que têm sido, aliás, as mulheres senão colonizadas pelos homens)”¹⁴⁴

Esta posição contra toda a estrutura patriarcal e o essencialismo biológico, quer fossem estes de origem comunista ou fascista, são questões fracturantes dentro do Movimento. Para além disso, existia uma forte convicção, por parte de algumas militantes, sobre a necessidade de se produzir conhecimento e pensamento crítico que fortalecesse as políticas e dinâmicas do MLM.

Maria Teresa Horta considera: *“A partir de certa altura achámos que era necessário passar a uma fase mais ideológica e começa-se a entender que era preciso haver também teoria... nós começámos pela prática, MLM começou pela prática.”*

Na sua opinião, as intervenções do MLM na vida pública tinham cumprido um importante papel, mas era necessário discutir as bases teóricas que as sustentavam e que orientavam a vida do grupo. Horta menciona que essa necessidade de reflexão também foi sentida porque as solicitações para entrevistas começaram a exigir uma coordenação de discurso entre as várias activistas. Apesar da diversidade de linhas de pensamento, convinha ao MLM passar uma imagem de unidade feminista para que as suas reivindicações fossem consideradas consistentes e pertinentes.

O desenvolvimento do estudo sobre o aborto e a publicação do livro evidenciam as primeiras divergências internas apesar deste se ter mantido activo, pelo menos, até 1979. No entanto, a visibilidade das suas acções nunca mais atingiu a dimensão mediática da manifestação do Parque Eduardo VII e da publicação deste estudo/livro.

¹⁴⁴ ibid. pp.9

4. NOTAS FINAIS SOBRE O EXTINÇÃO DO MLM E O SEU LEGADO

Como mencionei anteriormente, o MLM mantém a actividade até 1979 mas com uma dinâmica muito menos interventiva e visível que aquela que se verificou no primeiro ano de existência. De qualquer modo, os interesses de algumas das feministas mais activas voltavam-se agora para a construção duma análise da sociedade portuguesa e para o aprofundamento das questões que preocupavam ou apaixonavam as mulheres.

Madalena Barbosa não consegue determinar uma data precisa para o fim do Movimento, preferindo caracterizar o seu desaparecimento como uma 'morte lenta': *“Aquele grupo em si deixou de funcionar, tornou-se disfuncional portanto não adiantava estar a forçar porque as pessoas já não funcionavam bem umas com as outras.”*

A dinâmica do MLM foi-se dissipando, à medida que as diferenças se acentuavam e o espírito da Revolução de Abril enfraquecia. A mudança de estratégia parecia evidente para algumas das activistas que viam no feminismo mais do que um espaço onde as mulheres se encontravam e partilhavam os seus problemas pessoais. Para estas, o feminismo era uma actividade de pensamento crítico que procurava analisar a raiz dos problemas das mulheres propondo alternativas para a solução dos mesmos.

Para implementar e desenvolver essa prática teórica era necessário produzir conhecimento e publicá-lo de modo a disseminá-lo. Durante a nossa conversa Madalena Barbosa descreveu a evolução destas acções:

“Acho que não há nenhuma data especifica porque aquilo foi uma coisa muito gradual... nós, a partir de certa altura, quando resolvemos começar a publicar coisas, tivemos que formar uma Cooperativa para poder fazer essa publicação. Então fizemos essa Cooperativa Editorial das Mulheres. Isso trouxe outras pessoas que se sentiam melhor nessa área do que noutras e durante um tempo o MLM e a Cooperativa misturaram-se. Depois, quando a empresa distribuidora tinha os nossos livros todos abriu falência, que era a distribuidora do Século, nós ficámos sem nada e resolvemos... muitos de nós tinham livros

e edições e juntamos isso tudo e decidimos fazer um Centro de Informação e Documentação. E então, resolveu-se que se ia fazer um Centro de Informação e Documentação para mulheres mas que serviria também como ponto de reuniões e encontros... que foi o IDM que era da Cooperativa Editorial das Mulheres embora não estivesse a editar com regularidade ainda mandou para fora mais uma ou duas coisas mas nada de especial... E aquilo continuou com pessoas a entrar e a sair durante uma série de tempo até que houve dissidências dentro do grupo. A determinada altura saíam mesmo. Havia um núcleo que trabalhava mais e esse núcleo, que eram três ou quatro pessoas, começou a ser muito criticado pelas outras como tendo mais poder, aquela coisa dos grupos, e o poder realmente era-nos dado pelo trabalho... e a gente estava lá mais horas e mais tempo, se calhar até tínhamos mais poder, não era nenhum poder institucionalizado, era o poder que dá a pessoa estar presente e fazer coisas. Houve umas fases muito catárticas e as pessoas... quando esse grupo foi criticado por ter mais poder e ser mais activo saiu, a actividade cessou. Mas realmente, a gente trabalhar voluntariamente num grupo em que a maior parte da sociedade é adversa, com adversidades no interior do grupo chega a certa altura que é insuportável.”

Enquanto investigadora, senti alguma dificuldade em determinar uma data precisa para o fim do MLM porque este se confunde com o aparecimento da Cooperativa Editorial de Mulheres e, posteriormente, do IDM — Informação, Documentação, Mulher. A confusão também se deve ao facto das mesmas feministas participarem nas actividades da Cooperativa e do Centro de Documentação. Quando questionei Maria Teresa Horta sobre se podíamos considerar o IDM e a Cooperativa Editorial de Mulheres como dois satélites do MLM, respondeu:

“Sim, penso que era uma maneira... nós tivemos sempre a ideia... o que estava mais perto de nós era o feminismo americano mas também o francês; até porque a nossa cultura nessa altura era muito francesa... portanto, havia um lado do MLM muito claro que era aquele ligado à informação, ligado a tentar fazer os Cahiers du Grif, era uma coisa que nós queríamos, a coisa andou durante o tempo necessário para as acções de rua... lutámos pelo trabalho

igual, melhor salário e aí tivemos um embate porque aí era modificar tudo. Aquilo que era preciso ser feito foi feito.”

Como podemos constatar pelas palavras de Horta, a dinâmica intervencionista do MLM encontrava-se num ponto de viragem, porque apesar de terem lutado na rua pelas mais diversas causas, as contingências culturais e sociais, próprias duma sociedade estruturalmente patriarcal com que se deparavam, iam enfraquecendo os laços do grupo e conseqüentemente, o desejo por organizar acções de guerrilha.

O Movimento deixou de sentir a necessidade de intervir num campo social mais vasto e começou a concentrar-se numa construção dum discurso e dum pensamento autónomo¹⁴⁵.

Por isso, existia por parte do MLM um interesse enorme em criar um Centro de Documentação que fornecesse não só informação às militantes, mas que servisse igualmente como plataforma de lançamento de algumas publicações, boletins, jornais e revistas.

É por esta razão que a 12 de Junho de 1977, é fundada, por 10 mulheres, a Cooperativa Editorial de Mulheres e, a 1 de Outubro de 1979, 15 mulheres desta cooperativa criam o I.D.M. Madalena Barbosa descreveu-me o decurso de todo o processo: *“Bom, nós a fazermos um certo número de coisas precisávamos de uma certa materialidade, para editar livros precisamos de uma Cooperativa, para fazer o Centro de Informação e Documentação, precisávamos de instalações. A Cooperativa era uma figura jurídica que podia alugar uma casa. Nós conseguimos uma casa através de um donativo de um grupo de mulheres holandesas que nos deu os lucros que elas tiveram de um livro que editaram... elas não contavam ter lucro nenhum... eu encontrei-as num encontro de editoras de mulheres em Amesterdão e disseram-me: “Nós temos aqui uns lucros que não esperávamos e queríamos dar este dinheiro a uma organização estrangeira que precisasse. Vocês precisam?” E então foram elas que nos deram esse dinheiro. E depois, mais uma vez, andei a pesquisar tudo quanto era fundações para pedir dinheiro; recebemos um subsídio da*

¹⁴⁵ O *backlash* sempre conduziu os grupos radicais para uma situação de guetização e de auto-guetização.

Fundação Ford, depois descobri que em Inglaterra a Fundação Gulbenkian andava a subsidiar centros de informação de mulheres e cá nunca tinha dado um tostão. Aí tirei as fotocópias das inglesas e mandei para a Fundação Gulbenkian e eles também deram. Fomos vivendo algum tempo também com esses subsídios que arranjávamos aqui e dali.... outras mulheres, pessoas que davam donativos, outras fundações, mas eram tudo coisas perfeitamente ocasionais e depois era dinheiro nosso.”

Apesar da extinção gradual do MLM, o aparecimento destas duas pequenas organizações permitiu a continuação da agenda feminista radical e a manutenção de relações com grupos feministas estrangeiros. O interesse das portuguesas pela edição, publicação, centros culturais e arquivos de informação faziam parte do processo de transformação, comum à maioria dos grupos radicais de todo o mundo. Os manifestos, as fanzines, os boletins, os jornais e as revistas são uma das fontes mais importantes para hoje construirmos uma história desta corrente de pensamento feminista, no entanto, não podemos esquecer que a imprensa feminista¹⁴⁶ sempre foi uma ferramenta indispensável para afirmação da luta das mulheres.

Jacqueline Rhodes defende que as feministas radicais desenvolveram, aquilo a que ela chama, *writerly, textual activism* e apostaram numa nova forma de literacia para as mulheres.

“As feministas radicais queriam derrubar a estrutura repressiva do patriarcado e o trajecto planeado para o fazer era através da consciência e do texto. Resumindo, elas propunham uma nova literacia para as mulheres, uma literatura fortemente dependente de saltos textuais temporários até à esfera política.”¹⁴⁷

De acordo com Karen Kahn, a imprensa feminista pode ser um excelente meio para compreendermos de que forma a produção intelectual realizada e

¹⁴⁶ Em Portugal, durante a chamada primeira vaga, também foram publicados dois títulos: “A Mulher Portuguesa” (1912/1913) - órgão oficial, 5 números, 40 páginas (revista), e o jornal, “A Semeadora” (1915 e 1918) — propriedade da Empresa de Propaganda Feminista.

¹⁴⁷ in “Radical Feminism, Writing and Critical Agency”, pp. 28, 2005. No original: “Radical feminists wanted to unhinge the overwhelming structure of repressive patriarchy and one way planned to do it was through consciousness and text. In short, they proposed a new literacy for women, a literary heavily dependent on temporary textual jumps into the political sphere.”

distribuída pelas feministas permitiu a muitas leitoras acompanharem o “processo pelo qual as mulheres começaram por compreender os contextos sociais, políticos e económicos que dão forma às suas vidas.”¹⁴⁸

Apesar da heterogeneidade dos grupos de mulheres havia, entre estes, uma característica comum: as feministas “radicais confiaram no poder das tecnologias de impressão e dos *mass média*, pelo menos a variedade *underground*, como uma chave para decretar a mudança social.”¹⁴⁹

Segundo Jacqueline Rhodes, *“Dentro dos círculos feministas era geralmente aceite que os resultados esperados dos grupos de consciencialização seriam uma espécie de acção pública; muitas vezes, estas acções adquiriam a forma de manifestos ou uma rede de publicações underground. Na verdade, o ênfase colocado na disseminação de textos através duma rede de publicações underground serviu como uma fluída, superficialmente estável organização para o movimento.”*¹⁵⁰

As autoras supracitadas consideram que os artigos e ensaios, a poesia e a prosa escrita por mulheres e publicadas em manifestos, boletins, folhetos, revistas e jornais nos ajudam a compreender de que forma as reflexões sobre os mais diversos assuntos se concretizaram em actos que revolucionaram a vida de muitas mulheres, no mundo ocidental.

“O manifesto e os seus primos — o panfleto e a declaração de intenções — eram invocações da identidade, uma colectiva e decididamente temporária subjectividade, formada com o objectivo de uma imediata e radical acção retórica. A textualidade em público era uma parte que definia bastante bem a

¹⁴⁸ *in* “Frontline Feminism”, pp. xiv, minha tradução.

¹⁴⁹ *in* “Radical Feminism, Writing and Critical Agency”, pp. 27. No original: “radical feminists relied on the power of print technology and mass media, at least the underground variety, as a key means of enacting social change.”

¹⁵⁰ *idem*, pp.26. No original: “It was generally accepted within feminist circles that, however, the expected outcome of a consciousness-raising group would be some sort of public action; often, these actions took the form of manifestos or underground publications network. Indeed, a radical feminist emphasis on written texts disseminated through an underground publication network served as a loose, superficially stable organization for the movement.”

Algumas posições defendem que este tipo de publicações nasceu com os grupos de feministas da primeira vaga, no entanto, a autora considera que os materiais e conteúdos produzidos pelas feministas radicais diferem dos da primeira vaga porque a diversidade e multiplicidade dos movimentos activistas originou uma grande heterogeneidade de agendas políticas, de discursos teóricos e de tácticas activistas.

existência feminista radical, uma existência discursiva centrada em criar textos temporárias, envolvida em acções ‘zap’ textuais e físicas e ganhando acesso aos meios de produção textual.”¹⁵¹

Sendo assim, podemos concluir que a Cooperativa Editora de Mulheres e o IDM são duas organizações que se enquadram, nesta perspectiva feminista radical pois originaram o reaparecimento da imprensa feminista, em Portugal. A primeira publicou, em 1978, o jornal feminista “8 de Março” (c.f.anexoB8) e a segunda publicou, já nos anos 1980 a revista Lua (c.f. anexoB9).

Como referi em capítulos anteriores, o MLM criou as condições tanto para o despontar da imprensa como para a formação de pequenos grupos feministas — As Bruxas, o Grupo Autónomo de Mulheres do Porto ou o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra — que adoptaram uma política radical, semelhante à que orientava o Movimento. Contudo, nenhum destes grupos alcançou a visibilidade e notoriedade, nacional ou internacional, do MLM — Movimento de Libertação das Mulheres.

O MLM não gerou a constituição de um movimento feminista português, mas as feministas fundadoras e activistas deste grupo contribuíram definitivamente para inscrever Portugal na História do movimento feminista internacional.

¹⁵¹ *ibid*, pp.28. No original: “The manifesto and its cousins — the pamphlet and position statement — were invocations of identity, a collective and decidedly temporary subjectivity formed for the purpose of immediate and radical rhetorical action. Textuality in public was very much a defining part of radical feminist existence, a discursive existence based on creating temporary texts, engaging in textual and physical ‘zap’ actions, and gaining Access to the means of textual production.”

BIBLIOGRAFIA

AAVV. “A Mulher na Sociedade Contemporânea – Colóquios na A.A. da Faculdade de Direito”, Prelo Editora, Lisboa, 1969;

AAVV. “Mulheres Contra Homens?”, Cadernos D.Quixote 37, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1971;

AAVV. “A Mulher, Ser Humano”, Edições Delfos, Lisboa, 1975;

ALCOFORADO, Soror Mariana, “Cartas de Amor ao Cavaleiro de Chamilly”, Editora Ausência, V.N. Gaia, 2002;

AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa e ALMEIDA, Teresa Sousa de, “O Longo Caminho das Mulheres”, D.Quixote, Lisboa, 2007;

AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela (org.), “Dicionário da Crítica Feminista”, edições Afrontamento, Porto, 2005;

ANTROBUS, Peggy, “The Global Women’s Movement: Origins, Issues and Strategies”, Zed Books, Londres & Nova Iorque, 2004;

ARIAS, Maria, “A Liberação da Mulher, Salvat Editora do Brasil, S.A., Rio de Janeiro, 1979;

BARRADAS, Ana (org.), “Direitos das Mulheres e da Cidadã”, Ela por Ela, Lisboa, 2002;

BARRENO, Isabel, COSTA, Maria Velho e HORTA, Maria Teresa, “Novas Cartas Portuguesas”, 1ª edição, Estúdios Cor, Lisboa, 1972;

_____ “New Portuguese Letters”, Paladin, Great Britain, 1975;

_____ “Novas Cartas Portuguesas”, Publicações Dom Quixote, 8ª edição, Lisboa, 1998;

BARRENO, “Isabel, O Falso Neutro”, Edições Rolim, Lisboa, 1985;

_____ “A Morte da Mãe”, Editorial Caminho, 1989;

BAXANDALL, Rosalyn, “Dear Sisters: Dispatches from the Women’s Liberation Movement”, Basic Books, Nova Iorque, 2000;

BEAUVOIR, Simone de – “O Segundo Sexo”, Círculo de Leitores, Lisboa, 1976;

BRADSHAW, Jan (ed.), “The Women’s Liberation Movement – Europe and North América”, Pergamon Press Ltd., Oxford, 1982;

BULL, Anna, DIAMOND, Hanna e MARSH, Rosalind, “Feminisms and Women’s Movement in Contemporary Europe”, MacMillan Press Ltd, Londres, 2000;

BUTLER, Judith, “Problemas de Género - Feminismo e a Subversão da Identidade”, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003;

- CAMPOS, Helena e RIBEIRO, Olga, "Elina Guimarães – Biografia", edição Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, Lisboa, 2004;
- COSTA, António Firmino da e VIEGAS, José Manuel Leite (org.), "Portugal, que Modernidade", Celta Editora, Oeiras, 1998;
- COSTAIN, Anne C., "Inviting Women's Rebellion: a Political Process Interpretation of the Women's Movement", The Johns Hopkins University Press, Baltimore & London, 1992;
- DUBBY, Georges e PERROT, Michelle, THÉBAUD, Françoise (dir.), "História das Mulheres no Ocidente" - O séc.XX , vol.5, edições Afrontamento, Porto, 1991;
- ECHOLS, Alice, "Daring to Be Bad – Radical Feminism in America 1967/1975", University of Minnesota Press, Minneapolis, 2003;
- EDGAR, Andrew e SEGWICK, Peter (edit.), "Key Concepts in Cultural Theory", Londres, Routledge, 1991;
- ESTEVES, João, "As Origens do Sufragismo Português", Bizâncio, Lisboa, 1998;
- FOUCAULT, Michel, "Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)", Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997;
- GUINOTE, Paulo, "Quotidianos Femininos (1900-1930)", vol. I, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 1997;
- GROGAN, Pat, REED, Evelyn, "Abortion is a Woman's Right", Pathfinder Press, Toronto, 2004;
- HUGHES, Christina, "Key Concepts in Feminist Theory and Research", Londres, Sage Publications, 2002;
- HOOKS, Bell, "Feminism is for Everybody", South End Press, Cambridge, 2000;
- HOLE, Judith, LEVINE, Ellen, "Rebirth of Feminism", Quadrangle Books, Nova Iorque, 1971;
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de – "Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura", editora Rocco, Rio de Janeiro, 1994;
- HUGHES, Christina, "Key Concepts in Feminist Theory and Research", Sage Publications, Londres, 2002;
- KAHN, Karen, "Front Line Feminism, 1975-1995", Aunt Lute Books, São Francisco, 1995;
- KEMP, Sandra e SQUIRES, Judith (edit.), "Feminisms", Oxford University Press, Oxford, 1997;
- JOAQUIM, Teresa, "As Causas das Mulheres: uma Comunidade Infigurável", Livros Horizonte, Lisboa, 2006;
- LAURETIS, Teresa, "Technologies of Gender", McMillan Press, Londres, 1989;

- LLOYD, Genevieve, "The Man of Reason - Male and Female in Western Philosophy", 2º ed., Londres, Routledge, 1993;
- MACEDO, Ana Gabriela, "Género, Identidade e Desejo – Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo", Edições Cotovia, Lisboa, 2002;
- MAGALHÃES, Maria José, "Movimento Feminista e Educação", Editora Celta, Lisboa, 1998;
- MAURÍCIO, Maria José, "Mulheres e Cidadania: Alguns Perfis e Acção Política (1949-1973)", Caminho, Lisboa, 2005;
- METRASS, Célia, MEDEIROS, Helena de Sá e HORTA, Maria Teresa, "Aborto, Direito ao Nosso Corpo", Editorial Futura, Lisboa, 1975;
- MILLET, Kate, "Sexual Politics", Avon Boks, New York, 1971;
- MORGAN, Robin (org.), "Sisterhood is Forever – the Women's Anthology for a New Millennium, Washington Square Press, Nova Iorque, 2003;
- NASH, Mary, "As Mulheres no Mundo, editora Ausência", V. N. Gaia, 2004;
- NICHOLSON, Linda (edit.), "The Second Wave – A Reader in Feminist Theory", Routledge, London, 1997;
- NICHOLSON, Linda, "Feminism/Postmodernism", Routledge, London, 1990;
- NOGUEIRA, Conceição, "Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género", Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001;
- OFFEN, Karen, ROACH Ruth, RENDALL, Jane, "Writing Women's History: International Perspectives", Mac Millan, Londres, 1992;
- PIMENTEL, Irene Flunser, "História das Organizações Femininas do Estado" Novo, Temas & Debates, Rio Mouro, 2001;
- PINTASILGO, Maria de Lourdes, "Os Novos Feminismos", Moraes Editores, Lisboa, 1980;
- QUIVY, Raymond e Campenhoudt, Luc Van, "Manual de Investigação em Ciências Sociais", Gradiva, Lisboa, 2003;
- RHODES, Jacqueline, "Radical Feminism, Writing, and Critical Agency: from Manifesto to Modern", State University of New York Press, Albany, 2005;
- RODRIGUES, Urbano Tavares (org.), "A Condição da Mulher Portuguesa", Editorial Estampa, Lisboa, 1968;
- ROWBOTHAM, Sheila, "A Consciência da Mulher, o Mundo do Homem", Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975;
- SANTO, Sílvia Espírito, "Adeus, até ao meu Regresso – Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial", Livros Horizonte, Lisboa, 2003;

SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.), "Metodologia das ciências Sociais", Edições Afrontamento, Porto, 2005;

SCOTT, Joan Wallach, "Gender and the Politics of History", Columbia University Press, Nova Iorque, 1999;

TAVARES, Manuela, "Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80", Livros Horizonte, Lisboa, 2000;

TONG, Rosemarie Putnam, Feminist Thought: a More Comprehensive Introduction, Westview Press, Colorado, 1998;

VASCONCELLOS, Carolina Michaelis de, "O Movimento Feminista em Portugal", Paio Pires, Editorial Seis-Filetes Lda. (Fradique), 2002;

VIDAL, Duarte, "O Processo das Três Marias – Defesa de Maria Isabel Barreno", Editorial Futura, 1974, Lisboa;

WHARTON, Amy S., "The Sociology of Gender – an Introduction to Theory and Research", Oxford, Blackwell Publishers, 2005;

WITTIG, Monique, "La Pensée straight", Éditions Balland, Paris, 2001;

WOOLF, Virginia, "Um Quarto que Seja Seu", 3ª edição, Vega, 1996.

Artigos

"Maria Teresa Horta – Feminista não é Pecado", Jornal de Letras, ano XXVI, nº 950, 13 de Março, 2007;

BELEZA, Teresa Pizarro, "Antígona no Reino de Creonte - o Impacto das Feministas no Direito", revista Ex-Aequo, 77-91, nº6, Janeiro, 2002;

_____ "Anjos e Monstros — A Construção das Relações de Género no Direito Penal", Revista Ex-Aequo, nº10, 2004;

COSTA, Jorge, "O Direito como Instrumento para a Igualdade de Homens e Mulheres – Meios de Tutela do Direito", revista Ex-Aequo, 61-79, nº10, 2004;

GUIMARÃES, Elina, "A Mulher Portuguesa na Legislação Civil, Revista Análise Social", vol.XXII (92-93), 1986-3.º-4.º. 557-577.

MATOS, Maria Izilda S., "Género: Questões e Influências", revista História, ano XVIII (Nova Série), nº18, 42-49, Março, 1996;

SILVA, Maria Regina Tavares, "O Papel das Conferências Mundiais sobre as Mulheres na Promoção da Igualdade de Género", Notícias CIDM, nº73, 4-7, Jan/Fev/Março, 2005.

Artigos Online

AAVV. “80 anos do I Congresso Feminista e Educação” (1924-2004)

www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/80anos.pdf

AAVV. “Movimento Feminista em Portugal”, Seminário organizado pela UMAR, 5 e 6 de Dezembro, Lisboa, 1998.

umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes/Semin%20Mov.Feminista.pdf -

BEBIANO, Rui, SILVA, Alexandra, “A Reidentificação do Feminino e a Polémica sobre a ‘Carta a uma Jovem Portuguesa’ ”, Revista de História das Ideias, nº25, (2004), <http://cjuvenis.ces.uc.pt/detalhesDocEstudos.aspx?id=55>

FERREIRA, Virgínia, “As Mulheres em Portugal: Uma situação paradoxal”

<http://www.lxxl.pt/babel/biblioteca/mulheres1.html>

HANISH, Carol, “The Personal is Political”

<http://scholar.alexanderstreet.com/pages/viewpage.action?pagelId=2259>

REBELO, Dulce, “As Conquistas Democráticas das Mulher Portuguesas”

www.25abril.org/docs/congresso/democracia/00.07-Dulce%20Rebelo.pdf -

SARACHILD, Kathie, “Consciousness Raising: a Radical Weapon”

<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/fem/sarachild.html>

TAVARES, Manuela, “Movimento pelo Aborto e Contraceção em Portugal: os Discursos e as Imagens dos Últimos 30 anos”, 2º Seminário da UMAR “Os Feminismos no Nosso Tempo”, 2003

www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/semmovfeminista.html

STEVENS, Joyce, “History of International Women's Day”

http://www.isis.aust.com/iwd/stevens/70s80s_2.htm

Monografias Online

ALVES, Luísa, “Mariana Alcoforado e o ‘Amor Português’ na Ficção Actual em Língua Inglesa”

www.fcsh.unl.pt/congressocean/Mariana_luisaalves.doc

BESSE, Maria Graciete, "Entre le Silence et Cri: la Voix "Entre le Silence et le Cri: la Voix des Femmes dans la Littérature Portugaise Contemporaine

www.crimic.paris-sorbonne.fr/actes/vf/besse.pdf

Entrevistas Online

CANTINHO, Maria João, "À Conversa com Maria Teresa Horta"

<http://www.storm-magazine.com/novodb/arqmais.php?id=261&8=&secn=>

LOURO, Regina, "Movimento de libertação das Mulheres – O que querem as Feministas?

<http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?=#flama7893>

OLIVEIRA, Ana Filipa, "Proíbem-me e Eu Incandesço", com Maria Teresa Horta
cadenosdejornalismo.uc.pt/00/14-18.pdf

Revistas

"EX-AEQUO - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres", nº5, edições Afrontamento, Porto, 2001;

_____ nº 6, 2002;

_____ nº10, 2004;

_____ nº12, 2005;

FLAMA, nº 131, ano XXX, 14 de Junho, 1974

_____ nº136, ano XXX, 17 de Maio, 1974

Notícias CIDM, nº 73, Jan./Fev./Mar., 2005.

Jornais

A Capital

Público

Diário de Lisboa

Diário Popular

Semanário Expresso

Jornal de Letras

Documentário

Seixas, Maria Augusta, "O Século das Mulheres (Parte II) – A Luta Contra a Ditadura", série documental Crónica do Século, RTP, 2002.

Apresentação PowerPoint

"Feminismos nos anos 70 e 80 do séc. XX"

Trabalho gráfico e de levantamento histórico de Manuela Tavares, Documentos e fotos cedidos por Madalena Barbosa, Maria José Magalhães e Arquivo da UMAR. Apresentação divulgada no jantar de Homenagem às Feministas, promovido pela UMAR em 28 de Janeiro de 2006.

Online

O motor de pesquisa Google regista – número de entradas para as "Novas Cartas Portuguesas": 2.350 (inglês), 2.940 (português) e 297 (francês).

http://www.graal.org.pt/index_ficheiros/Graal_Port.htm

<http://www.cidm.pt>

http://www.uc.pt/cd25a/aedp_po/politicos/pintasil.html

<http://strweb112.websys.aol.com/time/magazine/article/0,9171,878604-1,00.html>

<http://womens-studies.osu.edu/araw71970s1f.htm#recons>

<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/womid/>

<http://www.manifesta.co.uk>

<http://www.leeds.ac.uk/library/spcoll/handlists/FANjournals.pdf>

<http://www.cwluherstory.com/CWLLinks/historical.html>

<http://www.feminista.com>

<http://feminism.eserver.org/>

<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/fem/sarachild.html>

http://www.feministissues.com/radical_feminism.html

<http://www.lesbianherstoryarchives.org/>

<http://muse.jhu.edu/>

<http://www.marxists.org/subject/women/authors/firestone-shulamith/radical-movement.htm>

<http://www.well.ac.uk/cfol/feminism.asp#second>

<http://en.wikipedia.org/wiki/Feminism>

<http://www.sou.edu/English/IDTC/Issues/Gender/Resources/femtax1.htm>

www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/semináriomovfeminista.pdf

<http://umbc7.umbc.edu/~korenman/wmst/links.html>

<http://www.erraticimpact.com/~feminism/>
<http://libr.org/wss/wsslinks/index.html>
<http://www.afn.org/%7Eredstock/>
<http://www.cwluherstory.com/CWLUArchive/lesbianfeminism.html>
<http://www.cadernosdejornalismo.uc.pt/00/14-18.pdf>
<http://scholar.alexanderstreet.com/pages/viewpage.action?pagelId=2259>
<http://www.well.ac.uk/cfol/feminism.asp#second>
<http://cjuvenis.ces.uc.pt/detalhesDocEstudos.aspx?id=55>
<http://www.crimic.paris-sorbonne.fr/actes/vf/besse.pdf>

FONTES

Arquivos

Arquivos Públicos

Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães (UMAR)
Hemeroteca Municipal de Lisboa

Arquivos Electrónicos

Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo, Fundação Cuidar o Futuro, Lisboa
<http://www.arquivopintasilgo.pt>

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa
<http://www.cite.gov.pt/cite/Oqueeacite.htm>

Documents from the Women’s Liberation Movement – An On-Line Archival Collection,
Special Collections Library, Duke University, Durham, Carolina do Norte, Estados
Unidos
<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/>

Feminist Majority Foundation
<http://www.feminist.org7research/chronicles/fc1973a.html>

Storm Magazine
<http://www.storm-magazine.com7novodb7arqmais.php?id=261&8sec=&secn=>

Time Magazine
<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,878604,00.html>

Arquivo UMAR
www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/seminariomovfeminista.pdf

Universidade de Coimbra
<http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?flama7893>

Universidade de Sunderland, Reino Unido
<http://www.well.ac.uk/cfol/feminism.asp#second>

Women and Social Movements in United States (1600-2000) – “Second Wave” and
Beyond
<http://scholar.alexanderstreet.com/pages/viewpage.action?pagelId=2259>.

Bibliotecas

Municipal do Camões, Lisboa,

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa;

Universidade Aberta, Lisboa.

Imprensa Periódica

Público

Diário de Lisboa

Diário Popular

Diário A Capital (1972-1975)

Semanário Expresso (1975)

Revista Flama (1974)

Revista Mulheres

Jornal de Letras

Fontes Orais

Conversa com Madalena Barbosa, realizada na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, Maio, 2006.

Conversas com Maria Teresa Horta, realizada em sua casa, Julho e Agosto. Lisboa, 2006.

Conversa com Maria Isabel Barreno realizada em sua casa, Abril, Lisboa, 2007.

ANEXOS

A. DOCUMENTOS

A1 - Boletim CNAC, Capa, Setembro, 1980

A2 - Diário de Lisboa, destaque de Capa, "As Três Marias foram Absolvidas", 8 de Maio de 1974

A3 - Diário de Lisboa, notícia "Absolvição para as Novas Cartas Portuguesas", 8 de Maio de 1974

A4 - Flama, notícia, "'Três Marias' – O Fim de um Escândalo", 17 de Março de 1974 (3 páginas)

A4 - Flama, destaque de Capa, "'Três Marias' – O Fim de um Escândalo", 17 de Março de 1974

A5 - Diário Popular, destaque de Capa, "As Três Marias (Absolvidas) - Entrevistadas para o Diário Popular", 8 de Maio de 1974

A5 - Diário Popular, fotografia das "Três Marias", 8 de Maio de 1974

A6 - "Outreach Leaflet" - Bread and Roses, 1970

- Declaração da Independência das Mulheres do grupo feminista, Bread and Roses, 1970

A7 – Carta de Princípios do grupo feminista New York Radical Women, 1968

A8 - Expresso, notícia "Strip-tease de Contestação Organizado pelo MLM", 11 de Janeiro de 1975

A9 - Diário de Lisboa, notícia "Histerismo Machista Parque Eduardo VII", 14 de Janeiro de 1975

A10 - Diário Popular, fotografia da manifestação no Parque Eduardo VII, 14 de Janeiro de 1975

A11 - Expresso, notícia "Organização de Mulheres contra incidentes do Parque Eduardo VII", 15 de Fevereiro de 1975

B. IMAGENS

B1 - Capa do livro "A Mulher - Ser Humano", tradução do inglês, vários autores, Edições Delfos, 1975

B2 - Capa do livro "(Sobre) A Condição da Mulher Portuguesa", Editorial Estampa, 1968

B3 - Capa do Livro "A Mulher na Sociedade Contemporânea" – Colóquios na A. A. da Faculdade de Direito de Lisboa", Col. Cadernos de Hoje, nº 8, Prelo Editora, 1969

B4 - Capa da primeira edição do livro "Novas Cartas Portuguesas", de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, Coleção Serpente, Estúdios Cor, Abril de 1972

B5 - Capa da edição britânica do livro "Novas Cartas Portuguesas": "The New Portuguese Letters - The Three Marias", Paladin, 1975

B5- Capa do livro "Novas Cartas Portuguesas", 8ª edição, Publicações D. Quixote, 1998

B6 - Capa do manifesto "Radical Women Manifesto", Seattle, 1973

B7 - Capa do livro "Aborto - Direito ao Nosso Corpo", inquérito realizado por Célia Metrass, Helena de Sá Medeiros e Maria Teresa Horta, Editorial Futura, Lisboa, 1975.

B8 - Capa de "8 de Março - Jornal Feminista", Maio de 1978

B9 - Capa da revista "Lua – Revista Feminista", nº 5, Verão de 1981

C. AUDIOVISUAL

C1. DVD – DOCUMENTÁRIO

Excerto de "O Século das Mulheres – Parte II: A Luta Contra a Ditadura", de Maria Augusta Seixas, "Crónica do Século", RTP, 2002 (duração 3'13")

C2. CD – APRESENTAÇÃO POWERPOINT

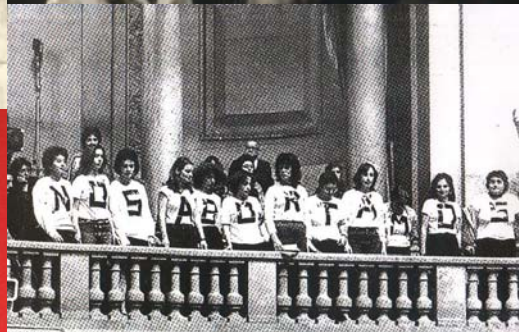
"Feminismos nos anos 70 e 80 do séc. XX" – Apresentação PowerPoint

Trabalho gráfico e de levantamento histórico de Manuela Tavares, Documentos e fotos cedidos por Madalena Barbosa, Maria José Magalhães e Arquivo da UMAR. Apresentação divulgada no jantar de Homenagem às Feministas, promovido pela UMAR em 28 de Janeiro de 2006.

Feminismos nos anos 70 e 80 do séc. XX



**Novas Cartas
Portuguesas**
Maria Isabel Barreno
Maria Teresa Horta
Maria Velho da Costa



“A revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os estratos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada(...) Tudo terá de ser novo. E o problema da mulher no meio disto, não é o de perder ou ganhar, mas é o da sua identidade”

Novas Cartas Portuguesas

Novas Cartas Portuguesas

Maria Isabel Barreno

Maria Teresa Horta

Maria Velho da Costa



Em poucas palavras fica dita a obra, desvendado o seu sentido, definida a sua procura. Fica claro que neste livro se trata da condição das mulheres. Daquilo que às mulheres é consentido ou negado. Do cerco ideológico que as retém prisioneiras. Da contradição de terem de passar pela igualdade para alcançarem a diferença e descobrirem a sua identidade. O que não fica dito – é importante acentuar – é a universalidade da obra... (...)

Pela primeira vez na história do movimento feminista e da sua expressão literária a cumplicidade entre as mulheres foi ao mesmo tempo sujeito e objecto de toda a trama de um livro. Aí reside a sua espantosa originalidade.

MARIA DE LOURDES PINTASILGO – prefácio à 3ª edição das *Novas Cartas Portuguesas*

***As Novas Cartas Portuguesas* de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa foram publicadas, pela primeira vez, em Abril de 1972.**

O livro foi apreendido pela polícia política e as suas autoras processadas, acusadas de “ultraje à moral pública e aos bons costumes” e ameaçadas de prisão.

Um exemplar do livro foi enviado pelas autoras para casa de Christiane Rochefort, em Paris, uma das subscritoras do Manifesto das 343 francesas que, em 1971, tinham publicado no *Nouvel Observateur* o texto “*Eu declaro que abortei*”, principal suporte do movimento em França pela legalização do aborto.

Assim começou em França o movimento de “solidariedade com as Três-Marias”

Le Nouvel
Observateur
22 oct. 1973



Gaëlle Grilla

MARIA ISABEL
BARRENO,
MARIA TERESA
HORTA ET
MARIA VELHO
DA COSTA
*Eschapper
au cloître social*

FEMMES

Les trois pécheresses du Portugal

Pour avoir écrit un beau
livre les trois Maria sont jugées
cette semaine à Lisbonne

● Avec son air brutal et ses mains épaisses, le flic faisait peur à voir. Sa spécialité : le passage à tabac des prostituées. Ce jour-là, il s'efforçait gauchement d'être aimable envers les trois jeunes femmes convoquées dans son bureau. Feuilletant du bout des doigts un petit volume blanc et rouge, il jonnait les genoux : « Si vous me dites qui a écrit les pages les plus pornographiques du livre, vous ne serez pas inquiétées... »

Pas inquiétées... Pour avoir refusé de se dénoncer entre elles, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta et Maria Velho da Costa, coauteurs de ces « Nouvelles Lettres portugaises », ont été jugées cette semaine à Lisbonne.

— Vous avez voulu faire de votre livre un manifeste féministe ?

— Moi oui, dit Maria Teresa Horta. *Pendant des années, j'ai vécu mon féminisme en chambre, dans ma vie privée. Au Portugal, une « vraie » femme reste vierge jusqu'à son mariage. Elle se marie à l'église. Même malthéâtre, elle s'accommode d'une union de convenance. A tout cela j'ai dit non, depuis l'enfance, à mon père, à mon mari qui voulaient faire de moi un être soumis.* »

En février 1971, les trois romancières décident de se réunir deux fois par semaine pour écrire, ensemble, un livre choc. Sur le modèle des lettres de la religieuse portugaise, cette nonne du xviii^e siècle abandonnée par son amant, elles veulent dénoncer l'état social, qui, comme le cloître autrefois maintient la femme à sa place : au service de l'homme, son maître. A la fin de l'année, le livre prêt, un seul éditeur accepte de se risquer à l'imprimer, misant sur la notoriété de Maria Teresa Horta, poète confirmée, qui a déjà publié huit ouvrages. En avril 1972, les « Nouvelles Lettres » paraissent donc. Le succès est immédiat : deux mille exemplaires vendus en un mois. La police, alors, entre en scène.

éditeurs mais également distributeurs, libraires et jusqu'aux typographes.

Dans l'affaire des « Nouvelles Lettres », ce sont eux, précisément, qui ont donné le coup d'envoi. En composant le livre, ils ont discerné sans peine que son contenu sortait des normes de la bienséance que le gouvernement fasciste impose aux femmes de lettres de son pays. Celles-ci, en effet, sont doublement surveillées. En tant qu'intellectuelles. En tant que femmes. Aucun de leurs écrits ne paraît qui pourrait nuire au régime. Rien non plus ne transpire qui donnerait aux Portugaises l'envie de secouer la tutelle d'une société où le machisme fait office de religion d'Etat. Dans ce contexte, la liberté de ton des « Nouvelles Lettres » et la nature même des sujets traités ont, en le comprenant, « scandalisé » les typographes. C'est le mot qu'ils ont employé en envoyant à la police, de leur propre chef, un des premiers exemplaires imprimés.

Dans la presse, pas un mot de l'affaire. Les quelques informations que des journaux listes stroupsimantiers tentent de publier sont systématiquement arrêtées par la censure. Une pétition lancée par les écrivains portugais recueille cependant deux cents signatures. Parmi elles, peu de femmes. Les mâles, même d'opposition, interdisent à



G. VAS GRILLO

30.1.76
P. 44

LE PROCÈS DES TROIS MARIA

une lutte contre la mort lente

Le procès des trois Maria, auteurs du livre interdit **Les nouvelles lettres portugaises**, reprend à Lisbonne le 31 janvier. C'est une affaire qui, au-delà des frontières du Portugal, concerne toutes les femmes.

Je dépense la moitié de mon argent à ne pas me laisser salir, dit Isabel Barenho, l'une des trois Maria — mais elle n'a pas laissé tomber le Maria symbolique qui voue toutes les Portugaises à la Vierge. Ne pas se laisser mourir. C'est-à-dire résister à l'étouffement d'une répression feutrée, insidieuse, qui ne se voit pas et vous ôte peu à peu toute la force, jusqu'au bout même, de lutter. Refuser d'abandonner, de renoncer à même, de rentrer dans le rang.

Il faut acheter et de les lire. A condition que vous disposiez de moyens culturels et financiers suffisants, car ces livres ne sont publiés qu'en anglais et en français et, au Portugal, les ouvrages en langue étrangère coûtent très cher. Cela limite donc au maximum la portée subversive des livres en question tout en permettant au gouvernement de se montrer libéral.

Liberté surveillée
à perpétuité

crates, mais qui suffit à empoisonner la vie de l'inculpée. Elle doit se présenter le 10 de chaque mois devant le tribunal de Lisbonne pour prouver qu'elle n'a pas pris la fuite. Cela ne paraît rien, une simple formalité, mais c'est un véritable asservissement, qui dure depuis plus d'un an et qui empêche Isabel Barenho d'entreprendre quoi que ce soit, par exemple un voyage à l'étranger, qui serait nécessaire pourtant pour son travail, de plus d'un mois. Et le pire est de ne pas savoir quand cela finira. Jusqu'à présent, cela n'a

seul interrogatoire des accusées, de nouveau renvoyé au 31 janvier. La solidarité pourra-t-elle soutenir le rythme si l'on pense qu'il y a cinquante-quatre témoins à entendre ? A trois par audience et une séance tous les trois mois, cela nous mène loin.

Le gouvernement compte également sur les conditions psychologiques d'attente, d'angoisse, d'insécurité dans lesquelles il maintient ces trois femmes pour briser chacune d'elles et briser le groupe qu'elles forment. Isabel, déjà, a dû renoncer à écrire : « *J'avais, depuis quatre ans, un livre sur les femmes en chantier. Je l'ai interrompu car je me suis aperçu que je pratiquais l'auto-censure. Je vais le reprendre en français et l'essayer de le faire publier en France.* »

Mais le plus important est de briser le groupe de trois qui : abouti à une œuvre collective dont le ton est parfois celui d'un manifeste. « *Si le livre avait été écrit par une seule d'entre nous, peut-être aurait-il été interdit mais je suis sûre qu'il n'y aurait pas eu de procès. Car, alors, il serait entré dans le cadre de la création littéraire et individuelle, ce qui est acceptable. Mais trois femmes qui se réunissent pour écrire un livre dénonçant la condition féminine, c'est déjà un début d'organisation politique. Et cela, ce n'est pas acceptable.* »

Un unique objectif : casser le bloc

A l'audience du 25 octobre d'ailleurs, tout a convergé vers un unique objectif : diviser les inculpées, casser le bloc qu'elles opposaient à leurs juges. L'inculpation d'outrage à la morale publique ne vise que certains passages du livre estimés « pornographiques ». La manœuvre était donc simple : amener deux des femmes à dénoncer l'auteur de ces textes.





Julgamento das três escritoras das Novas Cartas Portuguesas

7 de Maio de 1974



**As 3 Marias são
absolvidas e nasce o
Movimento de
Libertação de
Mulheres (MLM)**







MLM – Movimento de Libertação das Mulheres- 1974

Manifestação no Parque Eduardo VII- Janeiro de 1975

Luta pela legalização do aborto

Denúncia da violência sobre as mulheres

Por uma sexualidade livremente assumida



après la révolution fleurie au Portugal **UN MOUVEMENT DE LIBERATION DES FEMMES EST NE**

LES TROIS MARIA ONT ETE ACQUITTEES

Elles s'appellent Maria Theresa Horta et Maria Isabel Barreno. Deux des trois Maria. Leur livre, « *Les nouvelles lettres portugaises* », avait été saisi, et elles ont dû affronter un procès que le gouvernement Caetano a fait tourner en procès de droit commun pour démanteler un éventuel soutien de la gauche. C'est devenu un procès d'humiliation. L'inspecteur qui leur a fait subir les interrogatoires est l'inspecteur des prisons pour prostituées. Le livre a été assez difficile à traduire dans différents pays. La première traduction a eu lieu en France où des féministes, dont Monique Wittig, ont lu le livre et voulu le traduire. « *Nous pensions avoir beaucoup de contacts avec elles, mais il s'est passé beaucoup d'événements malencontreux... Une traductrice est partie au Brésil, un appartement a brûlé. A la fin, l'éditeur, le Seuil, était pressé, nous n'avons pas revu la traduction, il y a des fautes de sens.* »

Le 7 mai, les trois Maria sont acquittées par le nouveau régime, mais, disent-elles, la meilleure nouvelle que vous pouvez apporter en France est la suivante : maintenant, il y a un Mouvement de Libération des Femmes au Portugal.

Le livre est très hétérogène, il y a des différences de style, poésie, essais, littérification d'un soldat d'outre-mer à sa fiancée, « Une fois par semaine, on lit les textes et on discutait, il y avait un échange d'idées et de thèmes, une réponse, on continuait le texte d'une autre. Au début du livre, on peut identifier assez facilement les textes des unes ou des autres, mais plus le livre avance, plus la réflexion collective s'avance, plus les textes sont mélangés et difficiles à attribuer à l'une ou à l'autre. »

Il y a d'abord un tirage de

De même, beaucoup de femmes travaillent aux champs et, si elles sont mariées, elles ne sont pas considérées comme professionnelles. A travail égal, il y a parfois une différence de 50 % avec le salaire que toucherait un homme pour le même travail. Il y a une discrimination très importante en ce qui concerne le travail féminin et dans l'industrie électronique, les femmes touchent des salaires de misère. »

La répression au sujet de l'avortement n'est pas très forte et, sauf en cas d'accidents, la police ferme les yeux. C'est très

pas eu de MLF à cause de l'interdiction générale de réunion, et même les articles d'informations sur le mouvement des femmes à l'étranger étaient complètement censurés. Maintenant, il y a aussi le Mouvement démocratique des femmes qui représente les femmes des partis, socialiste et communiste en particulier, et qui s'occupe des revendications traditionnelles : crèches et salaire égal à travail égal.

« En 67, a eu lieu un premier rassemblement autonome des femmes, nous avons essayé de faire des affiches et des colloques pour réveiller la conscience sur les problèmes des femmes, sur le droit à la formation et à la culture et il y a deux ans, nous avons voulu boycotter l'élection de Mias Portugal, puis il y a eu une répression policière très forte de sexualité, mais le projet d'un colloque sur l'avortement avait été interdit. »

A l'université, quelquefois, les étudiants abordent les problèmes de sexualité, mais le projet d'un colloque sur l'avortement avait été interdit. Les problèmes sexuels sont encore un sujet tabou et les filles doivent être vierges au mariage. En 68, il y eut quand même un changement à cause des événements en France, et il s'est produit une certaine libéralisation en ce qui concerne le mariage et la séparation, même parmi les couples catholiques et il y a eu une véritable épidémie de séparations et le tabou de la virginité a commencé à se perdre. Avant, les filles mariées n'étaient même pas reçues, maintenant, ça change.

Ces jours-ci, s'est tenue la première réunion du MLF. Nous avons parlé de l'avortement et nous sommes d'accord pour avoir comme objectif radical la destruction des institutions machistes comme le mariage, mais les actions doivent commencer lentement. Nous devons profiter du moment

cle, les femmes françaises qui l'ont lu, ont dit qu'elles le comprennent, même des femmes non-intellectuelles. Les hommes ont dit qu'ils ne comprennent rien, l'écriture des femmes n'est pas la même. Maintenant, il y a une écriture de femmes, mais je n'écrivais pas en portugais parce que je me censurais moi-même dans cette langue.

Maria Theresa : j'écris normalement avec toutes les libertés, mais j'avais deux écritures. L'une d'écrivain non-censuré, l'autre de journaliste où j'étais très censurée, et je n'arrive pas à écrire d'une autre façon pour les journaux. La première critique que j'ai eue à faire après le 25 avril, j'ai eu beaucoup de mal à la faire, je n'arrivais pas. J'ai mis trois jours. Dans les journaux, on essayait toujours de faire passer quelque chose entre les lignes. Je ne savais pas écrire avec liberté comme journaliste. Il y avait une habitude de la méfiance, de non-communication, on ne savait plus parler, on ne savait jamais ce que les autres faisaient, tout le monde était dans son secret.



Obras na sede do MLM (casa ocupada na Av. Pedro Álvares Cabral)









M L M



O movimento de Libertação das Mulheres inaugura o Ano Internacional da Mulher com uma fogueira. Porque? Porque não inaugurar com uma festa? Será que o ter-se instituído um Ano Internacional da Mulher é um motivo de regozijo para as mulheres?

Nunca houve nenhum Ano Internacional do Homem. Já pensou porque? Porque desde sempre todos os anos foram o Ano do Homem!

A situação da mulher, explorada e oprimida em todos os países do mundo, é de tal maneira humilhante, e está tão longe de atingir sequer um princípio de igualdade, que não temos motivos de satisfação.

Apesar desta atitude discriminatória que significa um Ano Internacional da Mulher, achamos dever aproveitar a oportunidade para denunciar publicamente as várias formas de que se reveste a opressão da mulher em Portugal.

E começamos com uma fogueira!

Prendemos queimar objectos que sejam exemplos, simbólicos ou não, da opressão a que estamos sujeitas.

Assim, destruiremos, por exemplo, os Códigos Civil e Penal Portugueses actualmente em vigor, bem como a Legislação do Trabalho, por em qualquer deles ser bem evidente a posição de inferioridade feminina e sujeição ao homem; revistas pornográficas, pela utilização do corpo da mulher como objecto sexual; tachos, vassouras e panos de pó, entre outras coisas, que simbolizam a mulher escrava do lar, escrava do trabalho doméstico; livros em que se apresenta uma imagem da mulher totalmente deturpada e criada pelo homem, segundo o que, apenas ele, exige que ela seja; fraldas, como símbolo do mito da mulher-mãe a quem competem unicamente (só ao pai a lei dá direitos) os sacrifícios, os trabalhos, as noites mal dormidas; brinquedos que, desde crianças, apontam bem claramente o papel que a sociedade lhes destinou, conforme sejam rapazes ou raparigas, e que aos primeiros conduzem à agressividade e violência das guerras, como as metralhadoras e os tanques, e às segundas aos papéis passivos de mãe e dona de casa, como as bonecas e os tachinhos.

Esperamos que 1975, Ano Internacional da Mulher, sirva ao menos para chamar a atenção para o escândalo que representa o facto de mais de metade da população mundial (só em Portugal somos cerca de 53%) estar subjugada, apenas por ser constituída por mulheres.

JUNTAS CONSEGUIREMOS A NOSSA LIBERTAÇÃO!

Movimento de Libertação das Mulheres

Comunicado de convocação da Manifestação no Parque Eduardo VII

"Strip-tease" de contestação organizado pelo MLM

UMA GIGANTESCA FOGUEIRA no alto do Parque Eduardo VII servirá para queimar, na próxima 2.ª feira, dia 13, às 6 da tarde, todos os "símbolos de sujeição feminina". Trata-se da primeira manifestação pública levada a cabo pelo Movimento de Libertação das Mulheres integrada no Ano Internacional da Mulher. O M.L.M., depois de convidar através de panfletos distribuídos e de um apelo na rádio todas as mulheres de Lisboa a participar na fogueira, lançará às chamas revistas pornográficas, livros de autores "machistas", o Código Civil português, brinquedos "sexistas" (espingardas para meninos, panelinhas para meninas), objectos da lide doméstica, numa palavra, tudo o que represente a deturpada interpretação do papel da mulher como estatua do homem (quer como "cáspito de praver", quer como "lata do lar", quer como

"esposa e mãe exemplar").

De acordo com informação de fonte fidedigna, D. Francisco Manuel de Melo ambientará com o Marquês de Sade com Moravia, com Kahn, o velho mestre dos adolescentes páberes, na fogueira do M.L.M. (Chiu! Cardoso Pires, não te mexas agora...) Assistiremos ao "strip-tease" de uma Noiva, de uma Dona de Casa e de uma Vamp que dará a flor de branjeira, o avental e o bikini como pasto às chamas. Qual dos papéis caberá à "par-sexualista Maria Horta", como lhe chama a mais recente edição de Mundo Português a pérola dos periódicos de língua portuguesa que é preciso ler para errer —?)

Duas semanas depois, o mesmo programa se repetirá no Porto.

O M.L.M. tenciona também nos primeiros meses do ano percorrer o país com teatro na rua, forma de se dar a conhecer às "irmãs oprimidas" do interior do país.

14-1-75

Nacional

HISTERISMO MACHISTA NO PARQUE EDUARDO VII

O espectáculo que os homens deste País sem discriminação de cultura, classe ou ideologia, deram ontem à tarde no Parque Eduardo VII, veio mais uma vez confirmar que os movimentos feministas têm razão de existência. O chauvinismo machista revelou-se ali de uma maneira brutal e descontrolada. Histéricos e ofendidos, porque se sentiam visados, os homens que compareceram num auto de fé, comportaram-se como os antigos (Joaquim de Sá) (Jovem Português), grupos para-nazi nas manifestações dos estudantes progressistas.

O poder falocrático não tolera mistificações. Senhores absolutos do mundo, levando com eles a rebuque algumas opiniões inconscientes, fizeram todos os esforços por boicotar um acto simbólico que se exprimia por dois os três certezas de denúncia, e na atitude que não passou de intuição, de se queimar toda uma literatura objecta onde a mulher é humilhada e coisificada. Acabou por não acontecer aquilo que estava previsto. Porque o histerismo machista criou um clima de ódio, de violência e de puro toxicismo. As mulheres que tentaram arrancar com a pequena manifestação, foram assaltadas e empurradas e apalpacadas. Ouviram-se comentários como estes: «vão para a Monumental, aí é que vocês estão bem» e «final não há sexo». Alguns fotografaram dos jornais com um lado para o outro, quase a babarem-se de volúpia gritando «onde estão, elas já se despiram?».

Os peratazes que as mulheres do M. L. M. traziam foram-lhes brutalmente arranca-

dos. E não contentes com a facanha, os homens rasgavam, e espantavam os bocados de papel onde as reivindicava «Democracia sim, falocracia não». Verificou-se naquela triste espectáculo dos homens um «complot» muito evidente. Os que não agiam, consentiam. Esperavam assistir a uma sessão de «strip-tease» (e de borla), aliás uma ideia espalhada pelo semanário «Expresso», não sei com que intuito, e ficaram possessos de ira quando se aperceberam que não tinham opor unidade de extrair as suas frustrações sexuais.

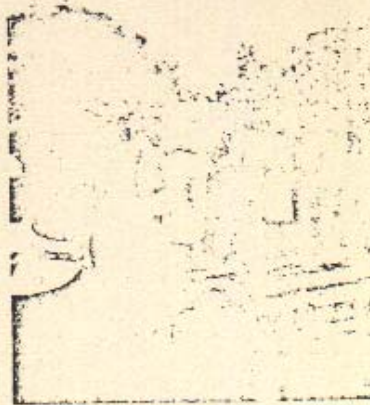
Segundo o consenso geral masculino, o lugar da mulher é a passividade. Estar em casa. Cumprir o papel de esposa e mãe o melhor possível. Contribuir no processo de produção — um direito que eles generosamente lho concederam. De fornecer mão-de-obra barata. Satisfazer os apetites sexuais sempre que os seus donos lho exigem. Vender-se no prostíbulo e no casamento. Isso tudo. Desde que se reduza à sua insignificância. De mero apêndice do Ser-todo-poderoso e-Perfeito. Assim está tudo bem. E a ordem (natural) mais do que nunca mantida.

Um rapaz, simpático de um movimento político que se afirma o mais revolucionário (e intalível) de todos diz, com um ar de cátedra condimentado com umas pitadazinhas de moralismo: «isto é ridículo, vocês não conseguem nada», a vossa luta deve estar enquadrada na luta geral de vanguarda do proletariado contra os capitalistas». Esses políticos sexistas que não saem muito do tom dos outros que por lá andavam, esqueceram-se que a operária antes de ser explorada pelo patrão capitalista é a

mulher do operário. Uma pessoa duplamente oprimida.

Em certa altura surge uma contra-manifestação, desenhada por quatro ou cinco mulheres (e bastantes homens) que também exibiam cartazes em que se destacavam dísticos «Foram com elas». «Não se luta assim pela libertação da mulher». Grande maioria dos homens deram-lhe a sua benção. Aplaudiram-nas. Essas vítimas estavam dentro do seu logó. E debaixo das suas palas.

LOURDES FÉRIA



Organização de mulheres contra incidentes do Parque Eduardo VII

AS ASSOCIAÇÕES que se propõem realizar um programa comum de actividades, no âmbito do Ano Internacional da Mulher, tomaram posição contra as violências praticadas aquando da manifestação do M.L.M. no passado mês de Janeiro e deliberaram tornar público o seu protesto colectivo nos seguintes termos:

«O grupo recentemente constituído para a realização de um programa comum de actividades, no âmbito do Ano Internacional da Mulher, foi informado por representantes do Movimento de Libertação das Mulheres dos lamentáveis incidentes ocorridos no Parque Eduardo VII (Lisboa), por ocasião da manifestação que ali pretendiam levar a efeito.

Independente do facto de uma tomada de posição, favorável ou desfavorável, em termos de métodos desse Movimento, não pode este deixar de questionar publicamente a reacção selvagem e violenta por parte de milhares de homens que ocorreram ao local.

Vem igualmente protestar contra o atentado à liberdade de expressão e de reunião que aquelas atitudes de violência representaram, bem como contra a informação tendenciosa e viscosa de alguns órgãos de informação em relação ao acontecimento.»

Subscreveram o protesto as seguintes organizações: Comissão da Condição Feminina (Ministério dos Assuntos Sociais), Associação para o Manejamento da Família, Graal, Guias de Portugal, Movimento de Libertação da Mulher, Noelistas, Ordem dos Engenheiros (Grupo de Estudos da Mulher Engenheira), Partido Popular Democrático (Grupo da Condição Feminina) e Partido Socialista (Comissão da Condição Feminina).

Promulgaram-se todavia contra: a Acção Católica Independente, o Movimento Rural Católico e ainda o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas que entendeu fazer a seguinte declaração de voto: «O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas (M.D.M.) condenando os lamentáveis incidentes referidos no documento acima citado, dissociar-se, no entanto, da tomada de posição contida no mesmo, considerando que não se podem substituir os objectivos e métodos utilizados pelo Movimento de Libertação da Mulher, os quais não são estranhos aos referidos acontecimentos.»

Expresso 15-2-75

lar. Afinal, estas são mais afectadas pela fragilização económica criada com a impossibilidade de legitimar uniões feitas à margem da lei.

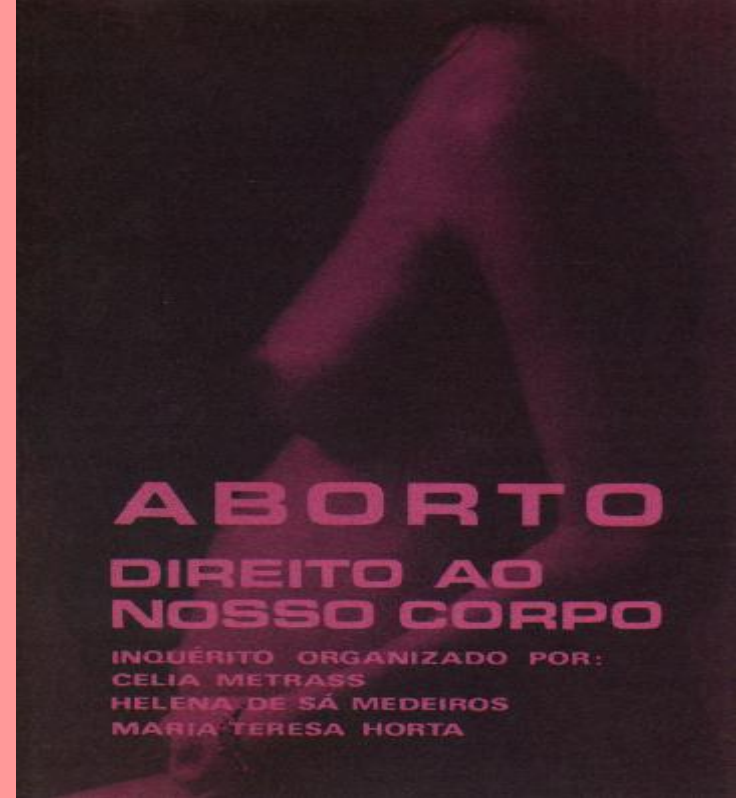


O livro

Aborto, direito ao nosso corpo
de Maria Teresa Horta, Célia Metrass
e Helena Sá de Medeiros^[1],

lançado em 1975, reflecte,
no seu texto introdutório,
que o aborto é um problema
de direitos individuais
e não uma questão de moral religiosa.

^[1] HORTA, Maria Teresa, METRASS, Célia, MEDEIROS,
Helena de Sá, *Aborto, direito ao nosso corpo*, Lisboa, Editorial Futura, 1975.



IDM – Informação/Documentação

Mulheres

Cooperativa Editorial de Mulheres

1977/78

LIVROS ULTIMAMENTE ENTRADOS NO I.D.M.

la mauvaise mère

G. Carloni - D. Nobili



- 765 – VINCENT, Paul – Dictionnaire de la virilité, Paris, Librairie Maloine S.A. Editeur, 1973, 362 pp.
766 – GUIMARÃES, Luis d'Oliveira – Arte de conhecer mulheres, Lisboa, Lusitania Editora Limitada, 1923, 163 pp.
767 – COLECTIVO – La lutte contre le maltraitement

- des femmes... un choix politique – Louven, Fédération Femmes contre la violence, 1981, 173 pp.
768 – D'ARMADA, Fina e FERNANDES, Joaquim – Intervenção extraterrestre em Fátima – as aparições e o fenómeno Ovni, Amadora, Livraria Bertrand, 1982, 463 pp.
769 – GAUTHIER, Xavier – Dire nos sexualités, Paris, Editions Gallilé, 1976, 320 pp.
770 – TYRRO, Maria Sofia de Santo – A boneca cor de rosa, Lisboa, A regra do Jogo, 1981, 38 pp.
773 – COSTA, Maria Velho da – Desescrita, Porto, A-frontamento, 1973, 90 pp.
774 – NEGREIROS, Maria José Almada, Conversas com Sarah Affonso, Lisboa, Editora Arcadia, 1982, 157 pp.
775 – GERSÃO, Teolinda – Paisagem com mulher e mar ao fundo, Lisboa, Edição O Jornal, 1982, 147 pp.
776 – BRAGA, Maria Ondina – O Homem da Ilha e outros contos, Lisboa, Ática, 1982, 180 pp.
777 – SALEMA, Teresa – Educação e Memória de André Maria S., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, 217 pp.
778 – GAGLIARDO, Giovanna – Maternale, Paris, Des Femmes, 1978, 98 pp.
779 – S.Q. – Des femmes russes, Paris, Des Femmes, 1980, 177 pp.
780 – SAADAÛI, Naoual el – La face cachée d'Eve, Paris, Des Femmes, 1981, 411 pp.
781 – MILLET, Kate – En Iran, Paris, Des Femmes, 1979, 451 pp.
782 – BELOTTI, Elena Gianini – Courier au cœur, Paris, Des Femmes, 1981, 418 pp.
783 – DIEBART, Asia – Femmes d'Alger dans leur appartement, Paris, Des Femmes, 1980, 195 pp.
784 – HISTÓRIA, Lisboa, Publicações Projornal Lda, no. 46, Agosto de 1982 (Art. sobre Feminismo)
787 – KRISTEVA, Julia – Pouvoirs de l'horreur, Paris, Editions du Seuil, 1980, 247 pp.
788 – MARBEAU-CLAIRENS, Beatrice – Les mères célibataires et l'inconscient, Paris, Editions Universitaires, 1980, 194 pp.
791 – BARINTER, Elisabeth – L'amour en plus, Paris, Flammarion, le livre de poche, 1980, 471 pp.



COOPERATIVA
editorial de mulheres



Carta de mulheres à Cornélia

Maria João Seixas aparece num concurso de televisão: "A visita da Cornélia". As mulheres escrevem-lhe, contam-lhe a sua história, escolhem-na para sua amiga. E falam de "libertação". Outras mulheres tentam dar uma resposta. De tudo junto nasceu um livro. Que vos propomos.

uma semana igual a tantas outras

Escrito por Natália Barenkaia, mulher da União Soviética de hoje. A vida de Olga, uma mulher semelhante a tantas outras, durante uma semana igual a tantas outras. Conta-nos a sua vida. De casa para o trabalho, do trabalho para casa, o marido, os filhos. Olga corre, não descansa nunca, nem ao fim de semana. E sonha "passar-se simplesmente, sem pressa, tranquila e docemente". Olga é engenheira, emancipada e pergunta-se: "O que me angustia?"



as mulheres rompem o cerco

Textos reunidos por Simone de Beauvoir. Escritos por mulheres do MLF (Mouvement de Liberation des Femmes), testemunhos, ensaios, poemas. Descobrendo/analizando a sua vida, experiência. Dizendo como vivem: o trabalho, a casa, a maternidade, o aborto, o casamento. Mulheres portuguesas contam também de si. Um ponto comum na narrativa de todas as mulheres: a recusa radical da sua opressão.

luta de mulheres pelo voto

"... a mulher que em tudo meta a colher menos na urna de voto". Ivone Olin e Margarida Marques, com a colaboração de Maria Teresa Moraes contam a história da luta pelo voto feminino em Portugal.

mulheres e Rússia

Primeiro Jornal dum Movimento de Libertação das Mulheres na U. R. S. S. Um colectivo de mulheres russas falam dos problemas das mulheres, contam histórias, escrevem poemas.

cicatriz a 100%

Poemas de Inês Lourenço
A memória, a infância, a cicatriz. "Toda a mulher que quer ter um discurso próprio não pode furtar-se a esta urgência extraordinária: inventar a mulher. É uma loucura, entende-se. Mas é a única causa que me resta" (Annie Leclerc em "Parole de Femme"). Eis o que procura Inês Lourenço.

gran,
parir
e chorar...
(Laboratório popular)





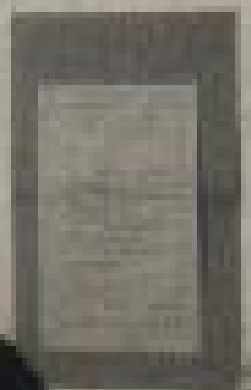
**Lançamento da
Cooperativa
Editorial numa
Livraria junto da
Trindade**



Y COMPRIS LES MINEURES ET LES IMMIGRÉES

PROGRAMMA

- 1. L'immigration en France
- 2. Les conditions de vie des immigrés
- 3. Les problèmes sociaux des immigrés
- 4. Les droits des immigrés
- 5. Les services sociaux pour les immigrés
- 6. Les associations d'immigrés
- 7. Les problèmes de l'immigration en France
- 8. Les problèmes de l'immigration en France
- 9. Les problèmes de l'immigration en France
- 10. Les problèmes de l'immigration en France





CONTRA A VIOLÊNCIA
SOBRE AS MULHERES
EM CASA E NA RUA

també





Reportagem à porta de uma fábrica

informação
documentação
mulheres

1980
BOLETIM
DO I. D. M.

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO-MULHERES



maio-jun. 1980
N.º 2 jul. - ag.

r. filipe da mata 115 - a



Doc. 183

lua

REVISTA FEMINISTA



COOPERATIVA EDITORIAL DE MULHERES



Rua Filipe da Mata, 115-A
1600 LISBOA

Editorial

Desta vez atrasámo-nos! Foram tantos os problemas: falta de dinheiro, de tempo, de sócias para ajudar, de gente nova para subverter.

Por isso, chegamos em duplicado, com o último trimestre de 81 e o primeiro de 82. Também por isso alterámos o preço da revista.

Não pensem que faltaram assuntos «quentes»: a legislação que proibia as adolescentes de irem ao planeamento familiar, a apresentação dos projectos de lei sobre Protecção e Defesa da Maternidade, Garantia do Direito ao Planeamento Familiar e Educação Sexual, Interrupção Voluntária da Gravidez. E tudo o que está para a quem e para além desta legislação.

No percurso que vai do nascimento à morte, que é de nós, mulheres? É um pouco dessa nossa vida, que vimos aqui falar. Da aventura de nascer, do modo de crescer, da loucura de amar, da obrigação de casar e parir, da impossibilidade de abortar.

SUMÁRIO

- 4 - EMIGRAR/NASCE
- 6 - AS ADOLESCENTES E O SEXO
- 14 - A VIRGINIDADE NÃO EXISTE
- 18 - AS JOVENS E A CONTRACEPÇÃO
- 20 - LISTA DE CONTRACEPTIVOS
- 21 - DE MASTURBAÇÃO... NEM FALAR!
- 23 - ESTE INCONFESSÁVEL DESEJO FEMININO
- 25 - O ACTO
- 26 - POLÍTICA DA SEXUALIDADE
- 28 - NOTÍCIAS
- 29 - RECORTES DA IMPRENSA
- 30 - LIVROS I.D.M.
- 31 - DOSSIER ABORTO:
 - 32 - ABORTO - A LUTA DAS MULHERES
 - 33 - CARTA ABERTA
 - 34 - A.P.F.
 - 35 - DECLARAÇÃO M.D.M.
 - 36 - POSIÇÃO DA IGREJA

O MARÇO

jornal feminista



viva a família em compota!

De. 171



Cooperativa Editorial de Mulheres



INFORMAÇÃO + DOCUMENTAÇÃO + MULHERES

O I. D. M. é uma iniciativa da Cooperativa Editorial de Mulheres. Pretende-se pôr à disposição das mulheres informações úteis que lhes possam servir no imediato, sobre legislação, saúde, organismos e instituições de apoio, etc., além de uma colecção de livros e revistas, sobre os problemas que nos dizem respeito mais directa e especificamente.

Temos neste momento cerca de 900 livros e muitas publicações periódicas, além de dossiers temáticos e recortes de jornais classificados por assuntos. Os temas versados são antropologia, história, saúde, economia, etc.. Existem também obras de ficção, poesia, tratados e ensaios. Todos os livros podem ser requisitados pelas sócias para empréstimos domiciliários e fornecem-se fotocópias de artigos ou quaisquer documentos em três línguas principais: português, francês e inglês.

Para se tornar sócia

Todas as mulheres podem tornar-se sócias do I.D.M.. Para tal basta preencher uma ficha de inscrição, dar uma fotografia e pagar uma quota mensal mínima de 50\$00. Receberão em casa um cartão que lhe permitirá fazer os empréstimos domiciliários e terá acesso às instalações.

Poderão além disso utilizar as instalações da Cooperativa para reuniões, debates, etc.. Todas as nossas publicações serão também vendidas às sócias com um desconto significativo.

Outros serviços

O I.D.M. promove debates sobre os diversos temas da vida das mulheres, além de exposições de livros e de arte. Na medida do possível também feitas projecções de filmes e de slides.
Existe também neste momento uma sala de estudos que recolhe dados e faz levantamentos sobre a situação das mulheres em Portugal.

Apelo

O I. D. M., único centro de Informação Documentação de mulheres para mulheres em Portugal, precisa de sócias. Sócias participem, com o seu trabalho, com vontade de ajudar outras mulheres. Com trabalho, quer dizer, uma a duas horas por semana. Aqui, na sede, mesmo junto a casa. Temos tanto que fazer: tratar a documentação recebida, recortes de jornais, corrigir, atender, colaborar na redacção de outros projectos em curso. Com a sua voz significa que é necessária muita, muita persistência para, num mundo de homens, sermos e gostarmos de ser mulheres. Dispersas e desunidas, temos ainda dificuldade em um projecto comum.

Vem! e se fores daquelas de "antes que que torcer", ficarás connosco. A tua presença está a fazer-nos falta!

GENÉRICO

DIRECTORA
Ivone Maria

COLABORADORAS

Maria Regina Louro, Maria Antónia Palla,
Madalena Barbosa, Sílvia Almeida, Ivone Maria,
Luísa Teixeira, Lucinda Almeida, Xaxão Castro,
Jo Branco, Carla C.

ARRANJO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO
Colectivo I.D.M.

REDACÇÃO

R. Filipe da Mata, 115-A - 1600 Lisboa

PROPRIEDADE

Cooperativa Editorial de Mulheres
R. Filipe da Mata, 115-A - 1600 Lisboa

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Cestinho e Nunes

TIRAGEM
3.000 exemplares

HORÁRIO DE PERMANÊNCIAS

2a. a 6a. feira entre as 18.30h e as 20.30h

LIVROS IDM

BIBLIOGRAFIA

SEXUALIDADE

- MASTERS, William H. e JOHNSON, Virginia E. - *Inadequação Sexual*, Lisboa, Meridiano, 1972, 524 p.
- Terapia.
- IRIGARAN, Lucie - *Ce sexe qui n'en est pas man*, Paris, Ed. de Minuit, 1977, 217 p.
- Psicanálise.
- MEADE, Marion - *Bitching*, Garston Press, 1973, 205 p.
- *Papeis sexuais/casamento*
- SULLEROT, Evelynne - *Le fait féminin*, Paris, Fayard, 1978, 520 p.
- *Biologia/genética/diferenciação sexual*
- MEAD, Margaret - *Male and Female*, Middlessex, Penguin Books, 1975, 413 p.
- *Sociedade/antropologia/reprodução*
- CHESLER, Phyllis - *About Men*, London, Women's Press, 1978, 281 p.
- *Homem/mitologia/religião/sexualidade*
- CASTRO, Augusto de - *Sexo 33 ou a revolução da mulher*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, 177 p.
- *Sexualidade/perspectiva machista*
- CHESLER, Phyllis - *Women and Madness*, London, Allen Lane - Penguin, 1974, 338 p.
- *Mulheres/loucura/sexualidade/psicoterapia*
- KINSEY, Alfred et Alif - *O comportamento sexual do homem*, Lisboa, Meridiano, 1972, 651 p.
- *Sexualidade/classe social*
- DODSON, Betty - *Liberating Masturbation*, New York, ed. Aurora, 1974, 59 p.
- *Sexualidade/masturbação*
- MASTERS, William H. e JOHNSON, Virginia E. - *Reações Sexuais (As)*, Lisboa, Meridiano, 1972, 405 p.
- *Sexualidade/reação sexual/fisiologia*
- REICHE, Reimut - *Sexualité et luta de classes*, Paris, Maspero, 1974, 215 p.
- *Sexualidade/luta de classes*
- BEAUVOIR, Simone de - *Le deuxième sexe* 2, Paris, Gallimard, 1949, 504 p.
- *Casamento/maternidade/sexualidade*
- HITE, Shere - *O Relatório Hite*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, 545 p.
- *Sexualidade/testemunhos*
- *Colectivo - Poesia Portuguesa Erótica Satírica sec. XVIII - XIX*, Lisboa, Ed. Afródite, 1975, 371 p.
- *Poesia/sexualidade/ignofobia*
- REICH, Wilhelm et Alif - *Sexualidade e Repressão*, Ed. Delfos, 1972, 170 p. (Preto e Branco)
- *Sexualidade/política sexual*
- KOLLONTAI, Alexandra - *Marxisme et revolution sexuelle*, Paris, Maspero, 1973, 286 p.
- *Família/sexualidade/revolução socialista*

ABORTO

- *Colectivo (INAA/Grupo Autónomo de Mulheres) - Não acontece por acaso*, Lisboa, INAA/GAM, 1976, 48 p.
- *Contraceção/aborto*
- *The Boston Women's Health Book Collective - Ourselfs and our children*, New York, Random House, 1978, 288 p.
- *Maternidade/família/sociedade*
- *Colectivo - Aborto/Contraceção*, Porto, Ed. A Regra do jogo, 1975, 137 p.
- *Contraceção/aborto*
- SANDS, Jane, ZIMMERMAN, M., HEINEN, J., CAMPOS, A., SOUSA, M. - *Aborto e Contraceção: um direito, uma escolha*, Lisboa, Antídoto, 1979, 154 p.
- *Controlo do corpo/aborto/contraceção*
- *Avanguardia Operaria - Aborto: una battaglia di classe*, Italia, Avanguardia operaria, s.d., 50 p.
- *Aborto/Itália*
- S. A. - *O livro branco do aborto*, Lisboa, Moraes, 1974, 348 p. (*Le nouvel observateur*)
- *Aborto/França*
- *Colectivo - Aborto, Direito ao nosso corpo*, Lisboa, Ed. Futura, 1975, 360 p.
- *Aborto/Portugal*

CONTRACEÇÃO

- BOLEO, J. Paiva - *Pílula ou aborto?*, Lisboa, União Gráfica, 1973, 63 p.
- *Contraceção/contro o aborto*
- LACEY, Louise - *Lunaception*, New York, Ed. Coward, McCann y Geoghegan, inc., 1975, 166 p.
- *Contraceção/métodos naturais*
- NICOLAS, Jean - *Question des femmes*, Paris, François Maspero, 1977, 103 p.
- *Controlo do corpo/Contraceção*
- BOSCHETTI, Enrica - *Tecnica di applicazione del diagramma vaginale*, 1972, 32 p.
- *Contraceção/saúde*
- *Colectivo - Aborto, facciamo da noi*, Roma, ed. Napoleone, 127 p.
- *Aborto (saúde)/contraceção*
- *Colectivo - Falam 3.000 casais. A regulação dos nascimentos*, Lisboa, Moraes, 1967, 340 p.
- *Controlo do corpo/contraceção/Igreja Católica*
- SMITH, Michael e KANE, Penny - *The Pill of prescription*, London, Birth Control Trust, 1975, 16 p.
- *Contraceção/pílula*
- BANDEIRA, M. Leston - *Aborto e Contraceção em debate*, Lisboa, I.S.C.S.P., 1975, 132 p.
- *Aborto/contraceção/Portugal*



**Limpezas na sede do IDM na Rua
Filipe da Mata - Lisboa**

GAMP- Grupo Autónomo de Mulheres do Porto 1978

“Luta das mulheres pelo fim da sua discriminação...”

“Organização de tendência feminista aberta a todas as mulheres...”

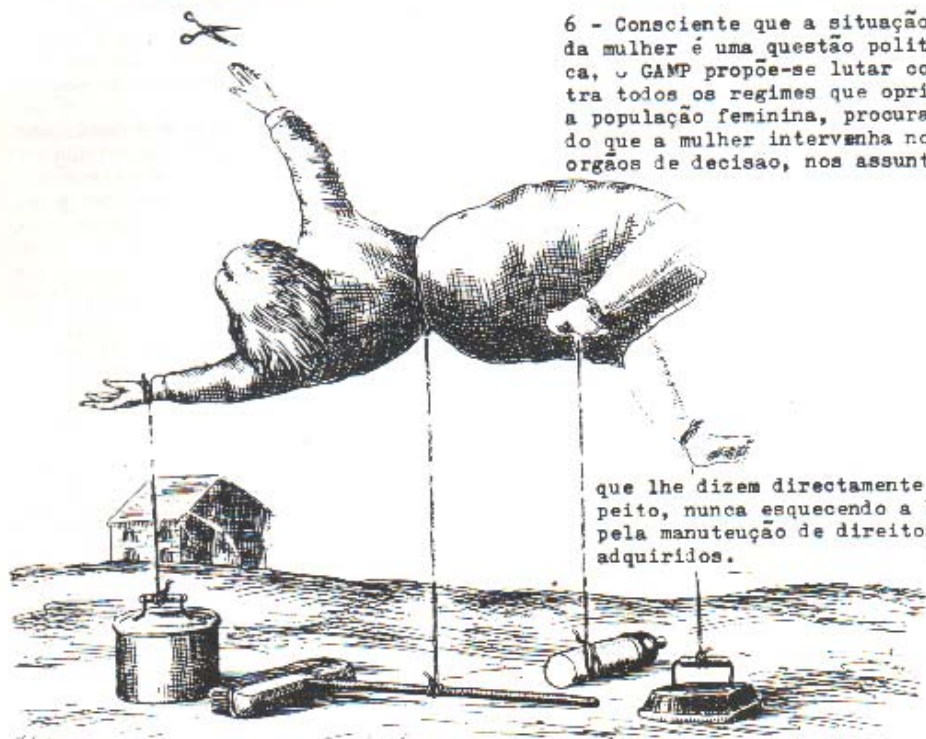
“Direito à contracepção e ao aborto...”

“Contra os maus-tratos sobre as mulheres...”

1 - O Grupo Autónomo de Mulheres do Porto é uma associação de tendência feminista, aberto a todas as mulheres portuguesas de qualquer idade, estado, credo religioso ou ideologia política.

2 - O GAMP tem como objectivo principal a luta pelo fim de todas as discriminações contra a mulher, a sua elevação como ser humano e a sua participação efectiva na construção de uma nova sociedade não patriarcal.

3 - O GAMP, não desprezando a luta e experiência das lutas do passado, propõe-se continuar a luta das mulheres a nível mundial para que a melhoria das condições femininas não se restrinja a um povo, a uma política, a uma classe, mas a todas as mulheres à escala mundial.



DO GAMP

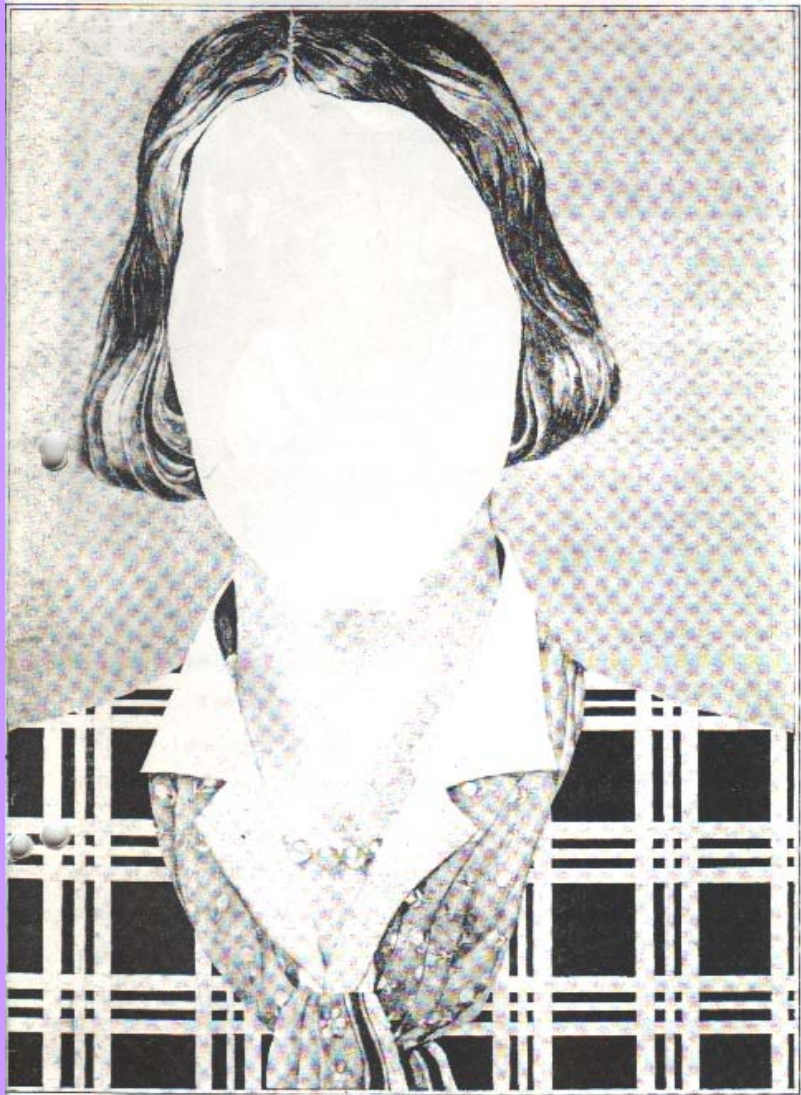
4 - O GAMP é por isso um agrupamento aberto a todas as associações de mulheres portuguesas e de âmbito internacional, defendendo uma indestrutível solidariedade com base no respeito pela ideologia de cada qual.

5 - O GAMP é uma organização dirigida para o estudo das condições da mulher portuguesa e dirigida também para a acção, procurando alterar os estatutos actuais que discriminam a mulher mediante as tomadas de posição e formas de luta que acham oportunamente convenientes.

6 - Consciente que a situação da mulher é uma questão política, o GAMP propõe-se lutar contra todos os regimes que oprimam a população feminina, procurando que a mulher intervenha nos órgãos de decisão, nos assuntos

que lhe dizem directamente respeito, nunca esquecendo a luta pela manutenção de direitos já adquiridos.

Doc. 352



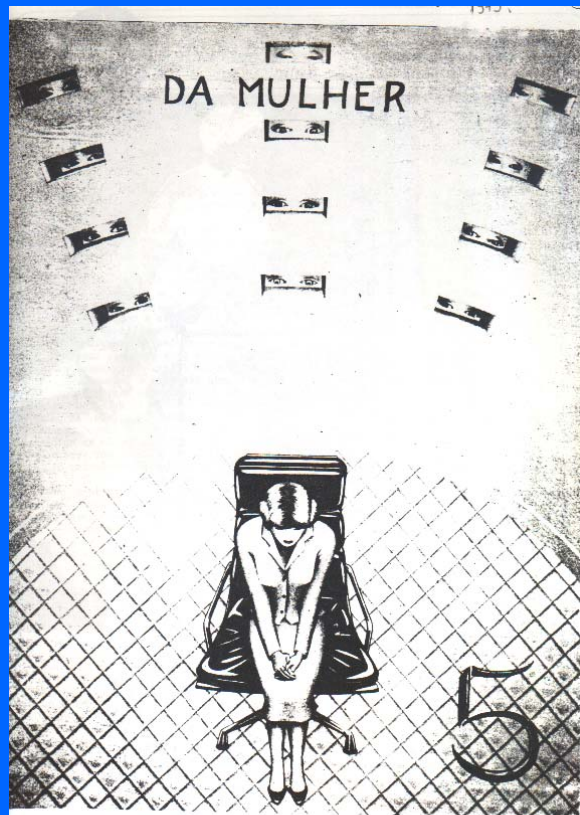
20\$00
mar. 80

Situação Mulher 2

**Boletim do
Grupo
Autónomo de
Mulheres do
Porto**

Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra

1979



GRUPO DA MULHER DA AAC

PREÇO: 15.00



R E C O R T E Apartado 2671 Lisboa-C-Portugal Telef. 44801	CAPITAL (A)	Lisboa
	O PAÍS TURÍSTICO	Lisboa
	CELULOIDE	Rio Maior
	CORREIO DE AZEMEIS	Oliveira de Azemeis
	BOA NOVA	Cantanhede

-9 MAR 1979

8 de Março
de 1979

FESTA UNITÁRIA NO A.R.CO

«Emanicipação da mulher deve ser real e não apenas uma intenção ou desejo»

«A emanicipação da mulher deve ser real e não apenas uma intenção ou um desejo», afirmou Fernanda Marques, militante da U. M. A. R., na sessão dedicada ao Dia Internacional da Mulher que se realizou ontem à noite no A.R.CO, em Lisboa.

Esta comemoração, que partiu de um grupo de mulheres que têm seguido um seminário de estudos feministas, contou com o apoio de diversas organizações de mulheres, que participaram numa exposição patente no átrio daquela cooperativa. Lado a lado, «placards» do Movimento Democrático das Mulheres, da Comissão da Condição Feminina, da Associação do Paralelismo Familiar, da U.M.A.R., do Movimento de Libertação das Mulheres manifestaram o carácter de unidade de que se revestiu esta comemoração que pode ser considerada a mais importante que as mulheres levaram a cabo após o 25 de Abril.

A partir das 19 horas e para lá da meia-noite, cerca de meio milhar de mulheres de diversas idades, profissões e tendências ideológicas passaram pelo A.R.CO enchendo literalmente as diversas salas onde se desenvolveram simultaneamente várias actividades. Passaram-se filmes, projectaram-se «slides», assistiu-se à leitura de textos e poemas por Isabel de Castro, houve canto e música. Dois bufetes em permanente funcionamento foram outro motivo de convívio em que também participaram alguns homens e crianças.

No decurso da noite, teve lugar um debate sobre o tema «A Mulher e a Lei», que cantou com

a participação da Teresa Belezza, assistente de Direito Penal da Faculdade de Direito de Lisboa, Dina Duarte, advogada, Isabel Pareira dos Santos, médica, Isabel Barrero, escritora, e Maria Antónia Palla, jornalista. As intervenções no debate historicaram e analisaram as recentes alterações introduzidas na lei, por efeito da aplicação da igualdade entre os homens e as mulheres, consagrada na Constituição. Foram tocados os aspectos positivos de revisão que incluiu sobre os Códigos Civil e Penal, tendo-se sublinhado as discrepâncias que se verificam entre o teor dos textos legais e o seu ainda fraco efeito prático.

«A lei consagra direitos que a mulher conquistou com a sua luta, mas na prática as coisas passam-se de modo um pouco diferente», afirmou Dina Duarte, que apontou, como exemplo, o caso das mulheres que continuam a permitir ser espancadas pelos maridos por terem medo ou vergonha de denunciarem essas agressões.

A discriminação no trabalho e na educação, a desigualdade de oportunidades face à escolha de profissão, foram outras das discriminações apontadas, em nítida violação ao que a lei estipula. Não obstante as discrepâncias existentes entre a lei e a vida, no decurso do debate focar-se-

porém, a necessidade de defender as leis em vigor, como instrumentos úteis ao processo de libertação e dignificação da mulher. Defesa que se impõe «tanto mais quanto os sectores conservadores atacam as novas leis da família».

As intervenções no debate focaram, por outro lado, a necessidade das organizações políticas e feministas se empenharem na divulgação das alterações introduzidas no Código Civil e dos direitos consagrados constitucionalmente, de forma a evitar que muitas dessas conquistas, verdadeiramente renovadoras relativamente a outros países europeus, possam vir a ser perdidas na próxima revisão constitucional.

«Enquanto a esquerda discute altos problemas filosóficos ou pormenores de rigor, a direita sabe exactamente o que importa atacar, e ataca o Código Civil», afirmou-se no decurso do debate, em que foi salientada a importância que as mulheres tiveram após o 25 de Abril, quando se colocaram na primeira linha de muitas reivindicações. Daí resultou a actual legislação. «A Constituição e quanto dela decorre não foi dada às mulheres de mão beijada», frisou Fernanda Marques.

Uma conclusão que terá de ser analisada à luz da própria experiência portuguesa, que não registou, como é sabido, um amplo e forte movimento organizado de mulheres, semelhante ao que existe em Itália ou até em Espanha. Não obstante, a situação

das mulheres, do ponto de vista legal, em Portugal, é muito mais evoluída.

Uma posição a não perder. Esta a conclusão a retirar deste primeiro encontro unitário de mulheres que comemoraram o 8 de Março.

Organizações sindicais saúdam

Mas não só no A.R.CO se comemorou o Dia Internacional da Mulher. Organizações sindicais e feministas saúdam, através de comunicados, as mulheres de todo o mundo. A C.G.T.P.-Inter-sindical apelou para que se fizesse mais uma jornada de consciencialização e de luta, ao mesmo tempo que saudava as mulheres portuguesas que «antes da Abril de 74 lutaram contra o fascismo e que durante estes últimos cinco anos têm defendido a liberdade e a democracia».

Por seu turno, a Aliança Povos Unido referiu-se em especial às mulheres eleitas para os órgãos do poder local que procuraram contribuir para a resolução concreta dos problemas das populações. Para a comissão unitária de mulheres da Metalúrgica Duarte Ferreira, a managem falso do desemprego, mas também ni confiança na mulher lutadora pelos seus direitos apoiada nas organizações de trabalhadores Também na Anop e por iniciativa da comissão de trabalhadores decorreu uma sessão comemorativa que contou com a participação da jornalista Maria Antónia Figueira.



8 de Março na Faculdade de Letras



"A Liberdade da mulher começa no ventre"

Simone de Beauvoir

Hoje, numa iniciativa conjunta, organizações de mulheres várias e várias mulheres, unem-se para reivindicar um direito: o direito de escolha, o direito a uma maternidade consciente e desejada. Exigem a legalização da Interrupção Voluntária de Gravidez. Ocupam páginas de jornais e dizem a outras mulheres desta necessidade, possibilidade de passar do problema vivido individualmente, que termina numa sala clandestina de parteira, à reivindicação colectiva de uma lei que transforme a realidade. Falar de legalização do aborto não é para nós apenas algo que tenha que ver com a saúde pública, com a assistência social a que temos direito, com razões d' ordem económica ou médicas que nos impeçam de prosseguir uma gravidez. É falar de algo mais profundo, radical: trata-se de reivindicar um direito elementar: "O QUE QUEREMOS É ISSO COM O, recusando-nos a ser vítimas de um destino que não queremos, querendo um acaso", afirmando-nos "Mulheres e não apenas mães, não apenas corpos, primeiro pagamos para sermos mães e não apenas corpos".

A liberdade da mulher começa no ventre

Também por isso, quando falamos de Maternidade, não falamos em termos de "função social" ou "desejo individual". Quando falamos de direitos da criança, não falamos de mais a esse direito primeiro - o de ter sido desejada. Dizemos então que a decisão de uma gravidez não cabe ao Estado, à Igreja, aos médicos ou especialistas, mas à Mulher. Reivindicar a Interrupção Voluntária de Gravidez, o alargamento do Planeamento Familiar, o direito a uma assistência materno-infantil e assistência pré-natal que evite que 20% das mães recorram ao aborto clandestino, o direito a um parto diferente para a mulher, para o casal, para a criança.

Neste momento, a concretização de um tal direito passa pela aprovação na AR de um projecto-lei que o defenda. Temos então que a decisão sobre "as nossas vidas" está dependente de "algumas dezenas" de deputadas!

Na nossa opinião, o projecto-lei que hoje se discute, apresentado pelo PCP, apesar de significar um enorme avanço em relação à situação anterior (cabe-nos porém perguntar por que é que, somente 8 anos após o 25 de Abril tal projecto seja apresentado), não é ainda o que consagra plenamente esse direito da mulher. É isto porque é limitativo do direito de escolha. Em 1º lugar, restringindo o prazo da IVG às 12 semanas. A justificação é a de que a partir dessa altura, os riscos para a saúde da Mulher aumentam. Nós estamos de acordo que sim. Mas não nos ensina a experiência de outros países em que legislações semelhantes foram aprovadas, que a limitação do prazo na lei não impede que as mulheres recorram ao aborto? Que nesse caso o fazem recorrendo novamente ao aborto clandestino, com todos os riscos que daí advêm? Ora se se considera que é exactamente a partir dessa altura que os riscos aumentam, como podemos defender a aprovação da legislação sem nos tornarmos de certa forma cúmplices dos abortos clandestinos?

Pensamos que, precisamente por os riscos aumentarem, mais umarazão para serem controlados nas instituições de saúde; que, se por um lado há que através de campanhas de esclarecimento e divulgação e informação, reduzir o tempo de gravidez, procurando que a mulher recorra à IVG o mais cedo possível, caso tal não sucede e, colocando-nos na perspectiva da saúde da Mulher, há que defender que a IVG deve ser feita igualmente a partir daí em serviços de Saúde, devidamente equipados para responder a esse aumento de risco. De facto, no que toca a est ponto, a legislação enferma de uma limitação, ainda a que nega o direito a mulher de decidir e coloca a decisão na mão dos médicos.

Em 2º lugar, o regime especial que se cria para a menor solteira, parece-nos igualmente perigoso: "pai e mãe devem ser prevenidos tendo em vista o fornecer de auxílio". Sabemos da situação conflituosa que vive em grande parte dos casos, a menor solteira que recorre a um aborto, em relação

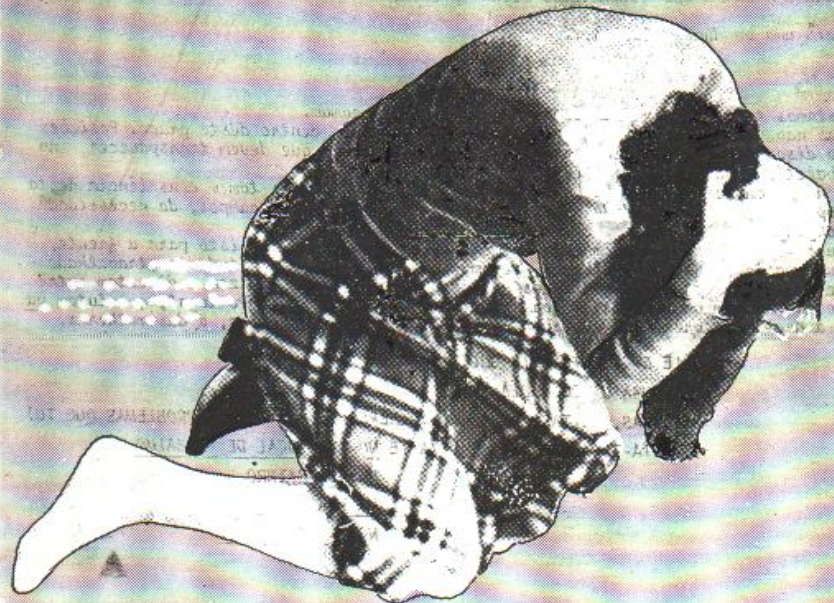
EU ABORTO, TU ABORTAS,

ELA ...

BOLETIM Nº 2

10\$

- UMA, DUAS, TRÊS, ... MUITAS MULHERES!
- ABORTO: QUE TIPO?
- ENCONTRO INTERNACIONAL DE MULHERES
- A IGREJA, O ESTADO E NÓS
- PLANEAMENTO FAMILIAR
- QUE CONTRACEPÇÃO? QUE SEXUALIDADE?



CNAC

**Junho de 1979 –
Absolvição de Maria
Antónia Palla, julgada
por ter realizado em 1976
uma reportagem para a
RTP sobre o aborto**



ABORTO E CONTRACEPÇÃO

AS MULHERES DECIDEM

As liberdades democráticas conquistadas com o 25 de Abril vieram melhorar a situação das mulheres portuguesas. Podemos agora lutar pelos nossos direitos, alguns já consagrados na Constituição da República, que proíbe a discriminação com base no sexo.

Se é verdade que ao nível das leis a situação das mulheres foi melhorada, na vida quotidiana estas continuam sujeitas a todo o tipo de discriminações. No emprego, são as primeiras a serem despedidas, as últimas a serem admitidas. Continuando a ser, na sua grande maioria, as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico, vemos a sua dupla jornada de trabalho agravada ainda pela alta de custo de vida, que as obriga a mais horas de trabalho e agravamento das condições de vida.

O direito ao planeamento familiar, também consagrado na Constituição, continua a não ser exercido na prática visto que a grande maioria das mulheres não tem acesso às consultas, em número insuficiente, pouco divulgadas e nem sempre eficazes. O aborto, último recurso para interromper uma gravidez não desejada, continua proibido por uma lei fascista e antiquada, que não toma em conta a realidade:

- 180 000 abortos por ano
- 2000 mulheres mortas
- Número desconhecido de mulheres mutiladas

As mulheres abortam clandestinamente, arriscam-se à mutilação e à morte porque o seu direito ao planeamento familiar e ao aborto legal e em boas condições lhes é negado pela lei. Assim, o aborto é a terceira causa de morte materna em Portugal.

As mulheres que mais sofrem a injustiça da lei são as mulheres da classe trabalhadora, impossibilitadas de escolher ter ou não ter filhos, tendo por um lado a lei que lhes proíbe o aborto e por outro todas as condições materiais que a impossibilitam de escolher a maternidade — a diminuição do salário real, a não existência de apoios para as crianças. No Ano Internacional da Criança, o Governo recusa-se a criar as creches e infantários necessários e ao mesmo tempo corta o subsídio de aleitação, fazendo «economias» com o leite dos nossos filhos...

Nós consideramos que uma criança feliz é uma criança que foi desejada e que tem melos materiais para subsistir.

Consideramos também que o direito ao aborto é um direito democrático elementar, pois só com o aborto livre as mulheres podem decidir conscientemente sobre a sua própria maternidade.

Aborto e Contraceção

1980



as mulheres decidirão!

Mais uma vez, em sete anos, saímos à rua para dizer dos nossos direitos, exigir que a nossa vida mude. E, se é verdade que muito mudou, é também verdade que muito há ainda a fazer. Nós, mulheres, sabemos por exemplo que, apesar das palavras escritas na Constituição que nos garantem igualdade de direitos, direito ao trabalho, assistência materno-infantil, direito a uma maternidade consciente e ao planeamento familiar, todos os dias vemos que uma coisa é o papel e outra a nossa realidade do dia a dia.

Fala-se do direito à saúde, mas nós perguntamos:

- Temos direito à saúde quando somos obrigadas a recorrer a abortos clandestinos, feitos em péssimas condições, a preços impossíveis de pagar?
- Podemos falar de direito à saúde quando dos 180.000 abortos que se fazem por ano, cerca de 2.000 mulheres morrem?
- Podemos falar de direito à saúde quando a assistência materno-infantil, a assistência ao parto não existe, ou quando existe é insuficiente?

A CNAC pensa, que, assim como cabe aos trabalhadores decidirem dos seus direitos, da sociedade que queremos construir, é igualmente às mulheres que cabe decidir do seu corpo, da sua maternidade, de quando e quantos filhos querem ter; de escolher qual o método contraceptivo que mais lhes convém e de serem correctamente informadas sobre esses métodos. Não cabe à Igreja, ao Governo, tão pouco à burocracia médica decidirem por nós.

O Direito a uma maternidade consciente e desejada, ao controle sobre o nosso próprio corpo e sexualidade; é uma coisa que nos é muito cara, é um direito elementar do qual não abdicaremos, sob pena de abdicarmos de nós próprias.



Outubro de 1979- Julgamento de Conceição Massano – Tribunal da Boa Hora

Julgamento de Conceição Massano na Boa Hora







PLANEAMENTO FAMILIAR
REVOGAÇÃO DA LEI DO ABORTO
AS MULHERES DECIDEM

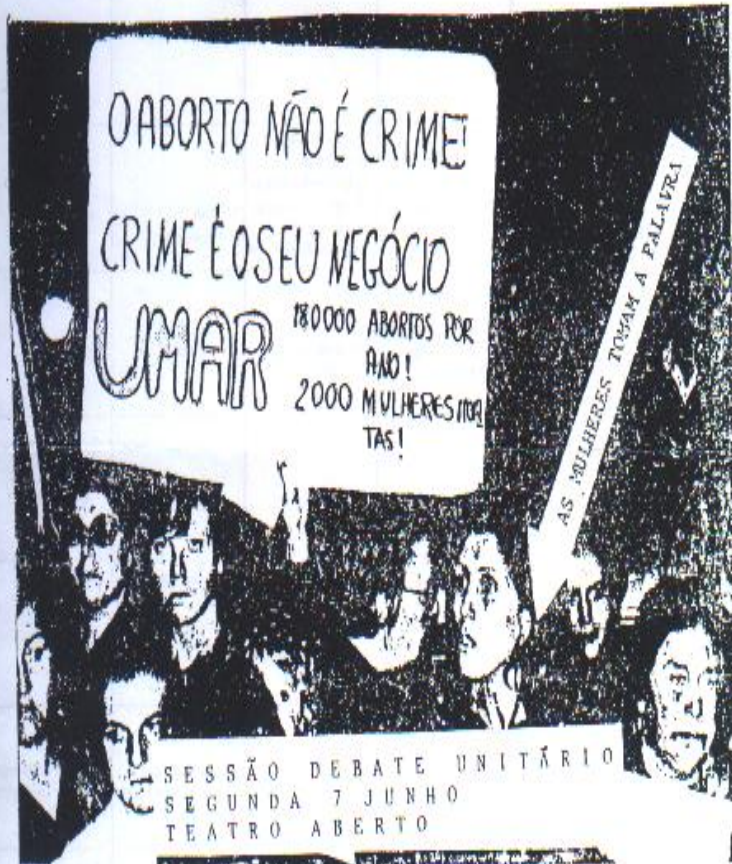
C.N.A.C.

ES DE CASE

NACIONAL



contraceção para não abortar



legalização do aborto para não morrer

CONCEIÇÃO ABSOLVIDA... MAS ABORTO CONTINUA CRIME!



Conceição Massano foi absolvida. E foi absolvida porque o seu julgamento, o julgamento do «crime» de aborto não se passou na vergonha, no medo, no silêncio dos nomes e dos processos. Pela primeira vez uma campanha de solidariedade trouxe a público a repressão que se exerce sobre as mulheres que recorrem ao aborto.

Não se pode dizer, como o faz o «Diário de Lisboa», que «a absolvição de Conceição não é uma vitória de ninguém, nem de nada».

No momento em que a campanha da direita e da Igreja aumentam, em que os ataques contra o direito das mulheres ao aborto

não deixam de se intensificar, em que de todos os lados as pressões tinham como primeiro objectivo a condenação de Conceição, quando para todos era evidente que esta condenação daria uma força enorme a todas as forças que se têm oposto ferozmente à legalização do aborto, a absolvição foi uma vitória para todas as mulheres. Foi uma vitória para as que diariamente abortam, para as que diariamente declaram «Não abortamos». E foi, sobretudo, para a CNAC e para as organizações que têm vindo a lutar pela legalização do aborto. Não é por acaso que o «Diário» de terça-feira não traz uma palavra so-

bre o julgamento nem a repressão que se abateu sobre as mulheres à porta do tribunal...!

E que o PCP nunca apoiou a luta das mulheres pela legalização do aborto.

Mas, por outro lado, e também necessário denunciar esta absolvição.

O tribunal considerou que não havia provas de «crime», não se podia provar que Conceição tinha abortado.

É claro para todos que o tribunal lavou as mãos da melhor forma que pôde. Condenar seria provocar mais uma onda de protesto, dar mais uma acha para a fogueira. Absolver do «crime» de aborto

era uma afronta à lei.

Assim, encontrou-se uma bela saída. Conceição não abortou, portanto não pode ser condenada.

Esta larsa de julgamento mantém a lei incolora. Mas mesmamente que a fúria forja é real, da mesma maneira que conseguimos a absolvição de Conceição, conseguiremos a legalização do aborto.

A brutalidade da polícia não nos impediu de esperar 4 horas à porta do tribunal pela sentença. Também não nos vai impedir de lutar até ao fim: até que o direito das mulheres a decidirem da sua maternidade seja uma realidade.



VIGÍLIA SIMBÓLICA

O tema da legalização do aborto foi em Janeiro de 84 objecto de discussão nacional. As organizações de mulheres mais uma vez se tentaram manifestar, num movimento de solidariedade contra a hipocrisia e a prepotência das leis vigentes, que englobasse todas as mulheres, vítimas actuais ou potenciais dessa situação, que infelizmente, como se esperava, pouco evoluiu.

O documento abaixo reproduzido refere-se a Lisboa, mas também na "Invicta" (?) o Grupo de Mulheres do Porto foi para a Praça D. João I, na noite de 24 para 25 de Janeiro, não obstante o frio e a chuva. Apreciou e agradece a solidariedade de bastantes pessoas, e lamenta e mede, a ignorância, a telenovela, e estar-se nas tintas, de muitas mais.



O VENTRE DAS MULHERES E A ESTRATÉGIA POLITICA

Os deputados vão decidir os filhos que teremos, nós mulheres não seremos ouvidas. Eles dirão da nossa maioridade e capacidade de escolher. A Assembleia discute: Planeamento Familiar, Educação Sexual e Aborto. Direitos nossos são matéria de negociação entre partidos. Joga-se a nossa vida na luta pela conservação do poder. Propõem-nos que depois de consultar o confessor, oiçamos o Sr. Doutor ...

Como ser senhoras da nossa vida, se não o formos da nossa vontade? Para quando a maternidade livremente assumida?

A lei que desejávamos consagrasse acima de tudo o direito da mulher de decidir sobre o que se passa dentro do seu próprio corpo, não passará nesta Assembleia. TEREMOS QUE SER NÓS A CONQUISTÁ-LA.

TODAS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DIAS 25 e 26 de JANEIRO.

C.L.A. (Comissão p/ Legalização do Aborto), C.N.A.C. (Campanha Nac. p/ direito ao Aborto e Contracepção) e I.D.M. (Informação e Documentação Mulheres)

CNAC

AS MULHERES ACUSAM A LEI DO ABORTO

Dia 24 de Junho. Voz do Operário. Mulheres vão reunir, testemunhar, exigir nova legislação sobre o aborto.

Organizado pelo CNAC, advogadas, sociólogas, psicólogas, médicas vão falar da legislação actual, das suas consequências sociais / psíquicas / físicas para as mulheres. E elas vão falar dos abortos que fizeram, deparar dos riscos que correram dos problemas que enfrentaram, dizer que os tribunais calam. Os tribunais vão julgar uma mulher acusada de crime aborto, em Lisboa, no dia 5 de Julho. No dia 24 vai-se falar de outra forma/por outras palavras/ pelas nossas palavras. Maria Antónia Palla está em Tribunal. Vamos defender no dia 24 o direito a uma informação que sirva de facto os interesses e os direitos das mulheres. A sessão pública de julgamento de lei, aprovará ainda os pontos gerais de uma nova legislação a ser reivindicada por todas(os) nós.

SEDE NACIONAL DO CNAC — Rua Rodrigues Sampaio, n.º 32-r/c-Esq., Lisboa.



Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção

SUPLEMENTO

boletim da

CHAC

SETEMBRO 80
PREÇO: 10\$00

campanha
nacional
pelo
aborto e
contracepção

as mulheres decidem!



editorial

Hoje, já não são apenas uma, duas, três mulheres que falam da necessidade da contracepção e da urgência da revogação da legislação sobre o aborto. E, se é verdade de há muito para cá que esta situação é vivida sentida, denunciada por muitas (por vezes aceite como inevitável), alguma coisa de novo entrou na cena - definitivamente o assunto tornou-se "público", discutido - e de um estatuto de "assunto íntimo, privado", sentido por cada uma de nós individualmente (e difícil de resolver no nosso pequeno mundo) tornou-se um assunto público, problema colectivo, situação que vivem milhares de mulheres no dia a dia, motivo de mobilização de rua, ligado que está a toda uma problemática mais geral da situação das mulheres, hoje, aqui e em todo o mundo.

Deixa para muitas, já hoje de ser um problema que se conta em segredo é amiga, para ser reivindicação que se exige ao lado de muitas outras mulheres. Do "eu" passámos ao "nós"; e ao passar ao "nós", a possibilidade de luta torna-se diferente, mais possível, mais eficaz.

É um nós que não se fica pelo "aqui" em Portugal, mas se estende um pouco por todo o mundo, como movimento de luta internacional.

Dec. 80



Assembleia da República – 11 de Novembro de 1982



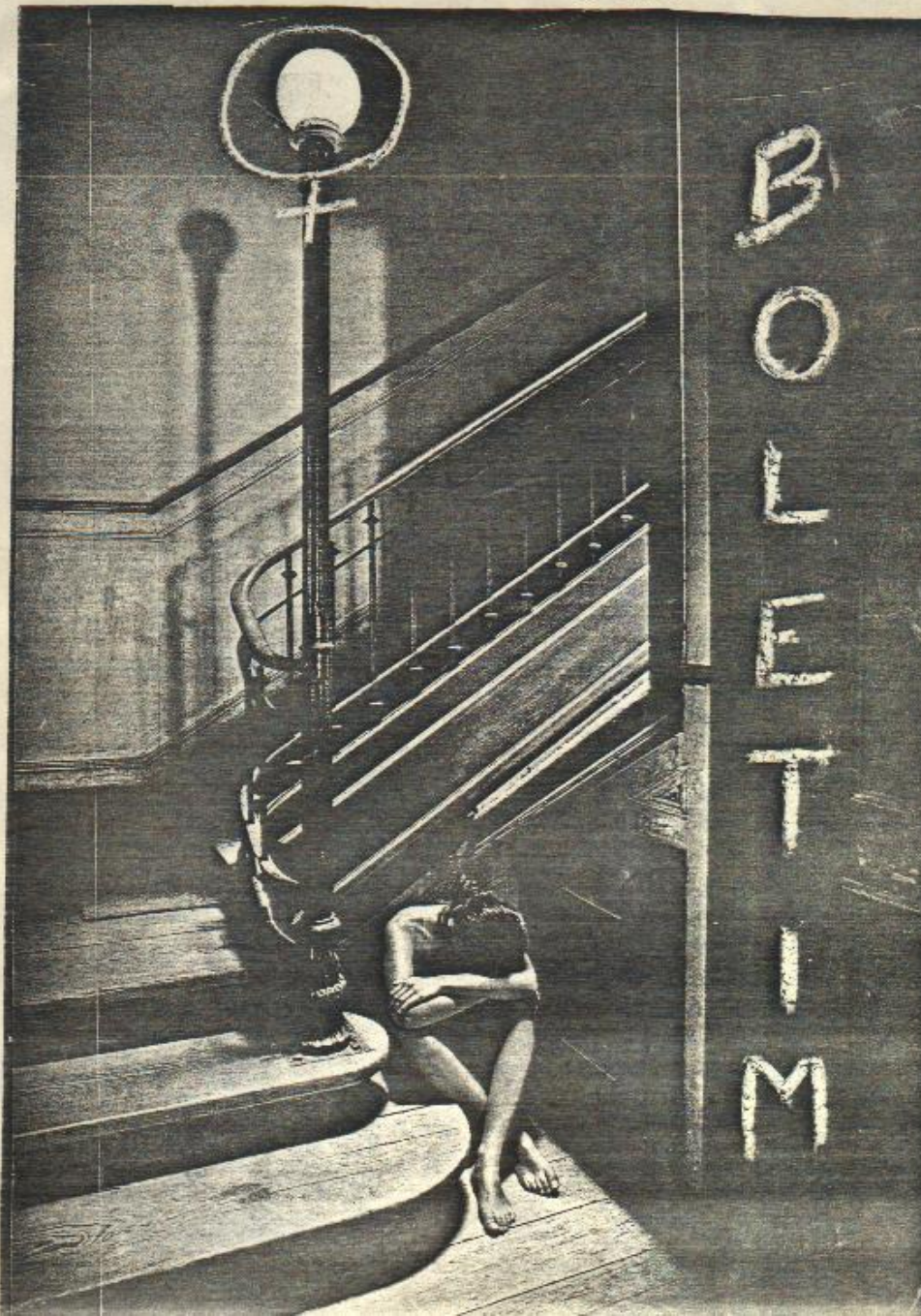
NÓS ABORTAMOS

27 de Junho de 1982. A Assembleia da República aprova o projecto do PS sobre a despenalização do aborto. Não há responsabilidade penal do pai ou da mãe da maternidade e do planeamento familiar, da iniciativa do PS e PSD. Foto: Diário de Notícias

Assembleia da República, 1982



Cartaz da UMAR exibido em manifestação do 1º de Maio em Lisboa, em 1984, após a aprovação da lei no Parlamento



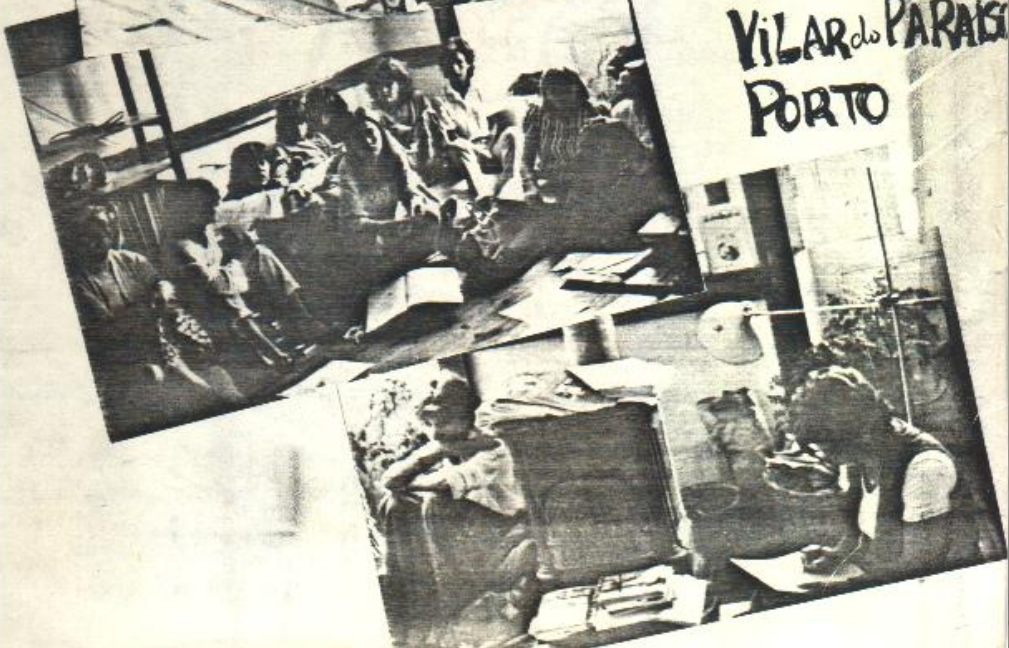
Primeiro Boletim do Grupo de Mulheres do Porto

SUMÁRIO:

- EDITORIAL
- PROGRAMA DO ENCONTRO DE VILAR DO PARAÍSO
- TEXTOS DISTRIBUIDOS PARA REFLEXÃO SOBRE O TEMA DA SEXUALIDADE
- DEPOIMENTOS SOBRE O ENCONTRO, POR ALGUMAS PARTICIPANTES
- VIGÍLIA SIMBÓLICA A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO PARLAMENTAR DA LEI DO ABORTO
- ÚLTIMA PÁGINA: INFORMAÇÕES



5 a 9
OUT.
83



ENCONTRO DE MULHERES VILAR do PARAÍSO PORTO

ENCONTROS NO FEMININO

Por FINA D' ARMADA (colaboradora)

As mulheres encontram-se muitas vezes com outras mulheres. Reunem-se para resolver problemas de trabalho. Questões políticas de partidos. Ou para falar simplesmente das suas coisas, da sua vida, dos seus filhos. Também falam da vida cara, da moda e dos maridos. Outras vezes reúnem-se na casa doutras, tomam chá e conversam sobre coisas sem importância. Raramente, portanto, as mulheres se juntam em casa doutras para falar unicamente de feminismo. Dias inteiros. E se dizem abertamente «feministas», palavra que ainda arpeja consciências bem comportadas.

Aconteceu em Vilar do Paraíso, Outubro, de 5 a 9. Foi o primeiro encontro de alguns grupos feministas do Porto e Lisboa, com presença de algumas mulheres doutros pontos do país. Não só falaram de feminismo juntas, mas conviviram, cantaram e conheceram-se, durante esses dias, de manhã, tarde e noite. Em regra, as mulheres chegam ao feminismo por vias diferentes. Daí que uma das presentes chamasse aquele encontro «reunião dos desviados». Os grupos de mulheres presentes indicavam bem quanto de comum pode haver na diferença. De Lisboa, estavam representantes do IDM (Informação, Documentação, Mulheres), que publica a revista feminista «Lua», da Associação de Planeamento Familiar, elementos da CNAC (Campanha Nacional para a Contracepção e Aborto). Do Porto, além da CNAC, estavam elementos do «Grupo de Mulheres do Porto», da Cooperativa Cooperarido (serviço doméstico), mulheres individuais e outras ligadas a partidos políticos. Estiveram também presentes: mulheres estrangeiras, a indicar que a opressão feminina não tem fronteiras e o feminismo nada tem a ver com os blocos políticos masculinos. Sobressaíram duas feministas suíças, de Genebra, ligadas ao «Dispensaire des Femmes». E uma clínica de mulheres para mulheres. Tem como objectivo ajudar as mulheres a melhor conhecerem o seu corpo «em ordem a desfazer bloqueios, sentimentos de culpa ou rejeição». Divulgaram também a prática Wen-Do, palavra composta do vocabulário inglês «Women» (mulheres) e do mandarim (Do), que significa circular. Trata-se de um conjunto de exercícios inspirados em artes marciais e foi inventado por canadianas, de Toronto, em 1972. Na verdade, há milénios que a mulher é agredida, espancada, violada e não tem encontrado protecção na sociedade e nas forças da ordem. Resta-lhe, portanto, a auto-defesa e, sobretudo, uma autoconsciencialização da sua própria força. Nos filmes do cinema ou televisão mostram-se muitas cenas em que as mulheres são esbofeteadas ou espancadas e elas não reagem. É como se aceitassem. Assim, o Wen-do pressupõe:



— um efeito de surpresa (um agressor ataca a mulher, porque sabe que ela é uma vítima, que grita, chora, mas não foi mentalizada a defender-se).

— a circularidade — movimento em redor do próprio corpo.

— uma reaprendizagem da respiração (como em criança, com o corpo todo).

— um apelo à confiança em si mesma e a força amarrada que muitas vezes só desperta quando é necessário defender um filho.

Neste encontro, discutiram-se ainda temas e questões que atravessam o movimento feminista internacional e outros mais específicos do nosso país. Trocaram-se experiências de actividades de vários grupos de mulheres, existentes, extintos ou reformulados. Falou-se ainda da sexualidade (hetero e homo) sob uma perspectiva política e ainda da maternidade. Neste ponto analisou-se a maternidade como projecto e amareldade como destino. Quer dizer, a paternidade não define o homem como ser, enquanto se tem pretendido que a maternidade define a mulher.

Enfim, o encontro acabou em reflexões sobre o que é ser feminista hoje e sobre perspectivas de futuro. Para mim, o que de mais positivo houve neste encontro foi a descoberta de que se pode ser feminista sob vários ângulos e que isso já não causa medo, pois afinal as feministas são mulheres como as outras. Com as mesmas angústias, preocupações, esperanças e ansias de felicidade.

Como diria uma das mulheres presentes: «Temos de inventar uma liberdade que não seja uma receita acabada, à maneira das culinárias de liberdade que temos conhecido e que tão indigestas têm sido para as nossas úlceras de já nascermos e continuarmos oprimidas».





Grupo de Mulheres do Porto - 1982



COOPERSEERDO

a cooperativa das trabalhadoras de serviço doméstico.

origem

Em 1974 nós, trabalhadoras de serviço doméstico, começamos a organizar o sindicato do serviço doméstico. Porque sabíamos que era preciso organizarmo-nos, se quiséssemos obter os direitos iguais aos dos outros trabalhadores: um contrato de trabalho, direito ao salário mínimo nacional, direito ao fundo de desemprego, direito a férias e subsídio de férias...

Mas vimos que reivindicar não chegava, nem chega... Percebemos que a profissão de EMPREGADA DOMÉSTICA e MULHER-A-DIAS é típica de uma sociedade capitalista: Estamos sobretudo a servir a burguesia. Estamos sim dispostas a que os nossos serviços ajudem aqueles que verdadeiramente deles precisam: os trabalhadores.



OS SERVIÇOS da COOPERSEERDO

lavandaria

Lavar e passar a ferro: um serviço a preços acessíveis, mas um trabalho de qualidade:



creche

Aberta de 8 horas 30 até 18H30
Em primeiro lugar para as crianças das trabalhadoras do serviço doméstico.

limpesas

Pago à hora.
A Cooperseerdo trata dos pagamentos da caixa da previdência, do fundo de desemprego, férias e subsídio de férias...

refeitório popular

Aberto a todos os trabalhadores

Almoços baratos comida saudável



VEM DESCOBRIR os serviços da cooperseerdo

évora

rua de Aviz, 87 - tel. 26410

lisboa tel. 656897

rua de São Bento, 337

porto tel. 696705

avenida da Boavista, 100B







MOVIMENTO FEMININO
PELA ANISTIA NO BRASIL
1979 AND INTERNACIONAL DA MULHER





Convívios no IDM







**Seminário sobre a Violência – 1987 – Monumento das Descobertas
Lisboa**





Ficha Técnica:

Trabalho gráfico e de levantamento histórico: Manuela Tavares

Documentos e fotos cedidos por Madalena Barbosa, Maria José Magalhães, Maria Teresa Horta e pelo Arquivo da UMAR

Sugestões gráficas – Joana Sales

Reprodução de CDs – Ana Brito

CD divulgado no jantar promovido pela UMAR de homenagem às feministas dos anos 70 e 80, a 28 de Janeiro de 2006 no mercado da Ribeira em Lisboa

boletim da cnac

SETEMBRO 80
PREÇO: 10\$00

campanha
nacional
pelo
aborto e
contraceção

SUPLEMENTO

as mulheres decidem!

editorial

Hoje, já não são apenas uma, duas, três mulheres que falam da necessidade da contraceção e da urgência da revogação da legislação sobre o aborto. E, se é verdade de há muito para cá que esta situação é vivida sentida, denunciada por muitas (por vezes aceite como inevitável), alguma coisa de novo entrou na cena - definitivamente o assunto tornou-se "público", discutido - e de um estatuto de "assunto íntimo, privado", sentido por cada uma de nós individualmente (e difícil de resolver no nosso pequeno mundo) tornou-se um assunto público, problema colectivo, situação que vivem milhares de mulheres no dia a dia, motivo de mobilização de rua, ligado que está a toda uma problemática mais geral da situação das mulheres, hoje, aqui e em todo o mundo.

Deixa para muitas, já hoje de ser um problema que se conta em segredo à amiga, para ser reivindicação que se exige ao lado de muitas outras mulheres. Do "eu" passámos ao "nós"; e ao passar ao "nós", a possibilidade de de luta torna-se diferente, mais possível, mais eficaz.

É um nós que não se fica pelo "aqui" em Portugal, mas se estende um pouco por todo o mundo, como movimento de luta internacional.

Dec. 75



A manifestação das mulheres ou a vertigem da obsessão sexual

DEPÓSITO LEGAL

Diário de Lisboa

FUNDADOR JOAQUIM MANSO DIRECTOR A. RUELLA RAMOS

QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1974, Nº 18451, ANO 54.º — PREÇO 2550

BOM TEMPO

Três grandes tendências políticas em Angola

LUANDA, 8 — (Especial para o «DL») — Desde que foi conhecida a aceitação pela Junta de Salvação Nacional do princípio da autodeterminação, estão a definir-se três grandes tendências quanto ao futuro de Angola. Uma é favorável à abertura imediata de negociações com os movimentos de

atitude liberal, figuras representativas da burguesia nativa e dissidentes dos movimentos de libertação, residentes em Angola ou exilados no es-

dência, estimulada pela manutenção da DGS, agora sob a denominação de Polícia de Informação Militar.



AS TRÊS MARIAS FORAM ABSOLVIDAS

Na foto, a escritora Maria Teresa Horta, autora, com Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno, do livro «Novas Cartas Portuguesas». O tribunal absolveu-as da acusação de atentado à moral. (Pag. 17)

ABSOLVIÇÃO PARA AS "NOVAS CARTAS PORTUGUESAS"

O juiz mandou em paz três Marias de cravo ao peito

As «Novas Cartas Portuguesas» passaram ontem de tabu a «best-seller». O juiz Acácio Lopes Cardoso, rodeado de fotógrafos, declarou que «o livro não é pornográfico nem imoral», justificando-o como obra-de-Arte. Absolvidas pois as Três Marias, mandados devolver às autoras os exemplares apreendidos pela polícia fascista, houve na **Brasileira** quem desse, duas horas depois, quinhentos escudos pela primeira edição portuguesa do texto maldito que vai sair ou já saiu em quase todas as línguas do mundo.

«É um caso único na minha vida de juiz», comentou apenas o magistrado, cansado de dez páginas de sentença e do clarão dos «flashs», rematando um julgamento interrompido por um golpe de Estado e pela inversão dos valores políticos vigentes. Mas já antes do 25 de Abril se conjecturava que ele intervenção ou subvertendo, viria a absolver as escritoras rés.

A Secretaria de Estado de Informação e Turismo, que superintendia nos serviços de censura à Imprensa, impôs, depois de muitos cortes, um absoluto silêncio aos jornais que queriam noticiar o julgamento. A certa altura, nem mesmo a data e hora das audiências pudemos dizer: é que as «Novas Cartas Portuguesas», acusadas de «pornografia e ofensa à moral pública», são sobretudo um documento político e uma afirmação de combate que o fascismo não podia suportar. E se a Imprensa de todo o mundo pôde noticiar o escândalo da Perseguição ao livro e às escritoras, nós não podemos dizer, inicialmente, mais do que a rotina dos tribunais: «no 6.º Juízo Correccional de Lisboa começou ontem às 10

horas, o julgamento de, etc.» E, mais tarde, nem sequer isto. E aqui que a máquina de escrever resvala para a vingança: mas vamos à verdade.

«Mulheres-unidas-jamais-serão-vencidas» era o estribilho que faltava e que a absolvição das **Novas Cartas** desencadeou, em plena sala de audiências, quando as escritoras, de cravo vermelho ao peito, recebiam os primeiros parabéns. Parabéns pelo livro autorizado e legal, parabéns pelo livro proibido e vitorioso? Até as feministas, pelos vistos, ganharam com os homens do 25 de Abril. E vão lançar em Portugal o «Movimento da Libertação da Mulher». «De extrema-esquerda», precisou Teresa Horta. Homens e mulheres atenção ao evento.

A SENTENÇA

Marcada para 18 de Abril, a leitura da sentença do caso das «Três Marias» realizou-se ontem à tarde, na pequena sala do 6.º Correccional da Boa-Hora, superlotada de jornalistas curiosos de um desfecho esperado mas que a história recente tornou simbólico.

O dr. Lopes Cardoso sumariou as declarações das dezenas de testemunhas de defesa, todas figuras destacadas dos meios literários e intelectuais da antiga oposição, algumas delas promovidas ao primeiro plano da vida política do novo regime. A continuidade do julgamento, contra a descontinuidade dos acontecimentos exteriores, lançou entre os presentes um sorriso irónico, como se assistissem ao filme do funeral dum inimigo odiado. Imperturbável, o agente do Ministério Público, que muito antes do 25 de Abril, e corajosamente, pedira a absolvição das rés, parecia querer representar

a Lei justa e indiferente à História.

Outros processos iguais a este, haverá ainda? «Há sempre uma moral vigente...», disse o dr. Santos Matias.

Na adlocução final, o juiz afirmou que «muito e muito mais há esperar do talento das autoras». O co-réu, o editor Romeu de Melo (Estúdios Cór), também absolvido, ouviu que «tinha prestado um serviço à cultura nacional». E uma das verdadeiras, já se sabia, mas tem o seu gosto ouvi-la, e dum juiz que, fazendo justiça, antecipou uma nova legalidade por que tanto se tem lutado na Boa-Hora.

UM LIVRO SOBRE O PROCESSO

Podemos anunciar que os intervenientes no processo vão publicar conjuntamente um livro com todas as peças judiciais, desde as declarações dos réus à sentença final, para que não se espera recurso (recurso que, nos termos da lei ainda vigente, poderia ser interposto no prazo de cinco dias: «Não se prevê», disse, seco, um funcionário judicial). O livro poderá sair já no próximo mês.

Depois da agitada audiência, recolhemos o seguinte depoimento do dr. Duarte Vidal, advogado de Maria Isabel Barreno: «A magistratura portuguesa ficou dignificada com esta notável sentença, que repudiou os critérios obscurantistas que vigoravam na direcção-Geral da Informação e que tantos prejuízos trouxeram à criatividade literária no nosso país. Creio que esta sentença contribuirá para que uma nova era se abra neste País, quanto a este e outros aspectos, após tantos anos de domínio fascista».

O advogado de Maria Teresa Horta, dr. Ataíde Ferreira, respondeu assim às perguntas dos jornalistas: «Normas como as que incriminaram este livro encontram-se em quase todas as legislações. Mas o entendimento que se dá à moral pública alte-

ra-se com o tempo e com o espaço. Se a acusação fosse a mesma, a defesa, neste processo, seria ainda a mesma, de uma perspectiva estritamente jurídica. A publicação de um «dossier» sobre este caso põe ainda problemas de ordem global, dada a natureza secreta do processo».

O CASO

As três Marias são Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta, escritoras de primeiro plano na moderna literatura portuguesa. Em 1971, afinidades de formação e de projecto levaram-nas a escrever conjuntamente um livro que ataca globalmente a situação da mulher numa sociedade capitalista e machista, como a portuguesa ainda é. O nível, determinante, e determinado, da sexualidade, domina muitas das páginas do livro, que é inovador como organização estética e, entre nós, como documento político.

As «Novas Cartas Portuguesas» tiram o seu título das «Cartas» atribuídas a Mariana Alcoforado, ponto culminante da literatura erótica europeia, publicadas originalmente em francês no Sec. XIX, e recentemente encenadas em Portugal.

A pretexto de «pornografia» (que nenhum leitor nelas encontrou) as «Novas Cartas Portuguesas» foram apreendidas pelas autoridades do regime de posto. As autoras, interrogadas pela Polícia Judiciária tal como o responsável pela edição, puderam aguardar o julgamento em liberdade por lhes terem sido arbitradas cauções.

O livro, traduzido entretanto para as principais línguas literárias, tornou-se um símbolo na luta dos movimentos femininos internacionais, que realizaram acções e comícios de apoio às três escritoras portuguesas. Os críticos das mais importantes publicações estrangeiras consideram-no uma obra-prima. O público português, se agora o poderá conhecer.

FLAMA

PARIS DOS PORTUGUESES
EM DIA DE LIBERTAÇÃO

ANGOLA 17\$50/MOÇA

SINDICALISMO LIVRE: REININDICAÇÃO PARA TODOS



Insolitamente, três escritoras portuguesas – no caso três mulheres – foram chamadas à barra do Tribunal. Por terem ousado pisar um terreno que a organização censória do regime fascista entendeu como um crime de lesa moral pública. Durante largos meses o assunto foi falado. Sobre tudo no estrangeiro, onde as manifestações – feministas na sua maioria – se sucederam. Hoje, obtida a absolvição, podemos afirmar:

"TRÊS MARIAS": O FIM DE UM ESCÂNDALO



“TRÊS MARIAS!” O FIM DE UM ESCÂNDALO

No dia 7 de Maio, o tribunal declarava que o livro «Novas Cartas Portuguesas» não é imoral nem pornográfico, como o acusador público se esforçara por fazer reconhecer, mas sim uma obra de arte. As suas autoras, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, que antes tinham sido tratadas como prostitutas, passaram a ser três formidáveis escritoras, de cujo talento muito há ainda a esperar. Assim terminou o escândalo de um processo que ficou conhecido em todo o mundo como «O caso das três Marias».

Texto de REGINA LOURO / Fotos de ANTÓNIO XAVIER e ARQUIVO

PARA que tal fosse reconhecido, lutou-se durante dois anos. Toda a gente ignorava, incluindo acusadores, acusados, defensores e julgadores, que os valores morais da sociedade portuguesa, «ofendidos» pelo «livro maldito» pudessem vir a alterar-se de um dia para o outro.

No Tribunal da Boa Hora, travou-se, por isso, longo e duro combate. Mas cedo se mostrou que os mais fortes em razão eram os que defendiam a inocência das «Três Marias». E assim, ainda sem vislumbres de 25 de Abril, já se admitia que a sentença final fosse de absolvição. A opinião pública internacional — à nacional tinham cortado a voz — exigia-a há muito tempo. O próprio Ministério Público, num gesto pouco vulgar, a tinha pedido numa das últimas sessões. E o Governo — acreditava-se — começava a sentir necessidade de «limpar-se», de qualquer maneira.

Tudo começou na Primavera de 72. Uma edição de 2 mil exemplares de «Novas Cartas

Portuguesas» foi distribuída pelas livrarias no princípio de Abril. Sem grande espalhafato publicitário, mais de metade dos exemplares venderam-se durante um mês. Os restantes não chegariam a ser vendidos tão cedo. Apreendidos pela polícia, passariam a fazer parte das suas bibliotecas.

Imediatamente é instaurado processo criminal contra as autoras e contra o editor, Romeu de Melo, da Estúdios Cor. Motivo: certas passagens do livro são manifestamente pornográficas. As escritoras são acusadas de atentado contra a moral pública. Sobre cada uma delas fica a pesar uma ameaça de seis meses a dois anos de prisão.

Em Junho, são convocadas para prestar declarações à Polícia Judiciária. É o mesmo agente que as interroga separadamente, na presença de advogados. Mais tarde, vêm a saber que ele é especializado em processos de prostituição. Tentando ser amável, o agente pede

a cada uma que individualize os escritos com que contribuiu para o livro. Não há escritores individuais; o livro é de nós três, é a resposta. O agente insiste, procurando saber quem escreveu as «partes pornográficas». Chega mesmo a prometer que nada lhes acontecerá se o disserem. E, persuasivo, afirma a certa altura: *Eu sei que foi apenas uma das senhoras quem escreveu essas partes. E até sei qual foi. Mas, uma vez que ela se recusa a confessar, fica com a sua consciência. Irão as três a tribunal.* O tribunal exigiu a sua prisão preventiva, que podia ser substituída por caução. Para ficarem em liberdade, deviam pagar 20 contos cada uma e 25 o editor. Tendo considerado que eram excessivas estas importâncias, o tribunal fez o favor de abater 5 contos no que cada um dos acusados devia pagar. A Teresa e a Fátima (Velho da Costa) arranjaram dinheiro emprestado. A Isabel, depois de provar que não tinha meios para pagar, ficou em regime de «liberdade vigiada».

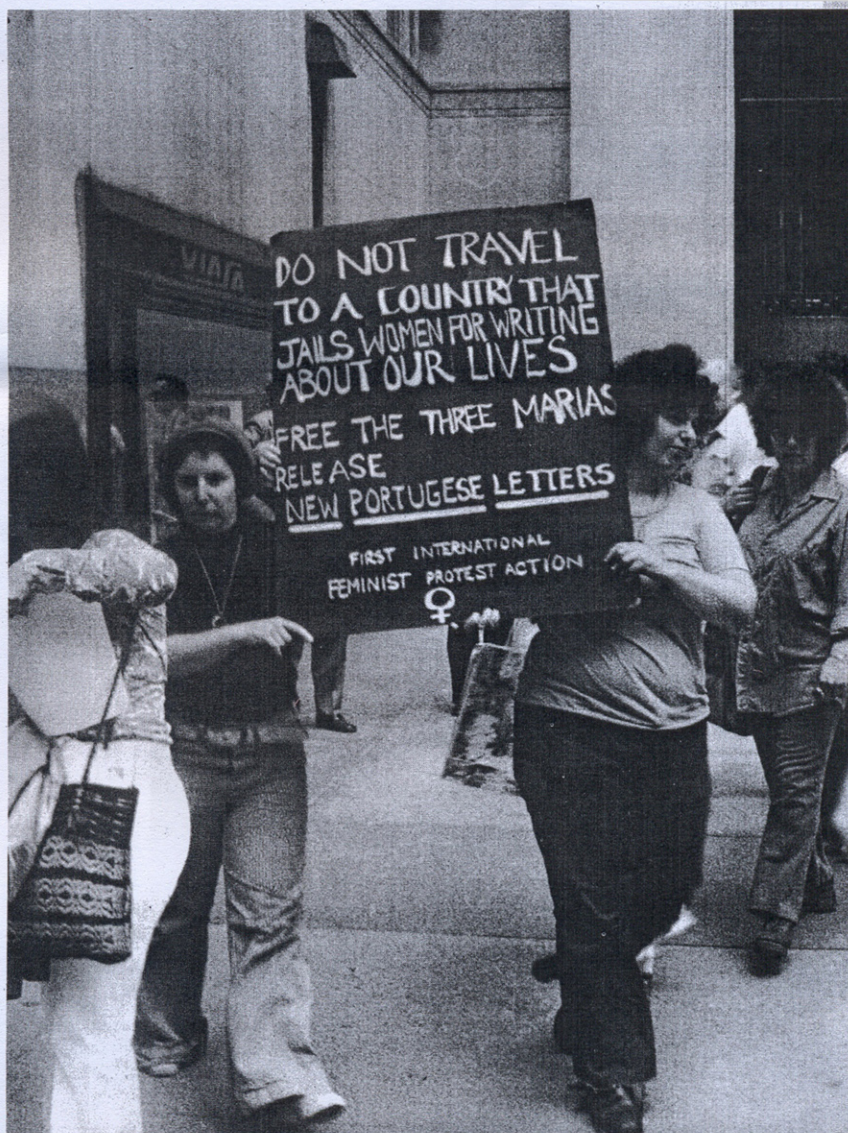
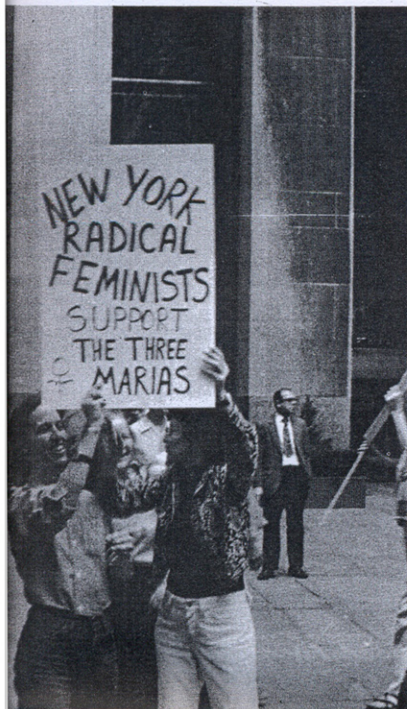
PROSTITUTAS OU LÉSBICAS

Enquanto o processo decorria, a sociedade começava a impor sobre as três pecadoras as suas pressões de toda a ordem. No Instituto Nacional de Investigação Industrial, onde trabalhavam Isabel e Fátima, um subdirector procurou informar-se junto do chefe da secretaria, quais as máximas medidas repressivas que seria possível tomar logo que elas fossem condenadas. Não se duvidava ainda da sua condenação... Elas, medidas, poderiam ir até à rescisão do contrato com Maria Velho da Costa e instauração de processo disciplinar, que ter-

As imagens que nestas páginas se arquivam, referentes às manifestações «pró-Três Marias» foram colhidas por um repórter da «Flama» que, no dia 3 de Julho do ano passado, descia tranquilamente (mas em serviço) a Quinta Avenida, em Nova Iorque. Frente ao consulado português dessa gigantesca metrópole, acontecia uma manifestação de americanos (sobretudo americanas) a favor da célebre causa das «Três Marias». Os jornais novaiorquinos estiveram presentes e publicaram notas de reportagem sobre a manifestação. Diziam, por exemplo, que uma delegação do grupo de manifestantes pedira para ser recebida pelo cônsul português. O pedido foi recusado. Entretanto, a manifestação prolongou-se, ordeiramente, durante duas horas (entre as 11 e as 13), fazendo concentrar centenas de pessoas. Muitas pediam aos manifestantes que lhes explicassem o que se passava. A resposta era imediata, com uma pequena explicação da situação repressiva que dominava Portugal. De posse de todos estes elementos, o repórter da «Flama» regressaria um mês depois a Lisboa e meteria estes documentos semelhantes a muitos outros que, sobre as Marias portuguesas ocorreram em diversas cidades do Mundo) na gaveta. A censura não permitia que o repórter dissesse à opinião pública o que tinha presenciado (e as fotos eram a prova-íngreme da realidade). Só hoje, e já encerrado o caso «Três Marias», é que o repórter pode tirar as fotos da gaveta. Aí fica a verdade que nos foi ocultada até ao dia 25 de Abril.—F. C.

minaria provavelmente em demissão, relativamente a Isabel Barreno.

No caso de Maria Teresa Horta, foi-se de imediato mais longe. Se o então secretário de Estado da Informação e Turismo, que «mandava» na moral pública, pudesse, o nome de Teresa Horta não seria mais pronunciado. Na impossibilidade, contentou-se a secretária em que ele não aparecesse escrito no jornal «A Capital», onde Teresa Horta era (é) jornalista efectiva. Que ela continuasse a escrever não



tinha importância, pois que todos os escritos eram submetidos à censura instalada na mesma secretaria, e a outras censuras. Mas era preciso que o seu indigno nome fosse banido dum jornal de grande circulação. E assim aconteceu.

Mas não se reduziam aos sectores profissional e político as pressões sobre as três mulheres. Se na rua ninguém teve coragem para as atacar cara a cara, nas suas casas choviam cartas e telefonemas anónimos.

Vocês não passam de umas reles prostitutas, diziam-lhes frequentemente, com toda a segurança, vozes que desapareciam imediatamente, sem se identificarem. Outros preferiam chamar-lhes lésbicas num tom carregado de desprezo.

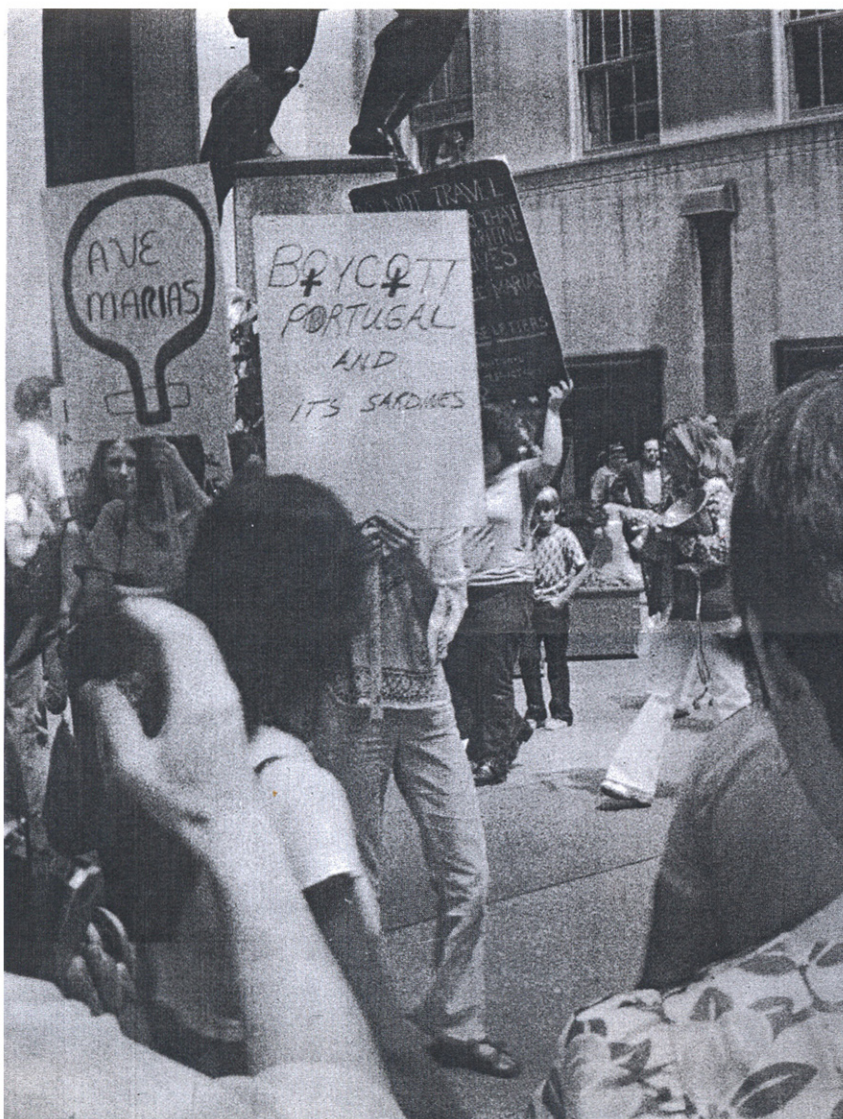
Eram sempre homens que telefonavam ou assinavam as cartas. Só há pouco tempo, não tanto por ter escrito o livro como por se afirmar feminista, Teresa Horta, foi insultada por uma mulher embriagada, no «Metro e Meio».

As feministas não passam de umas prostitutas, foi a sentença. Tal como pensou, mas não teve coragem para dizer, o funcionário superior da Judiciária que destacou para in-

terrogar as três mulheres um agente especializado em casos de rusgas...

UM CONVITE DO SR. MINISTRO

Discretos mas insistentes convites para encontros, almoços e jantares chegavam, entretanto, às três mulheres. Eram feitos por intermediários de ministros e secretários de Estado que, muito amavelmente, tinham o cuidado de prevenir que era melhor aceitar. Desejariam as altas individualidades políticas conversar sobre Literatura, para amenizar a dureza dos seus cargos governativos? As escritoras sentiram-se, naturalmente, muito penhoradas, mas recusaram com delicada firmeza. Numa altura em que o caso judicial começava a tornar-se, lá fora, mais um dos escândalos ligados ao nome de Portugal, não era fácil adivinhar o que pretendia o Governo. Era muito cómodo que as acusadas confessassem as suas culpas e pedissem humildemente perdão, para o que o processo terminasse depressa e fosse rapidamente esquecido.



“TRÊS MARIAS!” O FIM DE UM ESCÂNDALO

SILÊNCIO NO PAÍS

O processo seguia, entretanto, os seus trâmites. Depois de interrogadas à porta fechada, o juiz foi substituído e as audiências passaram a ser públicas. Das fases de alegação dos advogados e de audição de testemunhas davam os jornais relatos curtos e cheios de hiatos. Tudo quanto se referisse à defesa dos acusados era apagado pela borracha dos censores. Mais tarde, nem a data das audiências foi permitido dizer. Só se podia noticiar no dia seguinte, sem qualquer citação do que se dissesse no tribunal.

Entretanto, no estrangeiro falava-se cada vez mais do «Caso das Três Marias Portuguesas». Movimentos feministas organizavam manifestações de apoio às escritoras, enquanto em Portugal raras foram as que lhes exprimiram

uma palavra de estímulo. Em Paris, chegou a realizar-se um espectáculo teatral baseado nas «Novas Cartas Portuguesas». Pouco antes da data marcada para o julgamento, trezentas mulheres do M. L. F. de França, vestidas de negro, de archote na mão, desfilaram pelo centro de Paris, cantando «Ai daqueles que condenaram as três Marias».

Publicadas em França, Inglaterra, Estados Unidos, Itália e Brasil (em breve o vão ser em muitos outros países e línguas) nenhuma voz se levantava aí para chamar de imoral ou pornográfico o livro pelo qual respondiam as três escritoras. O processo das «Três Marias» era considerado no estrangeiro desde injusto e sexista a simplesmente ridículo...

Grande era a azáfama no tribunal da Boa Hora. Para ouvir testemunhas das escritoras e do editor (recrutadas nos meios intelectual e

editorial) foi preciso multiplicar as sessões. Entretanto, verificavam-se substituições de acusadores e de juiz, os acusados é que não mudavam.

A sentença foi finalmente marcada para Abril. Grande expectativa e nervosismo. Já então se falava de possível absolvição, mas ninguém excluía a hipótese de serem condenadas. Elas admitiam que a pena de prisão ficasse suspensa, para não provocar escândalo. Mas, quando chegaram à porta do tribunal, depararam-se-lhes duas carrinhas da Polícia.

Há algum julgamento político?, perguntaram?
Há o julgamento das três Marias, respondeu um dos polícias.

Mas, surpreendentemente, não havia. A leitura da sentença tinha sido, inesperadamente, adiada para o dia 7 de Maio.

O PRINCÍPIO DO FEMINISMO

O que se passou a seguir já os jornais puderam noticiar livremente. A própria sala de audiência (quem diria?) se tornou no palco de uma festa. «Mulheres unidas jamais serão vencidas», foi o grito que um funcionário do tribunal, zeloso, ainda tentou calar, avisando que «manifestações só na rua». Mas foi inútil. Embora embrionário estava ali o Movimento de Libertação da Mulher de Portugal.

No dia seguinte, foi lançada no mercado a segunda edição das «Novas Cartas Portuguesas». Menos de uma semana depois, o livro ameaça esgotar.

Entretanto, as escritoras não têm mãos a medir para atender as encomendas que chegam do estrangeiro. A Espanha, Alemanha, o Japão, a Bélgica, os Países Baixos querem conhecer as «Novas Cartas Portuguesas». A França quer uma tradução mais perfeita do que a anterior. A Inglaterra quer, por motivos publicitários, alterar o nome da obra para «Livro das Três Marias». É preciso bater o pé para recusar.

As casas de Maria Teresa Horta, de Maria Isabel Barreno e de Maria de Fátima Velho da Costa chovem cartas e telefonemas, agora identificados e exprimindo felicitações. A televisão e, a Imprensa nacional e estrangeira batem-lhes insistentemente à porta. A quem lhes pergunta por projectos, a Teresa e a Isabel afirmam-se interessadas em não mais deixar de colocar a literatura ao serviço da luta pela libertação da mulher. O combate ainda agora começa...

Das «Novas Cartas Portuguesas», alguém disse já tratar-se do primeiro livro feminista escrito em Portugal. O que é o livro? Um conjunto de textos sem ligação — entre os quais poemas, cartas, relatos, meditações — que denunciam a situação da mulher portuguesa, enquanto filha, esposa ou mãe. Não é uma situação branda ou alegre; logo, não peçam que a descrevam com brandura ou alegria.

Quando ouviram falar-se deste «exercício colectivo» de três escritoras de nome, tendo por base as cartas de Mariana Alcoforado, os editores foram tomados pela curiosidade. Quando, ao fim de nove meses de gestação, a obra ficou completa e puderam lê-la, um a um foram recusando a sua publicação. Era literariamente admirável, mas perigoso. E quem queria arranjar problemas?

Só a Estúdios Cor, e por força de Natália Correia, aceitou o risco. Mesmo assim, depois de serem suprimidas uma palavra e uma frase do livro.

A primeira denúncia surgiu quando o livro ainda se encontrava na composição. Um bom tipógrafo sentiu-se «escandalizado» com o conteúdo de algumas passagens. Alertado, o editor fez pressão para novos cortes. As autoras recusaram. Só o facto de o livro já estar meio composto fez com que fosse acabado. Assim, não se perdia tudo... Se não fosse esta pequena motivação económica, era provável que ninguém ainda hoje conhecesse o que muitos já consideram obra de arte...

DEPÓSITO LEGAL

O JORNAL DE MAIOR EXPANSÃO NO MUNDO PORTUGUÊS

ANO XXXII
1974
11329
Preço 2850

DIÁRIO POPULAR

LISSOIA
4.º Feito
8
Maio

Director interino: MANUEL MAGRO

Propriedade da SOCIEDADE INDUSTRIAL DE IMPRENSA - Sede: Rua Luz Soriano, 87 - Telefones 318281/3 (P. F. C. A.) - 328786 34630 34628 - (Redacção) - 328287 (Publicidade)

O GENERAL SPÍNOLA REUNIU-SE NA DEFESA NACIONAL COM TODOS OS DELEGADOS DA JUNTA

No Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, o general António de Spínola reuniu-se esta manhã, durante

cerca de uma hora, com todos os delegados da Junta da Salvação Nacional que se encontram adstritos aos diversos

serviços, organismos e Ministérios. Não foi lido qualquer comunicado à imprensa acerca da

natureza da reunião, que decorreu à porta fechada, admitindo-se que o encontro se tenha revestido de carácter informativo relativamente à próxima constituição do Governo Provisório.

O general António de Spínola regressou, cerca das 11 e 30, ao Palácio do Belém, onde recebeu, em audiência, o professor Adelino da Palma Carlos, correndo insistentes rumores sobre a sua eventual escolha para chefe do Governo Provisório.



Maria Isabel Barreno

Maria Velho da Costa

Maria Teresa Horta

AS TRÊS MARIAS (ABSOLVIDAS)

ENTREVISTADAS PARA O «DIÁRIO POPULAR»

PÁGINA 12

PORTUGAL ACHA A SOLUÇÃO

UM ARTIGO DE CARLOS LACERDA

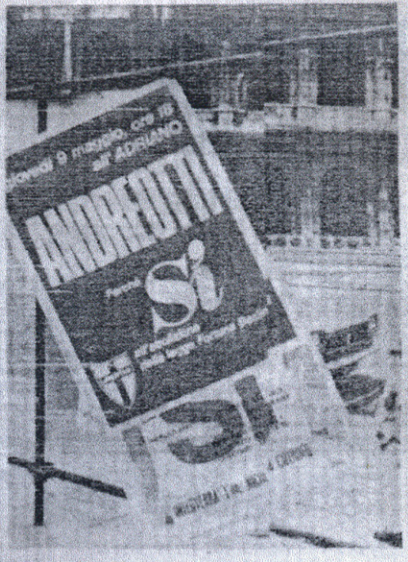
PÁGINA 7

SIDERURGIA: BOAS PERSPECTIVAS PARA A RESOLUÇÃO

DO PROBLEMA DOS TRABALHADORES

No final de uma reunião de duas horas, lavida esta manhã na Siderurgia Nacional, entre a comissão dos trabalhadores e António Champalimaud, para o efeito ontem chegado a Portugal, aquele industrial anunciou, de uma variedade de edifícios, que todos os pontos incluídos nas reivindicações dos trabalhadores estão ao alcance de serem satisfeitos.

No entanto, a resposta definitiva será dada numa reunião, a realizar depois de amanhã, nas instalações do Sítio da Siderurgia Nacional.



Hoje: 24 páginas

DEPOIS DE UMA LONGA E FORÇADA AUSÊNCIA



REGRESSOU O JORNALISTA MIGUEL URBANO RODRIGUES

PÁGINA 9

Quatro ministros africanos dos Estrangeiros discutem Angola e Moçambique

PÁGINA 24

REFERENDO SOBRE O DIVÓRCIO EM ITÁLIA

Em Roma, junto do Coliseu um cartaz convidando os «sims», no referendo nacional que se realizará em Itália nos próximos dias 12 e 13, sobre o divórcio. Uma maioria de «sims» significará a abolição da lei que proíbe o divórcio.

(Telefone: 311-TELEIMPRESA - DIÁRIO POPULAR)



Após a absolvição, as protagonistas do caso judicial que se tornou conhecido pelo das três Marias, recebem abraços dos amigos presentes na sala do tribunal

Declaration of Women's Independence

BREAD AND ROSES

1970

Declaration of Women's Independence

WHEN IN THE COURSE OF HUMAN EVENTS, it becomes necessary for one sex to dissolve the political bonds which have connected them with another, and to assume among the powers of the earth the separate and equal station to which the laws of nature and of nature's God entitle them, a decent respect to the opinions of woman and mankind requires that they should declare the causes which impel them to the separation.

WE HOLD THESE TRUTHS TO BE SELF-EVIDENT: that all women and men are created equal and made unequal only by socialization:

that they are endowed by their creators with certain unalienable rights, which can be stolen from one group by another, but never given away:

that among these are life, liberty, and the pursuit of happiness:

that to secure these rights governments are instituted between men and women, deriving their just powers from the consent of the governed and their unjust powers from the oppression of the governed:

that whenever any form of government becomes destructive to the liberty of a sufficiently large group of people, be they a race, class, political group, or sex, it is the right of these people to alter or abolish it, and to institute new government, laying its foundation on such principles, and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their safety and happiness.

THE ECONOMY

Women must be enabled to participate in the economy on a basis of equality with men. We believe that the nature of work in our system is demeaning to human beings, and we do not want merely to upgrade women into the alienated jobs that men now hold. However, we refuse to do the low-grade, low-paid, and service work any more. Such jobs must be shared by men and women, as must housework be shared, and be recognized as legitimate work that deserves pay. We take it to be our right:

1. That all persons, including children, be assured a personal income commensurate with the cost of living and independent of their family status.
2. That all employers immediately be required to comply with the law of the land and pay equal wages for equal work.
3. An end to sex discrimination by job definition, which evades the law by defining all desirable jobs in such a way that only men can fill them. Secretarial and executive tasks should be shared between men and women; responsibility should be shared between doctor and nurse.

Outreach Leaflet

BREAD AND ROSES

1970

Sisters

We are living in a world that is not ours—"it's a man's world." We feel our lives being shaped by someone or something outside ourselves; because we are females we are expected to act in certain ways and do certain things whether or not it feels right to *us*. We have had to teach ourselves to turn off our real feelings and real desires—to be "realistic"—in other words, to accept the place we have been given in the world of men.

But it's no good—deep in our guts we know this. Cooking and cleaning and children have not given us the fulfillment the ladies' magazines promised even after we've followed all their recipes. Our most honest selves know there is more to it than being hung-up when our emotions fight against a casual sexual affair. Why have we always assumed it was *our* fault if the "new morality" wasn't satisfying us? What does it mean when men whistle at us on the street?

We are waking up angry and shocked, amazed that we didn't realize before. Women begin to name enemies: men, capitalism, families, neurosis, technology, etc. And in various ways we start trying to make changes. Some women—

such as those who have expressed themselves in the platform of this march—look to the state and federal legislatures to give us the unrestricted humanity which has been denied us for so long. They have decided to "work within the system." In other words, they say, "Let us into the world you men live in. Give us your education and your jobs and your public positions. Free us with childcare programs designed in your offices." Is this really what we want? How about female generals in Vietnam? DO WE WANT EQUALITY IN THE MAN'S WORLD, OR DO WE WANT TO MAKE IT A NEW WORLD?

Women being ourselves and believing in ourselves, women finding the strength to live how we feel, *powerful* women, can lead the way to create a new kind of politics, a new life.

To join the Women's Liberation Movement, begin by talking with friends. Here are some words which might help to get started:

date-bait community-controlled childcare centers
fathers my boss castrating woman *Playboy* rape
fashions marriage high school abortions doctors
pretending orgasm masculinity self-reliance

Principles

NEW YORK RADICAL WOMEN

1968

We take the woman's side in everything.

We ask not if something is "reformist," "radical," "revolutionary," or "moral." We ask: is it good for women or bad for women?

We ask not if something is "political." We ask: is it effective? Does it get us closest to what we really want in the fastest way?

We define the best interests of women as the best interests of the poorest, most insulted, most despised, most abused woman on earth. Her lot, her suffering and abuse is the threat that men use against all of us to keep us in line. She is what all women fear being called, fear being treated as, and yet what we all really are in the eyes of men. She is Everywoman: ugly, dumb (dumb broad, dumb cunt), bitch, nag, hag, whore, fucking and breeding machine, mother of us all. Until Everywoman is free, no woman will

be free. When her beauty and knowledge is revealed and seen, the new day will be at hand.

We are critical of all past ideology, literature and philosophy, products as they are of male supremacist culture. We are re-examining even our words—language itself.

We take as our source the hitherto unrecognized culture of women, a culture which from long experience of oppression developed an intense appreciation for life, a sensitivity to unspoken thoughts and the complexity of simple things, a powerful knowledge of human needs and feelings.

We regard our feelings as our most important source of political understanding.

We see the key to our liberation in our collective wisdom and our collective strength.

“Strip-tease” de contestação organizado pelo MLM

UMA GIGANTESCA FOGUEIRA no alto do Parque Eduardo VII servirá para queimar, na próxima 2.ª feira, dia 13, às 6 da tarde, todos os “símbolos de sujeição feminina”. Trata-se da primeira manifestação pública levada a cabo pelo Movimento de Libertação das Mulheres integrada no Ano Internacional da Mulher. O M.L.M., depois de convidar através de panfletos distribuídos e de um apelo na rádio todas as mulheres de Lisboa a participar na fogueira, lançará às chamas revistas pornográficas, livros de autores “naziistas”, o Código Civil português, brinquedos “sexistas” (espingardas para meninos, panelinhas para meninas), objectos da lide doméstica, numa palavra, tudo o que represente a deturpada interpretação do papel da mulher como escrava do homem (quer como “objecto de prazer”, quer como “fada do lar”, quer como

“esposa e mãe exemplar”).

De acordo com informação de fonte fidedigna, D. Francisco Manuel de Melo ombreará com o Marquês de Sade com Moravia, com Kahn, o velho mestre dos adolescentes púberes, na fogueira do M.L.M. (Chiu! Cardoso Pires, não te mexas agora...) Assistiremos ao “strip-tease” de uma Noiva, de uma Dona de Casa e de uma Vamp que darão a flor de laranjeira, o ayental e o bikini como pasto às chamas. Qual dos papéis caberá à “pan-sexualista Maria Horta”, como lhe chama a mais recente edição de Mundo Português a pérola dos periódicos de língua portuguesa que é preciso ler para crer —?)

Duas semanas depois, o mesmo programa se repetirá no Porto.

O M.L.M. tenciona também nos primeiros meses do ano percorrer o país com teatro na rua, forma de se dar a conhecer às “irmãs oprimidas” do interior do país.

Nacional

HISTERISMO MACHISTA NO PARQUE EDUARDO VII

O espectáculo que os homens deste País sem discriminação de cultura, classe ou ideologia, deram ontem à tarde no Parque Eduardo VII, veio mais uma vez confirmar que os movimentos feministas têm razão de existência. O chauvinismo machista revelou-se ali de uma maneira brutal e descontrolada. Históricos e ofendidos, porque se sentiam visados, os homens que compareceram num auto de fé, convocado pelo M. L. M., comportaram-se como os antigos (Jotas-Pés) (Jovem Portugal, grupo para-nazi nas manifestações dos estudantes progressistas.

O poder falocrático não tolera dismistificações. Senhores absolutos do mundo, levando com eles a reboque algumas oprimidas inconscientes, fizeram todos os esforços por boicotar um acto simbólico que se exprimia por dois os três cartazes de denúncia, e na atitude que não passou de intenção, de se queimar toda uma literatura objecta onde a mulher é humilhada e coisificada. Acabou por não acontecer aquilo que estava previsto. Porque o histerismo machista criou um clima de ódio, de violência e de puro racismo. As mulheres que tentaram arrancar com a pequena manifestação foram assaltadas empurradas, apalpadas. Ouviam-se comentários como estes: «vão para a Monumental, aí é que vocês estão bem» e «final não há sexo...» Alguns fotografos dos jornais corriam de um lado para o outro, quase a babarem-se de volúpia gritando «onde estão elas! Já se despiram?».

Os caratazes que as mulheres do M. L. M. traziam foram-lhes brutalmente arranca-

dos. E não contentes com a façanha, os homens rasgavam, e espesinhavam os bocados de papel onde as reivindicava «Democracia sim, falocracia não». Verificou-se naquela triste espectáculo dos homens um «complot» muito evidente. Os que não agiam, consentiam. Esperavam assistir a uma sessão de «strip-tease» (e de borla), aliás uma ideia espalhada pelo semanário «Expresso», não sei com que intuito, e ficaram possessos de ira quando se aperceberam que não tinham oportunidade de extravasar as suas frustrações sexuais.

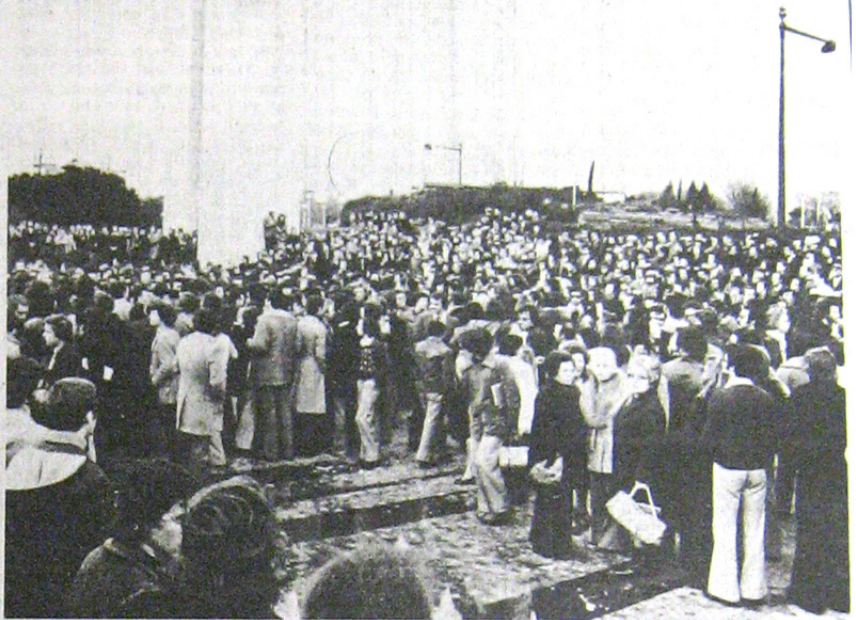
Segundo o conceito geral masculino, o lugar da mulher é a passividade. Estar em casa. Cumprir o papel de esposa e mãe o melhor possível. Contribuir no processo de produção — um direito que eles generosamente lho concederam. De fornecer mão-de-obra barata. Satisfazer os apetites sexuais sempre que os seus donos lho exigem. Vender-se no prestíbullo e no casamento. Isso tudo. Desde que se reduza à sua insignificância. De mero apêndice do **Ser-todo-poderoso-e-Perfeito**. Assim está tudo bem. E a ordem (natural) mais do que nunca mantida.

Um rapaz, simpatizante de um movimento político que se afirma o mais revolucionário (e infalível) de todos dizia, com um ar de cátedra condimentado com umas pitadazinhas de moralismo: «Isto é ridículo, vocês não conseguem nada»; a vossa luta deve estar enquadrada na luta geral da vanguarda do proletariado contra os capitalistas». Esses políticos sexistas que não saiem muito do tom dos outros que por lá andavam, esquecem-se que a operária antes de ser explorada pelo patrão capitalista e à

mulher do operário. Uma pessoa duplamente oprimida.

Em certa altura surge uma contra-manifestação desencadeada por quatro ou cinco mulheres (e bastantes homens) que também exibiam cartazes em que se destacavam dísticos «Foram com elas», «Não se luta assim pela libertação da mulher». Grande maioria dos homens deram-lhe a sua benção. Aplaudiram-nas. Essas vítimas estavam dentro do seu jogo. E debaixo das suas patas.

LOURDES FÉRIA



BARS BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167 a actuar FEDRA ARTISTA BRASILEIRA:

ESPADARTE CLUB — Sesimbra. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore interp. por clientes e dedicado aos turistas presentes. Encer, domingos. T. 229189

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado Variedades internacionais. T. 26461/264526/264596/264621/264946

HIPOPÓTAMO — Conjunto Hipopótamo. Encerra aos Domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A T. 48384.

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Mati-nês» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Duque de Loulé, 69 T. 533117.

CACO — Dancing com música ambiente com sibiluar quarteto. Rua Camilo Castelo Branco, 33-A.

urgência			
Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C. R. G. E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

rádio

EMISSORA 1º Programa
16.00. Noticiário — rádio estudantil 01.00. Fecho

Organização de mulheres contra incidentes do Parque Eduardo VII

AS ASSOCIAÇÕES que se propõem realizar um programa comum de actividades, no âmbito do **Ano Internacional da Mulher**, tomaram posição contra as violências praticadas a quando da manifestação do M.L.M. no passado mês de Janeiro e deliberaram tornar público o seu protesto colectivo nos seguintes termos:

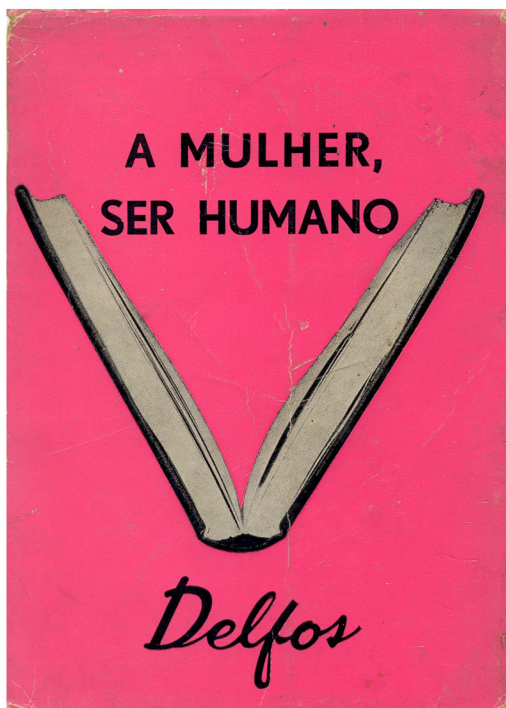
O grupo recentemente constituído para a realização de um programa comum de actividades, no âmbito do Ano Internacional da Mulher, foi informado por representantes do Movimento de Libertação das Mulheres dos lamentáveis incidentes ocorridos no Parque Eduardo VII (Lisboa), por ocasião da manifestação que ali pretendiam levar a efeito.

Independentemente de uma tomada de posição, favorável ou não aos objectivos e métodos desse Movimento, não pode este grupo deixar de condenar publicamente a reacção selvagem e violenta por parte de milhares de homens que ocorreram ao local.

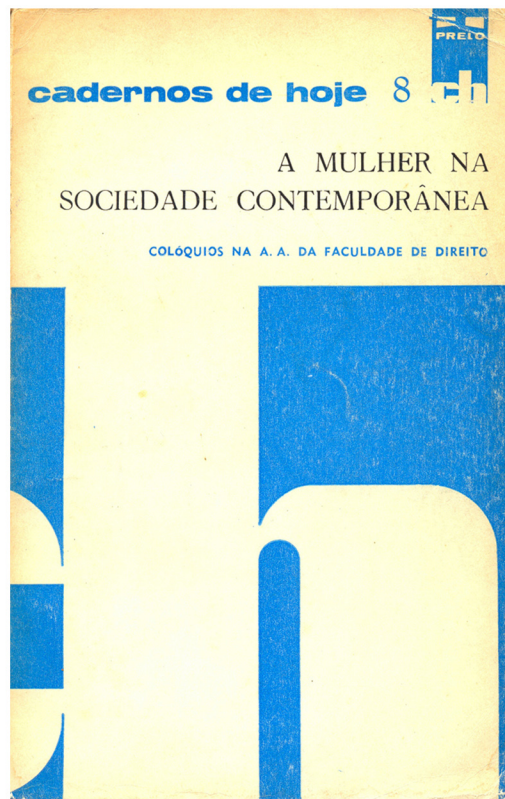
Vem igualmente protestar contra o atentado à liberdade de expressão e de reunião que aquelas atitudes de violência representaram, bem como contra a informação tendenciosa e viciada de alguns órgãos de informação em relação ao acontecimento.

Subscreveram o protesto as seguintes organizações: Comissão da Condição Feminina (Ministério dos Assuntos Sociais), Associação para o Planeamento da Família, Graal, Guias de Portugal, Movimento de Libertação da Mulher, Noelistas, Ordem dos Engenheiros (Grupo de Estudos da Mulher Engenheira), Partido Popular Democrático (Grupo da Condição Feminina) e Partido Socialista (Comissão da Condição Feminina).

Pronunciaram-se todavia contra: a Acção Católica Independente, o Movimento Rural Católico e ainda o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas que entendeu fazer a seguinte declaração de voto: «O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas (M.D.M.) condenando os lamentáveis incidentes referidos no documento acima citado, dissocia-se, no entanto, da tomada de posição contida no mesmo, considerando que não se podem subestimar os objectivos e métodos utilizados pelo Movimento de Libertação da Mulher, os quais não são estranhos aos referidos acontecimentos.»



1975

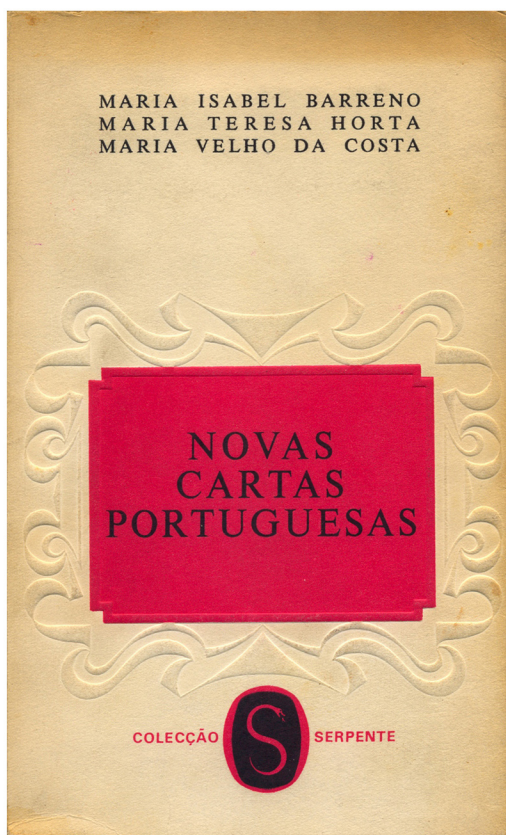


1969

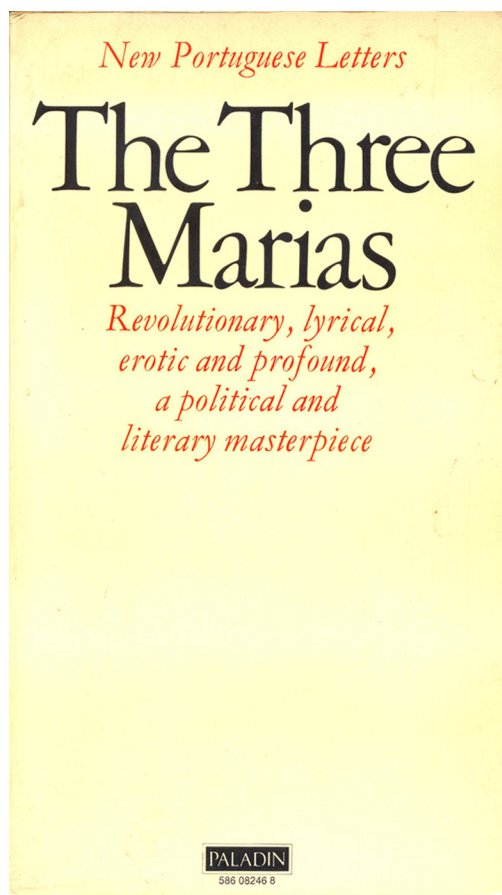


1968

ANEXO B4, B5
EDIÇÕES DAS “NOVAS CARTAS PORTUGUESAS”



1



2



3

- 1 - PRIMEIRA EDIÇÃO, 1972
- 2 - EDIÇÃO BRITÂNICA, 1975
- 3 - 8ª EDIÇÃO, 1998

ANEXO B6, B7, B8, B9
PUBLICAÇÕES FEMINISTAS

